

COLEÇÃO HISTÓRIA DO PARANÁ

textos introdutórios

Cultura e Educação no Paraná

ETELVINA MARIA DE CASTRO TRINDADE
MARIA LUIZA ANDREAZZA



9 788567 310244

Este volume foi organizado com vistas a analisar historicamente as configurações culturais e educacionais no Paraná. A "escola" e o "ensino" constituem os fios condutores do texto, na perspectiva de verificar os diferentes usos sociais destas categorias como indicadores de transformações culturais ao longo do tempo.

A partir da compreensão de que a cultura não se reduz a manifestações eruditas, estendeu-se a aplicação do conceito não para opor manifestações culturais tidas para muitos como antagônicas, mas para apresentar os diferentes modos de vida expressos em comportamentos, valores e formas simbólicas partilhados historicamente pelos paranaenses.

Sobre as autoras

Etelvina Maria de Castro Trindade

Mestre em Educação (UFPR);
Doutora em História (USP);
Pós-doutorado na Université de Sorbonne Nouvelle-Paris III.
Professora na UFPR;
Autora de diversos livros dentre os quais "Clotildes ou Marias" (Farol do Saber) e "O trabalho nos engenhos" (Atual).

Maria Luiza Andreazza

Mestre em Educação (UFPR);
Doutora em História (UFPR);
Professora na UFPR;
Autora dos livros "Paraíso das Delícias: a imigração ucraniana" (Aos Quatro Ventos) e "Imigrantes no Brasil: colonos e povoadores" (Nova Didática).

ETELVINA MARIA DE CASTRO TRINDADE
MARIA LUIZA ANDREZZA

Cultura e Educação no Paraná

Reedição eletrônica

CURITIBA
2017

Sociedade de Amigos do Museu Paranaense
UFPR - Departamento de História

Créditos



Apoio

Governador do Paraná

Beto Richa

Secretário de Estado da Cultura

João Luiz Fiani

Diretora-Geral da SEEC

Jader Alves

Coordenador do Sistema Estadual de Museus e

Diretor do Museu Paranaense

Renato Augusto Carneiro Junior

Editoração e preparação e-book

Roberto Guiraud – Designer

Sociedade de Amigos do Museu Paranaense – SAMP

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

Presidente



Este livro foi reeditado com recursos do CNPq e Fundação Araucária.

Apresentação da Coleção

O presente exemplar integra uma coleção de 5 livros que foi originalmente publicada em 2001 pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, intitulada Coleção História do Paraná. O objetivo era propiciar aos educadores o acesso a conhecimentos e interpretações da História Regional, abordando diversos aspectos que conferiram identidade ao Estado.

Com o tempo, constatou-se que outros leitores se interessavam pela coleção: além dos professores, pesquisadores e estudantes, profissionais das mais diversas áreas procuravam obter os livros para saber mais sobre o Paraná; sua formação econômica, a população que ocupou o território, sua cultura, sua contribuição política à nação brasileira.

Esta foi a motivação que levou o Museu Paranaense, sempre dedicado à difusão da História sob uma perspectiva científica, a lançar uma segunda edição do material, que ora é denominada Coleção Paraná- Textos introdutórios.

A coleção é composta pelos seguintes títulos:

Paraná: Ocupação do Território, população e migrações,
por Sergio Odilon Nadalin;

Vida material, vida econômica,
por Carlos Roberto Antunes dos Santos;

Cultura e educação no Paraná,
por Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andrezza;

Paraná: política e governo,
por Marion Brepohl;

Urbanização e Industrialização do Paraná,
por Dennison de Oliveira.

O leitor que apreciar estes conteúdos poderá conhecer não apenas os fatos e as conjunturas que revelam a trajetória social desta região, mas também familiarizar-se com uma rica bibliografia acadêmica que orientou a escrita de seus autores, todos eles, professores da Universidade Federal do Paraná.

Entretanto, longe de ser uma resposta definitiva, estes estudos ampliam as questões e os debates em torno do tema, procurando despertar a curiosidade intelectual de todos relativamente aos personagens, experiências, instituições e movimentos sociais que configuram a singularidade de nosso estado.

Que a presente coleção, ao sugerir fontes e métodos de estudos, estimulem trabalhos outros que venham a enriquecer a história como instrumento de conhecimento, de educação, de ensino.

Agradecimentos

Agradecemos à Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, à Fundação Araucária e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelos recursos destinados a esta publicação, a partir, respectivamente, da Lei Rouanet, do Ministério da Cultura do Governo Federal e do Programa Núcleo de Excelência – PRONEX, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo Federal.

Coleção Histórias do Paraná

Marion Brepohl de Magalhães

Presidente da SAMP

Renato Carneiro Jr.

Diretor do Museu Paranaense

Pesquisa

Giovana Paola Zanicotti

Revisão bibliográfica

Ligia Leindorf Bartz Kramer

Editoração Eletrônica e Capa

Amiraldo M. de Gusmão Jr.

Lilian Alcantara Soares

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Luzia G. Kintopp - CRB/9-1535
Index Consultoria em Informação e Serviços Ltda.
Curitiba - PR

T833 Trindade, Etelvina Maria de Castro
Cultura e educação no Paraná [recurso eletrônico] /
Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza
Andreazza. — Curitiba : SAMP, 2017.
Recurso on-line : PDF.

ISBN 978-85-67310-24-4

1. Cultura - Paraná. 2. Educação - Paraná - História.
3. Paraná - Usos e costumes. 4. Paraná - História. 5.
Paraná - Condições sociais. I. Andreazza, Maria Luiza.
II. Título. III. Série.

CDD: 306.98162

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	007
1 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE PARANAENSE	014
1.1 PRIMEIROS CONTATOS CULTURAIS	014
1.2 INÍCIO DA OCIDENTALIZAÇÃO	019
1.3 A CULTURA TROPEIRA	020
1.4 O MUNDO SACRALIZADO	023
1.5 AS CÂMARAS MUNICIPAIS E A VIDA CIVIL	025
1.6 A IGREJA E A RELIGIOSIDADE POPULAR	028
1.7 CONFLITOS ENTRE AS ESFERAS DE PODER	030
1.8 APRENDENDO A LER E ESCREVER	033
1.9 AGRUPEM-SE OS VADIOS	035
2 O PARANÁ "CIVILIZA-SE"	038
2.1 A SOCIEDADE DO MATE	038
2.2 AS VILAS E OS FOLGUEDOS	042
2.3 A BUSCA POR MESTRES-RÉGIOS	045
2.4 O PARANÁ EMANCIPADO	049
2.5 IMIGRANTES NO PARANÁ	051
2.6 A EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA	061
3 A CHEGADA DO PROGRESSO	065
3.1 O PROGRESSO VEIO DE TREM	065
3.2 A CAPITAL COMO MODELO	068
3.3 OS CONFORTOS DA MODERNIZAÇÃO	070
3.4 AS NOVAS ESCOLAS	080
3.5 A ELITE INTELLECTUAL	084
3.6 FEMINISTAS E OPERÁRIOS	087
3.7 IGREJA VERSUS INTELLECTUALIDADE LAICA	089
3.8 O PARANISMO	091

4 O PARANÁ MODERNO	095
4.1 AS PARTES E O TODO	095
4.2 ECONOMIA, POPULAÇÃO, URBANIZAÇÃO	098
4.3 PLANEJAMENTO URBANO	102
4.4 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E MOVIMENTOS INTELECTUAIS	105
4.5 O PARANÁ SE DIVERTE	107
4.6 CURITIBA, CAPITAL CULTURAL	109
4.7 OS ANOS 60 E A BUSCA DA INTEGRAÇÃO	113
4.8 O PLANEJAMENTO HUMANISTA	115
4.9 A CAPITAL PLANEJADA	116
4.10 DA COMUNICAÇÃO ERUDITA À CULTURA DE MASSA	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
BIBLIOGRAFIA E FONTES COMENTADAS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126

INTRODUÇÃO

A educação é um aspecto inseparável da cultura de uma sociedade. Assim, analisar educação e cultura numa região específica, o Estado do Paraná neste caso, supõe uma abordagem complexa.

Tal complexidade, em muito, deriva do fato de, por largo espaço de tempo, ter havido uma associação entre 'educado' e 'culto'. Se hoje as noções de cultura indicando modos de vida e de pensamento e da sua diversidade nos contextos históricos são bastante aceitas, este consenso nem sempre existiu. Tradicionalmente, a historiografia¹, ao referir-se à cultura, remetia ao conjunto de instituições religiosas, educacionais e eruditas de uma sociedade. Neste caso, a solidez de uma cultura era garantida pela sofisticação e perenidade de suas instituições, remetendo à falsa idéia de que a cultura necessariamente seria apanágio exclusivo de seu segmento letrado e erudito.

Esse pressuposto da historiografia tradicional eliminava de seu horizonte investigativo preocupações que fossem além do resgate dos marcos culturais eruditos². É possível pensar que, se esta historiografia não focalizou a variedade das experiências culturais, não o fez por coerência metodológica. Para ela, o conhecimento 'verdadeiro' era indissociável da documentação escrita, cuja validade era abalizada por peritos. A necessidade de documentos escritos, que orientassem o historiador no relato do que 'realmente aconteceu', inviabilizava aos historiadores da escola metódica a possibilidade de estudar as variadas formas culturais que se manifestam e que coexistem historicamente. Ademais, à exceção de pequenos segmentos dotados de uma cultura

¹ Expressão que designa os diferentes discursos do método histórico e dos diferentes modos de sua escrita. Um panorama geral destas modalidades pode ser encontrado em BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Sintra: Publicações Europa América, s/d.

² Estamos nos referindo aos historiadores da escola metódica (denominados por alguns como positivistas), cuja ênfase foi impor uma investigação científica afastando da história qualquer especulação filosófica e visando à objetividade absoluta neste domínio do conhecimento. Propunha a aplicação de técnicas rigorosas ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas. Com raízes na proposta rankeana, a escola metódica desenvolveu-se na França, no último quartel do século XIX e encontrou ecos na produção historiográfica de boa parte do ocidente.

formal, a maior parte dos segmentos sociais do passado viveu culturas iletradas, cuja expressão era oral e, ou, material e se revelava em práticas comuns aos grupos sociais. Portanto, seu resgate necessita de abordagens de pesquisa menos convencionais.³

Além disso, os temas da pesquisa histórica têm mostrado uma íntima relação com questões postas pelo presente dos historiadores. Estes acabam por escolher seus objetos de estudo mais em função dos problemas do presente do que do passado. Neste caso, há que se considerar que os pesquisadores tradicionais estiveram comprometidos com um ampla revolução cultural que se deu na Europa, desde os finais da Idade Média, e que só foi questionada muito recentemente. Tal revolução implicou um movimento centralizador fundado em mecanismos e estratégias que permitiram a poderes centralizados – especialmente o Estado, as Igrejas e a Escola – lutar contra as forças descentralizadoras da feudalidade e das solidariedades coletivas e comunitárias. (MUCHEMBLED, 1978). Desse ponto de vista, as criações artísticas e literárias dos séculos XVI, XVII e XVIII e o extermínio da variedade cultural fizeram parte do mesmo movimento histórico.

Essa tendência centralizadora refletiu-se nas análises históricas tradicionais que se inclinaram a destacar as realizações da política nacional européia. Sendo assim, a historiografia resultante esteve impregnada por uma noção de progresso linear que exaltava os 'sucessos' decorrentes da ocidentalização mundial. Já no século XX, especialmente após as duas guerras mundiais, as modificações havidas no mundo ocidental colocaram em xeque as certezas quanto à superioridade do padrão eurocêntrico e evoluido. Entre os fatores conjunturais que, no século XX, abalaram as certezas estabelecidas, pode-se citar: as crises econômicas mundiais, a descolonização da África e Ásia, a instauração do comunismo e o surgimento do Terceiro Mundo no cenário internacional.

Esse panorama obrigou tanto a sociedade como os meios acadêmicos a ficarem mais sensíveis às diferenças entre as formas de agir e de pensar dos vários agrupamentos sociais, a refletir sobre a experiência do 'outro'. Teoricamente, o conceito esquemático de 'civilização' deu lugar ao de 'níveis de cultura', pelo consenso de que, historicamente, a hegemonia de um determinado projeto social não elimina sua coexistência

³ Uma boa síntese da escola metódica pode ser encontrada em BOURDÉ, Gui; MARTIN, Hervé, op. cit.

com outras formações culturais que não podem ser avaliadas em termos de progresso ou atraso. Com estes pressupostos, os pesquisadores buscaram entender '*não apenas o que as pessoas pensavam, mas o modo como pensavam – como interpretavam o mundo, conferiam-lhe significado e lhe infundiam emoção*' (DARNTON, 1986 : XIII). Neste caso, verifica-se tanto a superação da história linear, articulada ao projeto vencedor, como uma tendência geral em resgatar a plena densidade dos tempos sociais. Apesar de alguns trabalhos anteriores terem privilegiado, metodologicamente, enfoques desta natureza, foi a partir das décadas de 1950 e 1960, que os historiadores, com motivações diferenciadas, passaram a preocupar-se com estudos culturais.

Aqueles ligados à tradição de estudos marxistas dirigiram-se à análises culturais quando deslocaram sua atenção da categoria "revolução".⁴ Neste caso, ao invés de continuarem procurando na história momentos fulgurantes da 'luta de classes', esses historiadores – notadamente os ligados ao grupo conhecido como Nova Esquerda Inglesa – passam a buscar na história os focos de resistência cotidiana ao projeto hegemônico da sociedade.⁵ É uma produção preocupada com reflexões dedicadas à "*história vindo de baixo*", sendo aí incluídos autores já clássicos como Georges Rudé, que analisa as classes populares parisienses; Albert Soboul, os *sans-culottes* de Paris, e E. P. Thompson, a classe operária inglesa. Com este tipo de estudo, boa parte da historiografia das décadas de 1960 e 1970 direcionou seus interesses para a investigação da composição social e da

⁴ Conceito fundamental da historiografia marxista ortodoxa, que via nas revoluções a oportunidade de transição de um modo de produção a outro. Esta concepção deriva das formulações de Karl Marx que a entendia como instrumento essencial para a conquista da liberdade, identificada com o fim da exploração do homem pelo homem. (BOBBIO, N, MATTEUCCI, N, PASQUINO, G. *Dicionário de política*. v. 2. Brasília: Edunb, 1992. p 1124). A este respeito consultar também: BOOTMORE, *Dicionário do pensamento marxista*.

⁵ A utilização de expressões como 'resistência cotidiana' e 'projeto hegemônico' pela nova historiografia marxista remete a autores do marxismo ocidental, notadamente, a Antonio Gramsci, que desenvolveu o conceito de 'bloco histórico'. Para ele, este conceito permite chegar a uma análise das forças que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas. Seria no interior do bloco histórico que se explicitam as relações de hegemonia, os mecanismos de dominação e direção exercidos por uma classe social sobre toda a sociedade em determinado momento histórico, bem como se esclarece a função dos intelectuais como organizadores da hegemonia.

vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres.⁶ Ou seja, para aqueles que até então eram os "excluídos da História".⁷

Esse novo enfoque redimensionou os estudos "marxistas", ao retomar a aceção de que as relações de produção são relações entre pessoas. Como tal, tem dimensões culturais e políticas tanto quanto econômicas, e o elemento unificador destas relações é o homem.

Neste sentido, desenvolveu um trabalho cujos elementos essenciais situam-se no resgate de atitudes, crenças e ações populares. Enfim, de experiências coletivas que expressam vivências culturais.

Na historiografia francesa ligada aos Annales⁸, a preocupação com os estudos culturais, de certa forma, esteve presente desde a constituição do grupo que se constituiu em oposição à preponderância da preocupação com a história política. Isto porque, ao proclamar a necessidade de uma história econômica e social, esse grupo abrigou também estudos das chamadas mentalidades coletivas⁹.

Esse conceito permitiu a elaboração de excelentes trabalhos¹⁰ ao mesmo tempo que encetou intenso debate cujo resultado foi a paulatina percepção de que, por ser extremamente abrangente, ele não permitia perceber as variadas cosmologias produzidas pelos diferentes grupos sociais que convivem numa determinada sociedade¹¹. Tal debate, alimentado por reflexões como as de Jacques Revel (1990) e Roger

⁶ HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 2. Este livro reúne artigos que investigam as idéias centrais da história cultural, mostrando as expansões deste campo historiográfico e suas interfaces com outras disciplinas, notadamente com a antropologia.

⁷ Expressão que designa o conjunto de atores sociais que não foram privilegiados pela historiografia tradicional.

⁸ Denominação que agrupa um movimento liderado por historiadores franceses que, desde 1929, empreenderam uma campanha contra a história política e fustal. Vem se utilizando da revista Annales para propor sucessivas renovações que, desde então, promoveram aos estudos históricos.

⁹ Conceito desenvolvido notadamente pelas duas primeiras gerações de *annalistes*, fundamentado no princípio de que uma determinada sociedade teria formas comuns de pensamento. As críticas ao seu excessivo grau de generalização encaminhou ao seu desuso.

¹⁰ À guisa de exemplo, podemos citar as obras Reis Taumanargos, de Marc Bloch e Rabelais, e o tempo de Rabelais: O problema da descrença no século XVI, de Lucien Febvre.

¹¹ Para uma síntese deste debate ver: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da história: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, especialmente capítulo 5.

Chartier (1990), desde os finais dos anos 80, questionou também a compartimentalização das investigações históricas em estudos econômicos, sociais, políticos e culturais, derivada da noção de que a história está estratificada em níveis diferenciados. Para Chartier, as experiências culturais e intelectuais de uma sociedade não constituem um nível separado da experiência social, mas são parte integrante da realidade histórica. A sua proposta é, então, uma mudança na abordagem dos estudos históricos de uma história social da cultura para uma história cultural da sociedade (CHARTIER, 1990). Aquilo que os historiadores aceitam como estruturas sociais objetivas devem ser vistas como socialmente construídas, já que a sociedade em si mesma é uma representação coletiva. Deste ponto de vista, *as relações econômicas e sociais não seriam anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos da prática cultural e produção cultural – o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extracultural da experiência.*¹²

Deste ponto de vista, seria impossível estabelecer relações exclusivas entre formas culturais específicas e grupos sociais particulares e, portanto, à abordagem cultural estaria vetada a possibilidade de polarizar a cultura em popular e erudita. Ao historiador caberia identificar as práticas culturais exercitadas por diversos grupos sociais prestando atenção à maneira pela qual cada camada apropria-se dos bens culturais de um determinado momento.

Isto posto, a proposta deste livro é, inicialmente, tentar estabelecer vínculos entre as instituições ligadas ao ensino e à escolaridade, e os aspectos cotidianos da vida social que englobam lazeres e costumes, expressos em formas bastante diversificadas. Neste quadro, a religião possui papel fundamental, atrelado às práticas formais e aos costumes populares. Tais instituições e práticas podem ser vistas como categorias culturais que, através dos séculos, confundiram-se ou imbricaram-se profundamente. (RONCAYOLO, 1977:75).

É importante igualmente destacar, em tal contexto, a 'missão civilizatória' atribuída ao desenvolvimento das cidades, bem como a visão tradicional de seu papel enquanto local da cultura "elaborada", um apanágio das elites privilegiadas.

Não é, todavia, somente o nível da instrução da população que denota a existência de uma cultura urbana – em oposição à que é

¹² HUNT, J. op. cit., p. 9

específica de uma sociedade camponesa –, mas igualmente a existência de atividades de lazer inerentes ao exercício das sociabilidades. A diversificação das atividades intelectuais, recreativas e beneficentes; a busca cada vez maior de sua sofisticação intelectual e de costumes, resultado do número crescente das pessoas alfabetizadas, constituem, assim, a forma pela qual a sociedade adquire seu equipamento cultural.

Em segundo lugar, a complexidade do estudo encontra-se também no fato de pretender percorrer a já longa história de um Estado desde seu início – quando contava apenas com pequenas aglomerações formadas por grupos de casas em torno de uma capela, uma praça e um pelourinho – para uma unidade territorial organizada em moldes modernos, tal como hoje a conhecemos.

Mas o recorte da transformação do pré-industrial para o industrial não é o ponto central de atenção desta abordagem. É, sim, a relação cultura-instituição que permitirá acompanhar sinais da continuidade de um tempo a outro, de uma sociedade a outra, mesmo se o conteúdo ideológico ou a realidade social modificarem-se significativamente (RONCAYOLO, 1977:75-76).

Tendo como balizas estes pressupostos, o objetivo deste texto será, pois, traçar um rápido painel da sociedade paranaense, de seu início precário aos nossos dias, privilegiando o percurso das instituições culturais e das atividades cotidianas nos espaços urbanos. Dentre elas são destacados a escola e o ensino, não com a intenção de construir uma história da educação, mas para utilizá-los como indicadores de mudanças ou permanências no decorrer do tempo.

Melhor dizendo, o trabalho buscará, também, acompanhar a construção progressiva de uma sociedade “letrada” no Paraná, cuja presença será fator de transformação, não apenas dos costumes, mas também das camadas mais profundas do tecido social.

Esta é a proposta deste volume, que se dirige preferencialmente à categoria dos professores da rede pública de ensino, mas que pode atingir um universo muito mais amplo de leitores. Daí seu caráter, que tenta combinar uma interpretação histórica mais acadêmica com base em extensa documentação, com uma narrativa quase literária e descritiva, acessível a todos que se interessem pela história do Paraná.

Dessa maneira, será possível dar a conhecer certas características da sociedade paranaense a partir de sua estrutura interna, em suas divisões funcionais, sociais e culturais, e mesmo em seus aspectos materiais ou ideológicos.

1 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE PARANAENSE

1.1 PRIMEIROS CONTATOS CULTURAIS

Os europeus que, desde finais do século XVI, se fixaram na região paranaense, se depararam com um espaço ocupado. Nele viviam povos indígenas pré-ceramistas, essencialmente nômades, que se organizavam em grupos pequenos sobrevivendo com a exploração dos recursos naturais. E, sobretudo, povos ceramistas, que desde há 2.000 anos habitavam na área dos atuais municípios de Contenda, Palmeira, Araucária, Curitiba, Campo Largo e Rio Branco do Sul. Juntamente com outros artefatos, a cerâmica é signo de diferenciação tecnológica e cultural. Inicialmente destinada à confecção de utensílios como tigelas, vasos e panelas a produção cerâmica, acompanhando a complexificação social, sofisticou-se em formas, cores e motivos decorativos. Também, ajusta-se às necessidades das crenças da sociedade que a produz; no caso dos indígenas, utilizavam-na para produzir, também, urnas funerárias. Os povos ceramistas, organizavam-se em grupos maiores e mais estruturados. Tendiam à sedentarização, permanecendo largos períodos em aldeias para cultivar parte de seus alimentos.

Os indígenas que habitavam no Paraná pertenciam às famílias lingüísticas Jê e Tupi-Guarani. Os primeiros, de forma geral refratário a contatos com outras culturas, tenderam a se afastar para locais onde pudessem manter isolamento. Neste processo, já no século XVIII, quando os campos da Lapa passaram a ser ocupados, os sesmeiros entraram em conflito com os *xokleng* que, em função de sucessivos deslocamentos, aí estavam instalados. Outra área que serviu de abrigo a grupos *jês* desalojados de seus *habitats* tradicionais foi o vale da Ribeira. Já os *kaiikangs*, espalhados por vários pontos do Paraná, no final do século XVIII continuavam perdendo território para o avanço português, como quando as expedições de Afonso Botelho os dizimaram nos campos de Guarapuava. (CHMYZ, 1995:18-20).

Os tupi-guarani espalhavam-se por todo o território paranaense. Foram mais acessíveis, diferentemente dos jês, ao contato com os portugueses. Aqueles que moravam na parte oeste do atual Estado, em boa parte, foram aldeados e forçados a adaptar-se ao modo de vida europeu nas reduções jesuíticas espanholas. Os que habitavam no primeiro planalto e na região litorânea tornaram-se alvo do interesse português ávido por braços para o cultivo. Praticantes da coivara, sofreram preação dos bandeirantes desde o século XVI.

Nessas bases, a relação estabelecida foi violenta e cruel. À época este fato gerou indignação de alguns, especialmente dos jesuítas, o que levou à criação da figura do *administrado* legalizando a prática de escravizar os indígenas. Recomendava-se, porém, que tais administrados fossem catequizados, batizados e instruídos por religiosos *de zelo exemplar e de luzes que deveriam também vigiar que com eles não se pratique violência alguma senão aquela que for necessária para repelir sua natural rudeza e barbaridade.* (BAMC, v. VII). Como os colonizadores eram todos cristãos, o pretexto da evangelização equivalia administrado a escravizado. Toda a empresa portuguesa, notadamente no sul da colônia, teria sido impossível sem o concurso do índio. A relação com o gentio foi fundamental para o lusitano sobreviver e se instalar num território onde desconhecia a topografia, a flora e a fauna. Esta convivência, ao mesmo tempo que inseriu o índio nos interesses da metrópole, estabeleceu as condições para a troca de elementos da cultura material e simbólica de ambos os grupos.

Mas, não se pode perder de vista o fato de a colonização portuguesa ter sido preponderantemente masculina. Vindo ao Brasil sem suas mulheres, faltaram-lhes condições de desdobrar, integralmente, a cultura familiar lusitana. E, sem dúvida, a miscigenação alterou a rígida organização social, tal como era prevista pelas leis e costumes portugueses. Isso não significa que, no período colonial houvesse uma polarização na camada senhorial de famílias legalmente estruturadas e que o restante da população tivesse vida promíscua e devassa. A interação de costumes diferenciados do índio, do europeu e do negro fez com que em nosso passado colonial coexistissem múltiplos arranjos domésticos e familiares.

Os mamelucos, híbridos culturais, foram, em larga medida, os agentes que promoveram a circulação de hábitos, técnicas e conhecimentos do universo cultural de suas mães. Na composição e reelaboração das tradições lusitana e autóctone, foi urdida uma outra forma de viver – o modo caipira.¹³ Ele passou a ser o modo de vida da população livre e pobre, uma massa anônima que lentamente se desenvolveu no Paraná dos séculos XVII e XVIII cujos traços ainda estão presentes nos usos, nas falas e nas crenças dos habitantes do Paraná tradicional.

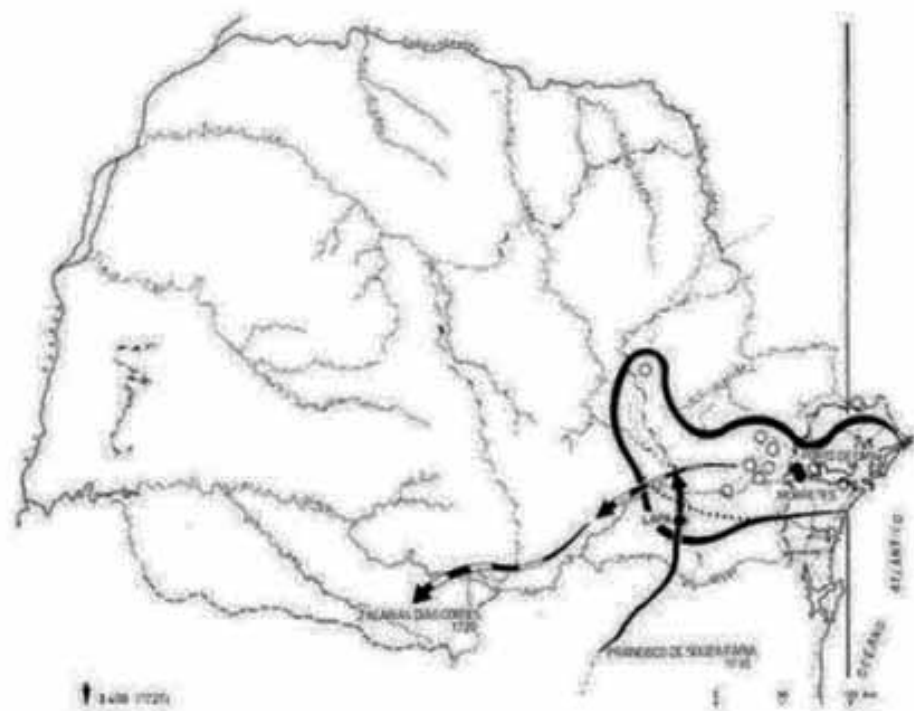
Essa cultura manteve a forma itinerante do roçar indígena, incorporou, para fins alimentares ou medicinais, frutos da terra, como a mandioca, o milho, o feijão e a erva-mate, amoldou-se ao costume de transportar e aprovisionar alimentos em cestos de fibras e taquaras trançadas, utilizando-se delas também para confeccionar armadilhas de apresar animais, dentre tantas outras coisas (CHMYZ, 1995). A interação com o modo de vida do indígena era tal que foi observado ao rei Dom João III:

que entre os lusitanos aqui fixados o que não tem gentio para o servir, vive como o gentio, sem casa mais do que de palha, sem cama mais do que uma rede, sem ofício nem fábrica mais do que canoa, linha, anzóis e flechas, armas com que vivem para se sustentarem, e de tudo o mais são esquecidos, sem aptidões de honra para a estimação, nem aumento de casa para a conservação dos filhos. (BALHANA, et al., 1969: 26)

O caráter predatório das atividades coloniais muito se serviu do conhecimento espacial dos nativos. Diferentemente da população da área canavieira, fixada em determinados locais em decorrência da produção e da comercialização do açúcar, aquelas da região sul foram marcadas pela mobilidade. Locomoção em muito tributária às rotas do nomadismo indígena, os caminhos do Peabiru.

¹³ A este respeito, consultar: CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998.

1 - CAMINHO DO PEABIRU SÉC. XVI



FONTE:

CARDOSO, Jaime A. Atlas histórico do Paraná. Curitiba: Indústria Gráfica, 1981, p.51.

Não é por acaso que boa parte dos acidentes geográficos da região recebem denominações tupis. Acompanhando o fluxo desta mobilidade, uma característica da população caipira foi, diferentemente do indígena, habitar à beira dos caminhos dos preadores de índios e de gado. Dispersavam-se pelo Caminho da Mata, nome dado ao trecho paranaense do roteiro que unia Viamão a Sorocaba. A rota dos tropeiros previa paragens para pousos e invernadas. Em suas proximidades eles construíram casas que deram origem a localidades como Rio Negro, Palmeira, Lapa, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva.

Outro efeito da convivência do indígena e do português se deu na generalização do uso do sistema lingüístico dos nativos. De fato, até finais do século XVIII, o idioma predominante no cotidiano foi a *língua geral do sul* ou *paulista*, originada do idioma dos Tupi de São Vicente e do Alto Tietê (RODRIGUES : 1985,21). Ele se tornou o idioma da expansão bandeirante no sul do país pelo uso disseminado entre a população neobrasileira.

A formação da cultura caipira e a utilização do idioma autóctone não significam hegemonia do nativo, pois toda a formação colonial expressa uma relação de subordinação do indígena ao português. Na realidade, a incorporação das terras brasileiras ao Império português assinala o início de seu processo de ocidentalização. A marca deste processo, em todos os locais onde ocorreu, foi a destruição das demais formas de organização social. Assim, ao mesmo tempo em que uma população livre e pobre, utilizando-se do saber indígena, sobrevivia às margens da sociedade colonial, a ação oficial ocupava-se em reproduzir o modelo português de sociedade. Ao implementar câmaras municipais e freguesias, a Coroa portuguesa estabelecia mecanismos que permitiam às leis de Portugal e ao catolicismo controlar o ordenamento social¹⁴.

¹⁴ Neste caso, as *Ordnações Filipinas*, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e, especificamente em relação aos indígenas, o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua magestade não mandar o contrário*. 1758.

1.2 INÍCIO DA OCIDENTALIZAÇÃO

Desde o século XVII já estavam presentes no Paraná as instituições portuguesas.¹⁵ A busca do ouro por paulistas vindos de São Vicente, São Paulo de Piratininga, Santos e Cananéia deu origem à povoação de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, primeira localidade paranaense elevada a vila em 1648. A fundação de um município era *um ato simbólico de múltiplas tomadas de posse de um território*; com ele, o *colono europeu legalizava a posse de fato e simultaneamente a Coroa portuguesa tomava posse de um território que em muito ultrapassava aquele pretendido pelo colono*. Por último, o *estabelecimento do município possuía caráter religioso por demarcar o espaço de uma comunidade cristã em terras de povos pagãos* (PEREIRA, SANTOS, 1993:16). Para tanto, a instituição do município era acompanhada, normalmente, da criação da freguesia, significando que o lugar passava a contar com assistência religiosa permanente. Além das atribuições religiosas específicas como registrar nascimentos, casamentos e óbitos, os párocos eram encarregados da cobrança de dízimos e das desobrigas; mais tarde, de efetuar recenseamentos, de cobrar impostos e de incentivar políticas do Reino, como a da miscigenação. (TORRES-LONDOÑO, 1997 : 69).

Na década seguinte, foi criado, serra acima, novo município, o da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba¹⁶. Novas divisões administrativas iriam ocorrer apenas na segunda metade do século XVIII. Assim sendo, por quase um século, *tudo o que estivesse além da Serra para o Sertão, era de Curitiba; e o que ficasse para baixo, até a costa da marinha era do Termo da Vila de Paranaguá*. (VIEIRA DOS SANTOS, 1952:v.1, 34).

A população existente nos termos desses municípios era pequena e dispersa. Até fins do setecentos distribuía-se, quase que paritariamente, entre o litoral e o planalto, quando 56% morava "serra acima". Na povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, quando da criação do município, em 1683, havia apenas 90 *fogos*; na Morretes, de meados do século XVIII, *dezoito pequenas moradas de casas de madeira, mui baixas e de pouca largura (...)* nelas havia cinco *lojas com fazendas (...)* mais cinco *armazéns com gêneros molhados*.

¹⁵ A respeito da estrutura administrativa colonial consultar: SALGADO, Maria (org). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Especialmente a respeito de Curitiba, consultar PEREIRA, M.R.M ; SANTOS, A.C.A. **300 anos: Câmara Municipal de Curitiba**: 1693-1993. Curitiba: Câmara Municipal, 1993.

¹⁶ Pelourinho, em 1668 e a Câmara, em 1693.

(VIEIRA DOS SANTOS, 1951b:37). Na segunda metade do século, em 1772, quando a Coroa iniciou a contabilização sistemática de habitantes, distribuíam-se no Paraná 4.245 pessoas: em Curitiba, 1.932, na freguesia de São José (dos Pinhais), 833, na de Santo Antônio (da Lapa), 500, e na Povoação de Yapó (Castro), 973. Mesmo Paranaguá, maior vila paranaense no período colonial, em 1785, contava somente com 3.427 habitantes. (VIEIRA DOS SANTOS, 1951b:10). O pequeno crescimento populacional da região paranaense tem sido atribuído aos recrutamentos militares como os de 1752-1773 e à Recruta Grande de 1777, para combater os espanhóis, bem como para as expedições aos sertões do Tibagi e aos Campos de Guarapuava, realizados de 1768 a 1775. Também, a localização em zona periférica à economia exportadora.¹⁷

De forma geral essas pessoas eram pobres e viviam com muita simplicidade. Em suas roças, a exemplo dos índios, o caipira plantava mandioca, milho, feijão e no litoral, pela boa adaptação da cana-de-açúcar, havia diversos engenhos-de-cana. A erva-mate, inicialmente foi colhida apenas para uso caseiro; o neobrasileiro manteve o hábito nativo de consumi-la, bem como de atribuir-lhe poderes medicinais e mágicos. Apesar do precoce interesse da Coroa por sua exploração, vai ser a partir do final do século XVIII que ela passará a ter peso na economia regional e envolver boa parte da população em sua extração, beneficiamento e comércio. (MELLO; SANTOS : 1993).

1.3 A CULTURA TROPEIRA

Paralelamente, desde o princípio do século XVIII, com as constantes exigências do mercado mineiro, organizaram-se fazendas de criação nos Campos Gerais, nos de Guarapuava, nos de Palmas. Com a intenção de reduzir o preço do gado e das cavalgadas de Curitiba, o Capitão General de São Paulo ordenou a abertura da estrada do Viamão. Neste caminho, em 1731, Cristovão Pereira de Abreu passou com a primeira tropa de aproximadamente 2.000 cavalos e éguas originários do sul do país. A atividade criatória que se desenvolvia até então foi substituída, em boa parte, pelas invernadas que produziram nova fonte de renda para os fazendeiros.

¹⁷ BURMESTER, A. M.; DE BONI, M.L.M.; SCHAAF, M. A população de Curitiba no século XVIII. IN: Boletim do Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, n. 21, 1974. p. 69

3 – CAMINHO DO VIAMÃO NO PR



FONTE:

Paraná. Secretaria do Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural.
Tropeirismo: um modo de vida. Curitiba, 1989, p. 22

1.4 O MUNDO SACRALIZADO

Por força de lei, os fazendeiros eram obrigados a manter residência também nas vilas e para lá dirigir-se, especialmente em certas datas do calendário litúrgico.

O catolicismo colonial foi marcado por manifestações externas da fé que implicavam longas missas celebradas pelo maior número possível de sacerdotes, procissões solenes e realização de ofícios, com presença obrigatória dos fiéis da freguesia. Para tanto, Páscoa, Natal e festas dos padroeiros transformavam vilas despovoadas em locais animados. Ademais, seguindo a tradição portuguesa, bem como as Ordenações do Reino, cada localidade deveria cultuar os anjos e santos que os protegessem. Competia às Câmaras determinar os dias destas comemorações religiosas, bem como de outras, de caráter profano. Na vila de Curitiba, o Ouvidor Pardinho determinou como festas solenes as datas de Corpus Christi, da visitação de Nossa Senhora à Santa Isabel (2 de julho), a do Anjo Custódio do Reino (terceiro domingo de julho), a da padroeira, Nossa Senhora da Luz (8 de setembro) e a de São Sebastião, em 20 de janeiro. Paranaguá comemorava nas mesmas datas, apenas diferindo na da padroeira, aí Nossa Senhora do Rosário.

Os santos protetores das Casas dos nobres em nome dos quais eram feitas as expedições exploradoras também eram venerados. No relato da expedição que Afonso Botelho de Sampaio e Souza fez, em 1771, aos campos de Tibagi, foi comemorado, no dia 8 de dezembro Nossa Senhora da Conceição.

Neste dia logo pela manhã confessou-se o tenente-coronel, capitão Lourenço Ribeiro e muito mais gente, pelas 11 horas principiou uma missa, foi cantada da melhor forma possível e no fim se deu uma descarga de 3 tiros de Artilharia, e se festejou a Senhora da Conceição com maior alegria que pode ser, tanto por ser a primeira missa que se dizia nos campos de Guarapuava, como por ser padroeira da Casa de Passos onde todos os anos é festejada por ser senhor dela o Tenente-coronel Comandante desta expedição. (BAMC, v. III, p. 25).

Os povos também eram conclamados a participar de eventos excepcionais como em 15 de julho de 1729 *vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (...) o procurador do concelho requereu se mandasse fixar um quartel para que todos os moradores deste rocio concorram (...) para assistirem a procissão para colocar a virgem nossa senhora da luz padroeira desta villa vinda de Portugal ...* (BAMC, v. VII, p. 90)

De qualquer forma, o controle exercido pela Igreja sobre a forma de participação popular nas festas públicas era constantemente desafiado pelas camadas populares, que encontraram, no contexto oficial, espaço para suas práticas lúdicas.

É verdade que a própria Igreja contribuía grandemente com a determinação de um elevado número de dias santificados durante o ano. A eles acrescentavam-se os feriados civis.

Em todos eles, à exceção dos escravos, a população divertia-se à maneira profana com a dança, a música e várias formas de folguedo. Romperam-se, assim, as obrigações de obediência civil e religiosa em momentos específicos, enquanto o cotidiano das famílias era muito mais pacato e monótono.

Nas vilas, o casario abrigava, predominantemente, famílias simples, compostas de pais, mães e poucos filhos. A estrutura doméstica da região tem se mostrado diferente da classicamente atribuída às regiões canavieiras onde era característica a família patriarcal extensa habitando casas-grandes. Nesta região militarizada, com homens em constante deslocamento para explorar e defender domínios portugueses, há indícios de que eram as mulheres que, muitas vezes, chefiavam suas casas e tomavam conta da lavoura ou do negócio familiar, fato comum em toda a região sul e sudeste do Brasil colonial. Em outros momentos, eram compelidas a assumir o comando, pois seus maridos ou parceiros estavam presos pelo crime de deserção. Não é raro encontrar correspondência reclamando que os habitantes do Paraná negavam-se a colaborar com a política oficial. Em 1790, o Governador da Capitania Bernardo José Lorena, irritado com este estado de coisas, escrevia ao capitão mor de Paranaguá ordenando a prisão dos pais de desertores:

(...) a escandalosa deserção que tem havido das tropas desta capital me obriga a proceder com a maior violência contra os pais dos desertores depois de ter usado em vão todos os meios suaves com os filhos de cujo mau procedimento tem os pais a maior culpa na péssima educação que lhes deram. (DI, v. XLVI, p. 84)

Chefiadas pelos homens ou mulheres, essas moradias tinham interiores modestos, contando com poucos cômodos, geralmente dois, onde conviviam os familiares, os escravos e administrados. O chão, de terra batida, era cercado por paredes de barro. Nelas, os caipiras

adaptaram o modelo construtivo dos indígenas, à exceção da cobertura. A de palha, própria da morada indígena, foi substituída pela telha. A raridade da mobília – baús, bancos e redes – é outra evidência da rusticidade com que viviam os homens livres, qual fosse o estrato social, especialmente nos primeiros tempos.

No final do século, a situação já era outra tornando-se possível encontrar determinados grupos vivendo com certos requintes ou até com ostentação. Sobre o sargento-mor Domingos Cardozo de Lima, rico explorador de ouro da região do Assungui, sabe-se que

(...) sua casa (...) era ornada de damasco e seda, sua mesa servida de baixela de prata, suas mucamas ou as mulatas pagens de sua família ornadas de grossos cordões de ouro de mais de cem oitavas de peso, e até tinha uma completa banda de música de instrumentos de sopro que seus escravos tocavam principalmente quando ele ia a Paranaguá fazendo uma entrada pomposa, ao som de trompa e clarim (...) era possuidor de grandes casas de sobrado que estão próximas à Igreja de São Benedito. (VIEIRA DOS SANTOS: 1951b, V. 1, p. 20)

1.5 AS CÂMARAS MUNICIPAIS E A VIDA CIVIL

A organização do cotidiano das vilas era preocupação das Câmaras Municipais a quem cabia ordenar e retificar o comportamento da população.¹⁸ À época, governar significava, antes de tudo, controlar e disciplinar a população. Os provimentos dados pelos ouvidores chegavam às minúcias em suas tentativas de enquadrar a sociedade no comportamento desejado. Nada deixavam de prever ou de corrigir, ocupando-se com o arruamento, com as normas para a construção de casas, com os festejos religiosos e profanos, com a limpeza da vila, com os hábitos da população, com a organização das atividades comerciais, com o alistamento militar. Pode-se imaginar que o conjunto de prescrições e interdições a respeito de hábitos de higiene, gestual, ruídos e formas de tratamento expressas nas posturas municipais *compusessem uma espécie de manual de civilidade e de obediência à ordem constituída*. (PEREIRA, 1996: 138)

¹⁸ As atas de vereança das sessões das Câmaras Municipais, os provimentos dos diversos ouvidores e a correspondência oficial são fontes que permitem entrever o cotidiano das pequenas aglomerações no decorrer do século XVIII.

Cientes de seus deveres como fiéis vassallos do Rei, os vereadores eram diligentes na aplicação da justiça. Seu símbolo, o pelourinho, esteve presente nas praças ou largos das vilas. No Brasil colonial, como de resto, em todo o Antigo Regime, as punições eram aplicadas em espaços abertos, à vista de todos. A arte de governar significava ter, em relação *aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos uma forma de vigilância, de controle, tão atenta quanto ao do pai de família.* (FOUCAULT, 1986: 281) E, como “pais” diligentes as autoridades, civis e religiosas, ao retificarem publicamente o comportamento, acreditavam no caráter destes atos de civilizar as condutas, conter rebeldias e subordinar o povo. Sociedade iletrada, contava com o papel desempenhado pelo “ver” ou “ouvir dizer” das culturas orais. Com certeza, a vigilância das autoridades não tornava esta sociedade menos violenta. Até a Primeira República, pelas próprias contradições de nossa sociedade, muitos conflitos continuaram a ser resolvidos diretamente entre as partes envolvidas.

A tentativa de indicar os comportamentos propriamente urbanos, era acompanhada da demarcação das condutas desejáveis aos súditos d’El Rey. Em 1779, por exemplo, o ouvidor Antonio Barboza de Mattos Coutinho proibia *as vendas e as vendagens de bebidas alcohólicas por entre as lavras de onde sucede não só a embriagação dos Escravos, mas também a extirpação, e lapidação do ouro em negócios com os mesmos escravos arbitrando a pena de 10 dias de cadeia a quem o fizesse.* (BAPM, v.VIII, 107). Uma interferência necessária pois a desordem sempre foi perigosa. Além do mais, o enquadramento era importante, pois as autoridades, que tanto necessitavam desta população para garantir a defesa do território, considerava os habitantes da colônia “*moles, doentes e froncos*”. (BURMESTER, 1987:121)

À despeito dessa caracterização, os caboclos simplórios ou reinóis estabelecidos nas terras paranaenses, compulsoriamente, eram lembrados de seu pertencimento ao império português. Para seu brilho contribuíam com o pagamento de taxas adicionais destinadas ao enxoval de uma infanta, aos festejo do consórcio de um infante ou até aos funerais reais. Em 1751, por exemplo, o povo das vilas paranaenses foi conclamado por bandos das Câmaras a “*demonstrar sentimento*” pelo passamento do *Monarca Dom João o quinto formando uma companhia.* Até a escolha dos nomes das localidades foi, por vezes, tributária à presença simbólica do reino português. Antonina seria uma homenagem ao príncipe Antônio e Castro, ao ministro de Dona Maria I, Martinho de Mello e Castro. (cf. BORBA, 1997 : 23)

Na sua função de organizar o mercado, cabia às Câmaras expedir alvarás de funcionamento para estabelecimentos comerciais. Em 1769, por exemplo, em Curitiba, foi autorizado o funcionamento de 27 lojas de secos e molhados, de carpintaria, de alfaiatarias, de serralheira, de sapatarias e de ferraria (RITTER, 1982 : 31). A leitura destas licenças permite entrever que a organização do trabalho nas vilas paranaenses obedecia à rígida hierarquia da Europa pré-industrial. Mestres de ofício repassavam seus conhecimentos aos seus auxiliares, como o fez Antônio Araújo Miranda, que trabalhava *no ofício de ferreiro com portas abertas com oficiais e aprendizes* (BAMC, v. XVII:8), e Phelipe Fernandes do Rego, que *usava de seu ofício de alfaiate com porta aberta e com oficiais e aprendizes*. (BAMC, v. XVII : 58)

Além da população de origem européia, da nativa e do contingente de mestiços derivados deste contato, a estrutura social do Paraná colonial incluía contingentes de escravos. Em 1780, quando a população total somava 17.685 habitantes, 5.336 eram negros escravos. Assim sendo, de cada três pessoas, uma era negra ou mulata escrava. (PINHEIRO MACHADO, 1972:48) Merece observação o fato de os cativos distribuírem-se diferenciadamente: em 1772, ocasião do primeiro censo completo da Capitania de São Paulo, 28,8% da população do Paraná era escrava; no entanto, em Paranaguá este índice alcançava proporções mais elevadas, sendo escravos 44,2% de seus habitantes (BALHANA, 1991: 12-13). Por sua condição recebiam tratamento diversificado. As situações em que eles pudessem reunir-se para batuques e danças eram especialmente reprimidas. Um dos motivos da proibição dos fandangos foi a presença de escravos neste tipo de diversão. Considerada pelos vereadores como dança lasciva, e por isso condenada, eram permitidas, no entanto, *“as rodas que se fazem nas festas do Espírito Santo e os que fizerem particular em suas casas sejam entre parentes até o quarto grau”*¹⁹.

Os escravos resistiam ao cativeiro e aqueles encaminhados ao Paraná também organizaram quilombos, dos quais há notícia até finais do século XIX. As Câmaras Municipais, por ordem régia de 1746, deveriam *preparar*

¹⁹ As fontes primárias para verificar a ação das Câmaras Municipais são, por excelência, as Atas das Sessões das Câmaras. No caso paranaense, apenas as de Curitiba cobrem a totalidade do século XVIII, havendo, para as demais localidades, séries completas a partir do século XIX. Uma análise histórica da Câmara Municipal de Curitiba pode ser verificada em: PEREIRA, M. R. P.; SANTOS, A. C. A. **300 Anos: Câmara Municipal de Curitiba: 1693-1993**. Curitiba: Câmara Municipal, 1993.

um carimbo de ferro com a letra F em relevo para com eles se marcar os negros calhambolas que fossem achados em quilombos ou mesmo aqueles que fossem achados vadios vagando pelos campos e matos. A mesma ordem incitava aos capitães do mato ou a qualquer pessoa que os encontrasse a encaminhá-los à Câmara para serem marcados a ferro com a letra F ou, em caso de resistência, atirarem para matar. Segundo a concepção da época, os que resistissem ao cativo tornavam-se públicos saltadores de estradas a quem se pode matar impunemente. (BAMC, v. XII, 5)

1.6 A IGREJA E A RELIGIOSIDADE POPULAR.

Previamente à organização político-administrativa sintetizada na ação das Câmaras Municipais, a população se agrupava em torno de devoções religiosas. Tudo indica que a primeira capela paranaense foi dedicada à Nossa Senhora do Rosário, em Paranaguá, mas não há documentação que precise o ano de sua criação, possivelmente 1560 (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, v.2.:43). Para além da tentativa de datar a criação da primeira capela em solo paranaense, é importante destacar que a religiosidade era parte integrante da vida dos homens da sociedade colonial. É que as primeiras capelas expressam iniciativas de leigos.

Aqueles mais próximos à influência católica acreditavam na possibilidade de conseguir, pela confissão, a salvação de suas almas. O jesuíta Antônio Vieira advertia que *o pecado tem muitas portas para entrar, e só uma para sair que é confissão*. Necessitava-se, portanto, de um padre por perto para administrar este e os demais sacramentos. Batismo, confissão, matrimônio, extrema-unção eram sabidamente ritos de salvação. Padres regulares como os carmelitas, franciscanos e jesuítas bem como o clero secular percorreram o território paranaense atendendo o rebanho disperso.

A proximidade com o sagrado dava conforto, notadamente nas ocasiões de exceção. Em 1686, quando grande parte das localidades da costa brasileira foi atingida pela Peste Grande, ou, a Peste da “Bicha”²⁰, valeu aos moradores de Paranaguá a intercessão à sua padroeira, Nossa Senhora do Rocio (VIEIRA DOS SANTOS, 1952 v.1, p.54-55). Acreditava-se que as epidemias fossem *flagelo de Deus* e ser necessário orações coletivas, procissões e velas para aplacar a fúria divina, pois

²⁰ Expressões que designavam a malária.

mesmo o discurso médico não dava conta de explicar as causas das epidemias. Para o médico português Ferreira da Rosa, pestes como a que vigorou no Brasil entre 1685 e 1695 poderiam ser motivadas pela contaminação do ar, por causas astrológicas ou pela emanação de vapores de lugares pútridos. Sintetizava um saber que não desprezava a possibilidade de elas serem castigos celestes. No Brasil, certamente pelos maus costumes disseminados.

Esta mesma crença habitava o imaginário popular. Os habitantes da vila de Morretes, em 1795, ao sofrerem uma:

grandiosa enchente acontecida repentinamente e de noite (...) foram procurar o asilo no alto da Igreja recorrendo ao patrocínio de Nossa Senhora do Porto, sua padroeira, em cuja Igreja se agasalharam. (...); implorando com seus gritos a divina misericórdia. (VIEIRA DOS SANTOS: 1850, v. 1, 194)

Outra ação religiosa dos leigos concretizava-se na instituição de confrarias, divididas principalmente em irmandades e ordens terceiras. Estas organizações já existiam em Portugal desde pelo menos o século XIII, dedicadas a obras de caridade voltadas para seus próprios membros ou para pessoas carentes não associadas. (REIS, 1991: 49). As irmandades assumiam o compromisso de promover ocasiões de culto e de festejos do santo padroeiro, solidariedade em casos de dificuldade e, sobretudo, de organizar um bom enterro.

No Paraná colonial as irmandades mais antigas foram instituídas no século XVII, em Paranaguá. Neste caso, estão a da Nossa Senhora do Rosário dos Brancos, a de São Miguel das Almas, a de São Benedito, que durante certo período esteve ligada à de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a do Santíssimo Sacramento. Esta, em 1709, já contava com 188 irmãos e 7 padres. Seu compromisso expressava obrigações anuais junto aos irmãos vivos ou mortos cuja celebração deveria contar com a participação de todos.

Se as confrarias conformavam as formas tradicionais das devoções populares, as freguesias traziam para as vilas o aparato institucional da Igreja. E, nesta condição, estas perfilavam-se com as câmaras como reguladora da moral e dos costumes. É certo que os portugueses que se instalaram na colônia acreditavam na missão sagrada da propagação e manutenção da fé cristã. E, em função do padroado, isso configurava-se, sobretudo, como tarefa do Estado.

Desde o século XIV, diversos tratados e bulas papais delegaram aos monarcas portugueses o poder espiritual e, portanto, não era apenas de

modo burocrático que a Igreja estava unida ao Estado. Existia toda uma reflexão teológica que dava conteúdo de fé à união desses dois poderes na pessoa do monarca lusitano. (AZZI, 1984:51). Neste caso, o clero do Reino e dos domínios ultramarinos eram funcionários reais controlados pela Mesa de Consciência e Ordens, e, naturalmente, pelo Rei.

As freguesias, até o advento da República, contavam com párocos encomendados ou colados. Em ambos os casos, era responsabilidade das respectivas Câmaras Municipais o pagamento de seus proventos, denominados cõngruas. A Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais incluía-se na condição de paróquia colada, significando possuir pároco fixo. No Brasil colonial a colação de paróquias adquiriu signo próprio *indicando o reconhecimento, por parte das autoridades coloniais e de El-Rei, da consolidação de áreas de ocupação com certa representatividade econômica ou expressão política.* (TORRES-LONDONO, 1997: 56)

1.7 CONFLITOS ENTRE ESFERAS DO PODER

Sacerdotes e oficiais das Câmaras paranaenses, nem sempre exerceram suas funções em harmonia. É comum constatar tensões bastante agudas entre estas duas esferas que desempenharam papel ativo na padronização cultural desta sociedade. Os moradores de Sant'Anna do Iapó (Castro) enviaram correspondência com mais de oitenta assinaturas, ao príncipe-regente, solicitando não haver mais colação eclesiástica naquela localidade, quando da morte em 1807 do reverendo Loureiro de Almeida, pároco desde a década de 1790. Segundo as palavras dos iapoenses: o Ente Supremo compadecido dos rigorosos vexames com que o nosso pastor nos tratava (...) levou-o da vida presente para a eternidade, deixando estes miseráveis povos isentos da opressão em que flagelados viviam. (...) e que agora, isentos de tantos males (...) nesta paróquia não mais haja vigário colado. (ROSAS, 1993: 95)

É curioso observar que apenas no final do século XVIII iniciaram-se as denúncias de padres que mantinham *mulheres portas adentro*. O teor das reclamações até então – excessiva ganância, usura, agiotagem, falta de sacramentos – reflete exploração econômica ou abuso de poder e não cobrança de conduta moral apropriada ao exercício da função clerical.

As brigas entre fiéis e clero não se detinham ao plano local. Normalmente buscava-se uma solução junto aos escalões administrativos

superiores, ao governador-mor e ao bispo. Até porque, estes conflitos eram reflexo de uma sociedade fundamentada em privilégios, em que a esfera do poder secular e religioso estavam mal delimitadas.

Em 1738, o capitão-mor Antonio da Sylva Caldeira Pimentel escrevia às Câmaras do sul que quando os padres acolhessem desertores ficava suspenso o direito do solo sagrado. Segundo a carta, Sua Majestade ordenava que caso os clérigos desobedecessem que *os prendessem a justiças seculares, e se os religiosos oferecessem resistência que lhes quebrassem a cabeça mas que não descumprissem as ordens régias*. (DI, v. IX, p. 67). Esta ordem foi cumprida ao pé da letra por Francisco de Souza Faria, que “bateu na cabeça” do Padre Antônio de Andrade e remeteu-o a ferros para São Paulo. Naturalmente, foi excomungado.

A população atônita, compulsoriamente, era envolvida nas brigas, como foi o caso dos moradores da vila de Santana do Iapó a quem foi imputada difícil decisão: caso pagassem os emolumentos abusivos desejados pelo pároco Loureiro, receberiam da Câmara multa de 6\$000 e 30 dias de cadeia; caso não pagassem, seriam excomungados por não satisfazer os preceitos da Igreja. (ROSAS, 1993: 75).

Muito em função dessas brigas, as igrejas *caíam aos pedaços*. Deste fato testemunham as instruções deixadas pelos ouvidores, provedores e corregedores que recorrentemente indicam à Câmara a necessidade de efetuar reparos nas igrejas e capelas. Em 1756, das 14 correições deixadas por Jeronymo de Magalhães aos curitibanos, sete referiam-se à recuperação da Igreja *para não sentirem os moradores desta vila o golpe com que estavam ameaçados de lhe ficar a matriz inderditada*. (BAMC, v. VIII, p. 83)

As tensões entre o povo, ou melhor entre *os maiores da terra* e os padres, seus párocos, não lhes retiravam a função de intermediários do sagrado. E, por esta condição, eles tinham autoridade para tentar modelar comportamentos conforme a nova moral pretendida pela Igreja. No Paraná, como de resto em boa parte do Brasil, este processo iria ter ecos francamente positivos apenas no século XX. No entanto, o sentido da pastoral católica já estava dado desde o Concílio de Trento, e bem ou mal, fundamentavam a relação Igreja-fiéis.

Muitas cartas pastorais, já na segunda metade do século XVIII, denotavam a expectativa de imprimir atitudes devocionais ao interior das igrejas, como a passada em 1774 às freguesias do Bispado de São Paulo, que advertia às pessoas de *toda a qualidade* a respeito do necessário recato no

interior das igrejas. Solicitava que os homens não fossem à igreja para *registrar pessoas do sexo feminino*; que, à exceção dos que obtiveram *este privilégio*, não entrassem *de esporas*; que as mulheres tivessem o recato de ir aos templos com as saias suficientemente longas *para que não lhe apareça os artelhos dos pés e com as saias à maneira de degraus do sepulcro aparecendo a mais interior, nova moda que com escândalo de toda a modéstia e honestidade tem introduzido o demônio*; que as pessoas não realizassem folguedos com máscaras nos dias em que o Santíssimo Sacramento estivesse exposto (PPNSPG, p. 63-67). Como era de costume, o pároco dava publicidade a estas cartas no primeiro dia santo de guarda após seu recebimento, e a inobservância das indicações episcopais acarretavam pena de excomunhão.

Para outros, a vida eterna não assumia significado. Prosseguiram suas vidas em 'pecado' já que a proposta da Igreja não encontrava ressonância em seus comportamentos. Neste caso, os maiores crimes daquela sociedade até o século XIX parecem ter sido o concubinato, a bigamia e a geração de filhos fora do casamento. A generalização da opção por uniões consensuais no período colonial tem sido atribuída à mobilidade masculina (BURMESTER, 1981; SILVA, 1993). De fato, muitas atividades do Paraná colonial favoreciam o deslocamento geográfico: extração de ouro, tropeirismo, atividades militares de defesa do território (ou a deserção às recrutas), exploração do interior, exercício de mandato na Câmara retiravam homens, solteiros e casados, de seus domicílios favorecendo o estabelecimento de uniões ilegítimas, estáveis ou não. Outra explicação recorrente são os altos custos materiais e burocráticos estipulados pela Igreja para officiar os casamentos que agiria como fator de desestímulo à sua legitimação. (SILVA, 1993; NADALIN, 1994)

Se aos olhos institucionais isso significava infração dos princípios religiosos é importante ter em vista que aspectos culturais e contingenciais, e não a mera libertinagem, poderiam estar fundamentando estas práticas sociais. Os nativos não regiam suas escolhas pelas normas católicas, e a relação entre os sexos, mesmo exogâmica, incluía os indivíduos numa intrincada rede de parentesco. Neste caso, com as nativas escravas o português se amancebava; com as livres, casava, no mais das vezes, conforme o "costume da terra" (SILVA, 1994:143). Os escravos, pela sua condição naquela sociedade e pelo pressuposto de desigualdade racial, não eram cogitados para relações legítimas. No entanto, não foi incomum o matrimônio de forros com escravos, até porque, o africano, mais do que o índio, adaptou-se ao casamento religioso.

Ademais, os próprios portugueses trouxeram práticas matrimoniais costumeiras que não recebiam aprovação religiosa. Reconhecidas pelas Ordenações do Reino consistiam no casamento “à porta da Igreja” e no “casamento presumido”, este último resultado de coabitação prolongada. (NADALIN, 1994). Uma consequência da variedade das relações e dos arranjos domésticos foram os filhos ilegítimos, fenômeno recorrente em todo o Brasil colonial. No Paraná dos séculos XVIII e XIX, houve uma variação entre 10 a 25% dos nascimentos nesta condição.

1.8 APRENDENDO A LER E ESCREVER.

O braço longo da Igreja atingia também outro campo em que manteve, por longo tempo, o controle: o ensino e a escolarização. Já no tempo das reduções, os jesuítas espanhóis se ocupavam em iniciar os indígenas na música e nas artes e ofícios, ao mesmo tempo que aprendiam o seu idioma.

Os jesuítas portugueses foram igualmente eficientes, sendo disso exemplo sua ação educacional em Paranaguá. Já em 1691, a Câmara do Provincial da Companhia de Jesus solicitava a vinda de seis padres, prometendo-lhes Colégios para sua residências à custa do povo, dar-lhes dinheiro para a compra de escravos e doação de terras para seu estabelecimento na agricultura, uma vez que dessem aulas de ensino primário e latimidade e ensinassem à mocidade os dogmas da religião. Em 1699, o provincial mandou alguns religiosos e lhes deu 6 escrituras para seu estabelecimento (VIEIRA DOS SANTOS:1951:57-60). Nessa época, os padres da Companhia de Jesus estabelecidos em Santos, munidos do monopólio do ensino, mantinham missões volantes de instrução e de pregação evangélica e os parnanguaras eram atingidos por elas. (NEGRÃO, 1935:94)

Efetivamente, foi na Capela de Nossa Senhora das Mercês de Paranaguá que funcionou a primeira escola primária dos jesuítas entre os anos de 1708 e 1741. Neste ano foi inaugurado o Colégio Jesuíta da *Ribanceira* e nele concentraram-se as atividades educacionais dos inicianos até 1759.

No entanto, há indícios de que o escasso sistema de ensino não estivesse apenas a cargo dos religiosos. Desde a década de 1720, há

menções de professores pedindo *licença para manter escola pública de ler, escrever e contar*. Tratavam-se de letrados, em maior ou menor grau, que disponibilizavam um espaço de suas casas para atividades pedagógicas. Neste caso, a primeira provisão conhecida foi dada a Manoel Rodrigues de Souza, que em 1728 renovava a autorização episcopal de *abrir escola pública* e de ser *mestre de Capela* na vila de Curitiba. Não há notícia de outro professor até esta data em vilas paranaenses, fato que permitiria *outorgar-lhe o título de primeiro mestre leigo destas terras*. Sua provisão o autorizava a *ensinar a ler, escrever, contar, solfejo e harpa*, indicando tratar-se de um professor com bom preparo (BAPM, v. XIX, P. 46).²¹ Mais tarde, há menções de que o mestre escola Antonio Xavier Ferreira cessou suas atividades por volta de 1798 e de que *para continuar a útil e necessária instrução dos Vassallos de Sua Magestade nomeava-se Manoel Teixeira de Oliveira*, devidamente examinado e aprovado pelo senhor bispo e pago pelo subsídio literário da Real Fazenda. (NEGRÃO, 1935: 96)

Em meados do século XVIII, 1745, foi instalado em Paranaguá o Colégio de Nossa Senhora do Terço onde era ministrado ensino secundário e o preparo para a carreira religiosa, à medida que aí funcionava um seminário. (RCEB. T. III, n.1, p. 8).

Com a medida pombalina de expulsar os jesuítas, em 1758, houve uma desestruturação geral na prática educacional em todo o país, a que a região do Paraná não escapou. As escolas mantidas por ordens monásticas dos beneditinos, dos franciscanos e dos carmelitas não tinham a eficiência das dos jesuítas que na prática estiveram em Paranaguá por curto espaço de tempo. E, durante o período colonial foi pífia a atuação do Reino em promover a educação pública sendo que a primeira escola régia brasileira foi instalada em 1770 (NEGRÃO, 1935: 93). Este estado de coisas obrigava a população a recorrer a outros expedientes: os ricos procuravam a instrução particular ministrada geralmente por religiosos, enquanto os demais, se houvessem condições, contentavam-se com os ensinamentos domésticos. (RCEB. T. III, n.1, p. 8)

A escassez de estabelecimentos educacionais não significava que os homens bons, quando eleitos para funções públicas, demonstrassem ignorância de rudimentos educacionais, marcando com cruz sua presença nas atas das sessões administrativas em que participavam. Esta modalidade

²¹ Destaque-se que os mestres-de-capela eram os músicos encarregados da parte musical determinada pela liturgia.

de firmar era específica das pessoas pobres pois, raramente, um vereador deixou de assinar, de próprio punho, os documentos camarários.²² Cabe destacar que a preocupação em proporcionar rudimentos educacionais era direcionado ao segmento masculino, pois, conforme a mentalidade colonial setecentista, *as mulheres não necessitavam desse luxo inútil. Livros? Bastava uma carta de A B C, e, que cada um adquirisse onde lhe conviesse.* (NEGRÃO, 1935:94)

Foi apenas em meados da segunda metade do século XVIII, junto com os Estatutos da Universidade de Coimbra que a Coroa instituiu as aulas régias, que podem ser consideradas a primeira iniciativa sistemática de instrução pública do Império Português. Até então a educação pública era tributária a demandas pontuais da população, normalmente formalizadas pelas Câmaras Municipais. Neste caso, a provisão de 6 de setembro de 1768, do Conselho Ultramarino, nomeou o padre Ignácio Pinto da Conceição, professor régio de Gramática Latina na vila de Paranaguá (VIEIRA DOS SANTOS: 1950, 158). A 26 de julho de 1783, a Câmara representou à rainha a necessidade de haver um professor régio para o ensino das primeiras letras e em 1788, por provisão régia, este cargo era ocupado por Francisco Ignácio Amaral Gurgel, que também ministrava o catecismo (VIEIRA DOS SANTOS :1950, 175). Em 1790, o Governador-Mor Bernardo José Lorena atende o pedido dos moradores de Paranaguá de aí conservar o mestre régio de ler e escrever (DI, v. XLVI, p. 101).

1.9 AGRUPEM-SE OS VADIOS.

Se Paranaguá já se configurava como centro que demandava certo lustro cultural, é difícil generalizar a afirmação para os habitantes das demais localidades do Paraná. No entanto, é inegável que, a partir das Instruções do rei Dom José I, de 26 de janeiro de 1765, a população, notadamente aquela dispersa serra acima, passam a conhecer transformações. Pela ordem do Rei *nas povoações e partes desta Capitania se levantem e erijam vilas, congregando a elas todos os raios, dispersos e que vivam em sítios volantes, para morarem civilmente, ministrando-se-lhes os sacramentos, e estarem prontos nas ocasiões do real serviço, por ser assim conveniente ai mesmo aumento e bem dos povos* (apud BORBA : 1997 : 17). Como reflexo desta política

²² Dado resultante de pesquisas dos alunos-bolsistas Prolicen/UFPR, do Projeto CEDOPE na documentação das Câmaras Municipais de Curitiba e de Castro.

governamental são criadas novas freguesias: Antonina (1797), São José dos Pinhais (1757), Santo Antônio da Lapa (1769), Guaratuba e Sant'Ana do Iapó. Para além dos objetivos do Reino de ocupar, definitivamente, as terras do Brasil Meridional, a idéia de agrupar vadios e dispersos em vilas – ou seja, sob as instituições municipais portuguesas – tinha o caráter de defesa perante os perigos da vida em locais ermos. Portanto, nas atas de ereção de diversas vilas setecentistas existe, como justificativa para a concentração da população em núcleos urbanos, *o aumento da povoação, removendo desta sorte o medo, que todos tinham de se estabelecer ali.* (ACMCastro).

Em 1767, uma correspondência do Morgado do Mateus governador de São Paulo, denotava a preocupação de organizar, conforme as ordens da Metrópole, expedições para fundar vilas na capitania, entre as quais se incluíam Santo Antônio do Registro (Lapa) e Sant'Ana do Iapó (Castro), no atual território do Paraná.

Notadamente, a atuação do capitão-general paulista esteve, no todo, revestida de caráter marcial. As expedições formadas sob sua supervisão eram organizadas na forma de “bandeiras”, comandadas por militares e compostas por “voluntários” alistados nos corpos de ordenanças e tropas auxiliares. A obrigação de arregimentar voluntários estava ao encargo dos capitães-mores das vilas e povoados, os quais sempre informavam que a maior parte dos moradores, esquecidos da honra, zelo e fidelidade com que devem empregar-se no Real Serviço”, recusava-se a prestar “um tão útil serviço”. Contra esses homens, o governador acenava com a prisão e o envio para sentarem “praça na guarnição da marinha”; o mesmo “castigo” destinado para aqueles tidos como “vadios”. (SANTOS: 1999, 218).

É dessa época também o esforço para explorar os campos de Guarapuava e de Palmas, mantendo-se, ao menos com as tribos aliadas, uma política de aliança. Neste caso, o Capitão General Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão enviava carta para os caciques dos índios dos rios Iapó, Tibagi e Iguçu, afirmando que desejava em muito que entre ele e as autoridades tribais houvesse *paiz, comércio e amizade* e prometendo *em nome de Deus Onipresente e de El-Rei de Portugal amizade para sempre*. Para selar a amizade mandou *seis barris de aguardente*. (DI, v. 72, 200-201)

Em decorrência da ocupação da região oeste, foi criada a freguesia de Guarapuava, que, juntamente com Morretes, constituem-se nas únicas unidades administrativas criadas até a emancipação política. Nas décadas

seguintes, com o término dos conflitos com os espanhóis no sul a região oeste do território paranaense passa a ser alvo do interesse régio. A fim de atrair o interesse e a participação de voluntários que se dispusessem a tomar a região dos *bugres*, permitiu-se a prisão de indígenas por 15 anos a serviço de seus captores e, sobretudo, a concessão de sesmarias nos campos de Guarapuava, cujo tamanho era proporcional aos cabedais dos que as requeressem. (WESTPHALEN, 1991 : 141-142)

Tal política permitiu, no decorrer do século seguinte, que o território do Paraná fosse gradativamente ocupado e, de certa forma, demarcado no cenário do Brasil imperial.

2 O PARANÁ 'CIVILIZA-SE'

2.1 A SOCIEDADE DO MATE

As transformações do Brasil nas primeiras décadas do século XIX afetaram, de formas diversas, a região paranaense. A crescente importância assumida pelo café nas exportações tendeu, desde o início do século, a deslocar contingentes de escravos para as regiões do vale do Paraíba. Este fato foi observado por Saint-Hilaire ao percorrer na década de 1820 os Campos Gerais e a região de Castro, permitindo-lhe afirmar haver aí *um número infinitamente maior de homens realmente brancos* que em outras partes da Província de São Paulo (SAINT-HILAIRE, 1995:18). Se a proporção de escravos efetivamente diminuía no Paraná, isso não significa que eles deixaram de compor a população regional que na primeira metade do século XIX manteve-se assemelhada à setecentista: *reinóis portugueses e castelbanos, índios administrados, negros africanos escravizados e de descendentes e mestiços dessas três raças (...)*. (MARTINS, 1995: 350)

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro liberou as atividades econômicas e as cidades da marinha passam a conhecer um movimento inédito. Mas, regionalmente, com certeza o que incrementou as atividades portuárias de Paranaguá e de Antonina foi a exportação da congonha – palavra que, à época, designava a erva-mate. Desde 1810, passou a ser permitida a navegação de longo curso, com o Rio do Prata, e o início de exportação regular da erva-mate bem como de regular de madeiras ficou favorecida. (WESTPHALEN, 1999)

Os novos rumos da economia proporcionaram destaque às vilas da marinha, especialmente a Morretes, uma vez que era aí que se concentravam os soques, rapidamente disseminados serra acima. Em meados da década de 1830, já eram identificados 34 engenheiros de mate e a maior parte deles com engenhos localizados na Freguesia de Curitiba. (WESTPHALEN, 1974:145) A população adotara com tamanha intensidade o hábito dos indígenas de consumir o 'mate' que o fato merecia destaque nos relatos de estrangeiros:

Ocupam-se, também, grandemente os paranaenses na colheita da folha denominada Cassine Congonha (Martius) ou Erva do Paraguai. Quando pulverizada, essa folha é conhecida por mate e largamente consumida nas repúblicas espanholas da América do Sul. (...) A infusão é preparada em uma cuba. Misturam com açúcar uma pequena porção da folha e deixam ficar de molho em água fria por algum tempo. Em seguida derramam água fria dentro da cuba e a bebida está pronta para ser digerida. Como, porém, as folhas continuam flutuando na infusão, inventaram um sistema curioso de beber o mate que consiste em chupá-lo por meio de um tubo que tem na ponta um passador esférico, imerso no fluido. O povo serve-se apenas de um canudinho com bulbo de palha bem feitinho. Os ricos, porém, usam 'bombilha' de prata. São muitas as virtudes que dizem possuir este chá. A principal delas é que, quando tomado frio, mitiga a sede e alivia a fome. (KIDDER, 1972:226)

Também o interior transformou-se com a crescente importância da indústria do mate, pois a intensificação do extrativismo favoreceu a ocupação de áreas basicamente inexploradas. Neste caso situa-se o deslocamento de antigos habitantes de Campo Largo no sentido dos atuais municípios de São João do Triunfo, São Mateus, Rio Claro, Mallet, Rebouças, Irati. (MACEDO, 1995:58)

A emergência da economia ervateira fez-se sem prejuízo daquela ligada à pecuária, que vai se manter por todo o século XIX. O tropeirismo que já iniciara um movimento de expansão territorial no século anterior consolidou, nas primeiras décadas do oitocentos, a ocupação dos campos de Palmas e de Guarapuava. Vale destacar que nesta época as fazendas, definindo-se pela tendência que se esboçava desde a abertura da estrada do Viamão, dedicavam-se muito mais às atividades de invernagem do que às criatórias. Não obstante, a cultura tropeira impregnava o cotidiano do planalto onde, conforme as observações de Saint-Hilaire, os homens estão *quase sempre a galope, levando um laço de couro amarrado à sela, que é de um tipo especial chamado lombilho envolvidos em galopar pelas vastas campinas, atirar o laço, arrebanhar o gado e levá-lo para um local determinado.*

3 – COLHEITA DA ERVA-MATE EM SÃO MATEUS DO SUL, PR.



FONTE:

Enciclopédia Nosso Século – Brasil: 1910-1930 (II). São Paulo: Abril S.A.Cultural, 1985. v.4. p.18.

Segundo as concepções de trabalho do viajante *perseguir vacas ou touros* chegava a ser *quase um divertimento* e, portanto, isso lhe autorizou observar que, da mesma forma que os demais brasileiros, os tropeiros trabalhavam o mínimo possível (SAINT-HILAIRE, 1995: 18-19). Mas, se para os adultos a faina do gado era árdua, as crianças nela encontravam significados lúdicos. O mesmo viajante confirma que *meninos, ainda pequenos, aprendem a atirar o laço, a formar rodeio e a correr atrás dos cavalos e dos bois*. Diz também que: *Ví um menino que não tinha mais que três ou quatro anos e já sabia girar o laço acima da cabeça e a atirá-lo com destreza*. (SAINT-HILAIRE, 1995:18). O envolvimento das crianças nas atividades do mundo adulto, traço da sociabilidade pré-industrial, foi também assinalada por Daniel P. Kidder que, viajando pelo Brasil Meridional, anotou:

Ambos os sexos são habituados desde a infância à equitação, e, conseqüentemente, adquirem grande destreza no manejo dos belos animais (...). O uso do laço, praticam-no desde a infância de forma que adquirem habilidade inconcebível. Crianças ainda, já andam os gauchinhos com laços e bolas a perseguir as galinhas, patos e gansos da estância até que a ambição e a força os induzam a se aventurar em campo mais vasto. (KIDDER, 1972:230)

Certamente, neste ambiente, a necessidade de educação formal era quase nula e os 'doutores' que o percorriam não deixaram de destacar a *ignorância extrema* dos fazendeiros e do pessoal ligado às tropas.

Ali não se cuida senão dos assuntos ligados à criação de gado; a ignorância é extrema; saber ler e escrever é ser um homem instruído, e entre os proprietários mais importantes contam-se muitos que não possuem esta ciência (1820); como exemplo eu poderia citar um coronel da Guarda Nacional que desfrutava de justa fama por sua liberalidade e riqueza. Encontrei por toda a parte gente hospitaleira, excelente, à qual não faltava inteligência, mas cujas idéias eram tão limitadas que na maioria das vezes eu não conseguia conversar com eles mais que quinze minutos. (SAINT-HILAIRE, 1995: 18)

Esta situação começou a mudar quando se alterou o cotidiano das famílias fazendeiras. Diferentemente do século anterior, boa parte delas passou a residir nas vilas onde somavam-se à população ligada à exploração da erva-mate, atividade preponderantemente urbana.

Naturalmente, um bom contingente, notadamente a população mais pobre, continuava disperso à beira dos caminhos ou das matas com vidas que *diferiam pouco da dos índios selvagens. Eles só plantam o estritamente necessário para o sustento da família e passam meses inteiros embrenhados na mata, caçando animais selvagens; armam suas tendas no meio do mato e se alimentam da caça que abatem.* (SAINT-HILAIRE, 1995: 20). Cultivando milho, feijão, mandioca e batata, esta população caipira mantinha o modo de vida itinerante e extrativista, aprendido com os indígenas. Também dispersos estavam aqueles que fugiam das *recrutas imperiais* para a defesa do Sul:

Tanto se abusou em pedir reforços ao viveiro militar da Comarca para a campanha do Sul e depois para Guarapuava, que por fim os curitibanos preferiram "alargar a terra" como se dizia, homiziando-se no sertão. A presença do coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, incumbido do recrutamento num dado distrito, para a construção da estrada de Guarapuava, motivava verdadeiro pavor. (MARTINS, 1995: 283)

É provável que aqueles que passavam a residir nas vilas certamente se sentissem em maior segurança. Os 'bugres' continuavam a defender-se como podiam da dilatação territorial empreendida pelos portugueses. Nesse período, ainda eram freqüentes as situações de embate entre os índios e os fazendeiros, especialmente nas regiões de Castro, Palmas e Guarapuava.

2.2 AS VILAS E OS FOLGUEDOS.

Com o aumento da população residente, as vilas tornaram-se cenário de uma vida social e política mais intensa do que a conhecida no setecentos. No entanto, a posição do Paraná na geopolítica do Império continuava conspirando contra o aumento da população e também para manter uma boa quantidade de domicílios chefiados por mulheres. Em 1816, por exemplo,

o concurso da comarca de Curitiba para a campanha de Montevideú [contra Artigas] foi verdadeiramente notável, relativamente à sua população. Os batalhões milicianos foram mobilizados para a defesa dos sertões do Sul, além de 400 guerrilheiros de Curitiba que, finda a guerra ficaram residindo

em Montevideu e no Rio Grande do Sul por semelhança de hábitos com os espanhóis e os gaúchos da fronteira riograndense. (MARTINS, 1995: 283)

As vilas, na realidade, eram pequenas e raras ultrapassavam a marca de 5.000 habitantes. Mesmo assim oportunizavam maiores condições para festejos, cumprindo costumes ou o calendário estabelecido pelas câmaras municipais e pela liturgia religiosa. Para estes, os fiéis, agregados a irmandades, se mobilizavam. Ilustra esta questão o ritual com que os parnanguaras comemoravam o evento mais importante da cristandade:

As festividades religiosas da Páscoa e da Ressurreição, na primeira metade do século XIX, compreendiam, no Domingo de Ramos, a procissão das Palmas, na Quarta-feira, o Ofício das Trevas. Na Quinta-feira, havia missa solene, com a Comunhão dos Irmãos do Santíssimo Sacramento, procissão do Depósito, o Ofício do Lava-Pés, o sermão da Paixão e o Septenário de Nossa Senhora das Dores. Na Quinta-feira, à noite realizava-se a procissão dos fogaréus que, saindo da matriz, corria as demais igrejas. Na Sexta-feira, realizava-se a cerimônia da Paixão, com a Adoração da Cruz e, à noite, a procissão do enterro, com o Sermão das Lágrimas. No Sábado, a bênção do fogo novo, do Círio e do incenso, e a Missa de Aleluia. No Domingo, de madrugada, a procissão e a Missa da Ressurreição. (WESTPHALEN, 1983:13)

A concentração de atos religiosos ligados à Páscoa não esgotava as obrigações comemorativas do bom fiel. O catolicismo entrou no século XIX cumprindo o número de dias santificados estabelecido por Urbano VIII, em 1642, acrescidos, no caso brasileiro, de mais um em honra do padroeiro de cada província, capital, cidade e paróquia. Tais dias festivos eram divididos em duas categorias: os 'dias santos de guarda', ou seja, aqueles em que não se podia trabalhar hora nenhuma, e os 'dias-santos dispensados', aqueles em que a igreja impunha a obrigação de ouvir missa, mas permitia que os fiéis trabalhassem. A quantidade dos primeiros oscilava entre vinte e vinte e cinco, dependendo de certas festividades caírem em domingos ou em dias de semana. O número de dias santos 'dispensados' variava de dez a quinze. (KIDDER, 1972:112-113)

As festividades celebradas em honra dos diversos santos tinham pontos em comum como o anúncio na véspera, por meio de rojões durante o dia e repique de sinos à tarde; a profusão de flores e principalmente de velas a adornar as igrejas e o ritual religioso

empreendido com pompa e ostentação. Chamou sua atenção o fato de os brasileiros utilizarem profusamente fogos de artifício, evocando-lhe o costume dos turcos de Constantinopla que também tinham o hábito de queimar bombas durante as festas. (KIDDER, 113-114). Em Antonina, no 15 de agosto, comemorava-se a festa da padroeira, Nossa Senhora do Pilar, e o evento ficou famoso não apenas pela afluência de devotos às homenagens para a santa milagrosa, mas também pelo espetáculo pirotécnico com fogos de artifício.

A despeito do intenso calendário litúrgico os moradores das vilas tinham tempo para outras comemorações que, no mais das vezes, eram iniciadas ou finalizadas com missas e procissões. Neste caso, a Festa do Divino, que nesse século disseminara-se por todo o Paraná; as Cavalhadas, praticadas no litoral e na região de Palmas e Guarapuava; as Congadas, que encontraram tanta aceitação na região da Lapa.

As Folias ou Bandeiras do Divino Espírito Santo compreendiam extenso ritual iniciado três meses antes da festa quando duas bandeiras partiam, em direções opostas, percorrendo ranchos, vilas e povoados levando a 'bênção do Divino' e recebendo, em troca, esmolas e comida. (RODERJAN, 1981:63). As cavalhadas, ao que tudo indica, foram comemoradas pela primeira vez em Morretes, por ocasião da chegada de Dom João VI ao Brasil, e no final do século já estava em desuso. Consistiam em espetáculo equestre que rememorava as lutas pela expulsão dos mouros da Península Ibérica, contando com simulações de lutas individuais e coletivas e demonstrações de destreza pessoal com espadas, lanças e pistolas. Integrava o auto uma parte cômica, responsabilidade dos palhaços e todo o evento era acompanhado por uma banda executando músicas próprias aos diversos atos. Ficou célebre a cavalhada organizada por Paranaguá para celebrar a coroação de Dom Pedro II:

Nos dias 15 e 16 de julho partiram de Morretes dois esquadrões, sendo oito cavaleiros uniformizados com fardetes de tafetá carmezim, agaloados com bordadeiras de galão amarelo, e oito com fardetes de seda azul-celeste, bordados de galão branco, com botões brancos e amarelos; e todos com ricos xairéis que acobertavam seus cavalos. Os peitorais e as calças eram enfeitados com volantes fitas, guisos, plumas e outros adornos. Entusiasmo apoteótico na partida e na chegada a Paranaguá em 17 de julho. Além dos concorrentes haviam os pagens uniformizados e outros cidadãos, chegando a quase cem. (ACP: 1953:83)

Outras ocasiões de encontro eram os fandangos, os jogos de capoeira, os batuques e as congadas. Algumas dessas comemorações, como os fandangos populares e os batuques eram duramente reprimidas pelas Câmaras Municipais à medida que proporcionavam ajuntamento de escravos. Mesmo assim, o fandango proporcionou divertimento a todos os segmentos sociais do Paraná tradicional e se manteve, até recentemente, em localidades do litoral como Praia de Leste, Matinhos, Paranaguá, Guaraqueçaba e Morretes. Consistia em dança praticada nos dias de folga do trabalho, e portanto, seus participantes eram denominados folgadores. A coreografia variada – as marcas – definia movimentos próprios às mulheres e aos homens. Elas dançavam arrastando os pés; eles, sapateando, com tamancos especiais. Palmas e cantos, improvisados ou não, acompanhavam o som das violas, rabecas e adufos, instrumentos próprios ao fandango e confeccionados pelos próprios 'tocadores'. O fandango veio ao Paraná com a própria colonização portuguesa, havendo indicações de originar-se nas danças populares da Idade Média, e ter sido muito apreciado tanto nos salões aristocráticos como nas mourarias portuguesas no século XVIII. (RODERJAN, 1981: 30)

Já as congadas, praticadas notadamente na região da Lapa, inserem-se nas tradições culturais dos escravos. Consiste numa dramatização que simula o embate entre dois reinos – o do rei Ganaiame e o da rainha Ginga – acompanhado de cantos e coreografia executada ao som de sanfonas, violões e tambores. Os participantes apresentam-se com roupas e adornos vistosos e a culminância da festa dava-se em 26 de dezembro, festa de São Benedito, quando os devotos, vestidos de congos, agradeciam ao santo as graças obtidas.

2.3 A BUSCA POR MESTRES-RÉGIOS.

Mas, se as cidades oportunizaram festas elas também davam visibilidade à ignorância geral da população e, sobretudo, à ausência de estabelecimentos escolares. Ocorriam, entretanto, demandas, junto à Assembléia Provincial de São Paulo, para a criação de estabelecimentos escolares destinados ao ensino das primeiras letras. Como já foi visto, o atendimento educacional que houve no Paraná setecentista era precário. O

pouco que se tinha devia-se à ação dos jesuítas e desde as medidas pombalinas de laicização do ensino o povo da 5ª. Comarca ficou basicamente desprovido de educação pública. Entrado o século XIX, aqueles que podiam continuaram recebendo aulas de professores particulares. Há quem afirme que Luiz de França Pereira tenha sido o primeiro mestre particular de Curitiba e que para receber o ensino ministrado por este professor afluíam rapazes da região. Em 1834, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá era um desses jovens, conforme narrou posteriormente: *Aos sete anos deixei pela primeira vez a casa paterna para aprender a ler, em Curitiba, com o mestre particular Luiz de França. Ainda não havia mestre-régio: o primeiro foi João Batista Brandão de Proença, com quem concluí meu ensino primário.* (MARTINS, 1995:131)

Estudos mais apurados contradizem sua memória indicando ter havido mestres-régios para o sexo masculino em período anterior. Em Curitiba há menções desde 1821; em Paranaguá, desde 1826; em Antonina desde 1827; em Guaratuba, desde 1829; em Vila Nova do Príncipe (Lapa), a partir de 1832; em Castro desde 1833; em Morretes desde 1837; em São José dos Pinhais a partir de 1840. As demais localidades como Palmeira, Campo Largo, Porto de Cima, Ponta Grossa, Guarapuava, Rio Negro e Guaqueçaba conquistaram seu professor público nas décadas de 1840 e 1850. Já as meninas de Curitiba passaram a contar com professores de primeiras letras apenas em 1835, as de Paranaguá em 1836 e nas demais localidades o ensino público feminino terá início nas décadas seguintes. (KUBO: 1986:315)²³

É de observar a diferença que então existia entre *mestres de ler e escrever*, pagos pelo subsídio literário e os mestres-régios. Diferentemente daqueles, destinados a ministrar rudimentos educacionais e provisionados por prazos de um ano, estes professores eram mais capacitados, provisionados pela capitania com a confirmação do rei. (MARTINS, 1995:132). Os representantes do Paraná na Assembléia Provincial de São Paulo tentavam, bem cedo, encaminhar mestres para as vilas paranaenses. Algumas vezes tinham sucesso, como em 1828, quando Lourenço Pinto teve atendida sua solicitação de serem criadas duas cadeiras de primeiras letras: uma, na freguesia de São José dos Pinhais e outra na de Palmeira.

²³ Para aprofundar o estudo da educação pública no período da Quinta Comarca consultar: KUBO, Elvira Mari. **A legislação e a instrução pública de primeiras letras na 5ª. Comarca da Província de São Paulo.** Curitiba: BPP/SECE, 1986.

Segundo sua petição, as povoações da Comarca de Curitiba estavam aumentando e a carência de estabelecimentos de ensino interferia na possibilidade de sua elevação à condição de vila. Especialmente a *antiquíssima freguesia de São José dos Pinhais*, que à época possuía 600 fogos, e não pudera chegar à *categoria de villa, pela falta de rudimentos literários* dos moradores. (DI, v. 86, p. 185). No ano seguinte, passava a ocupar a cadeira de Primeiras Letras na Vila Nova do Príncipe, atual Lapa, Antonio José Pereira Tinoco (DI, v. 86, p.219). E assim, progressivamente, alguns povoados e as vilas da região, iam recebendo seus professores de ler, escrever e contar, devidamente *examinados* pelas competentes autoridades provinciais.

Considerando a impossibilidade de as Fazenda Pública arcar com as despesas da instrução, foi decretado, em 1821, que (...) *seja livre a qualquer cidadão o ensino, e abertura, de escolas de primeiras letras, em qualquer parte deste reino, quer sejam gratuitamente, quer por ajuste dos interessados, sem dependência de exame, ou de qualquer licença.*(Apud KUBO, 1986:41)

Em Paranaguá, entre 1816 e 1819, Luiz Vicente Freire da Fonseca, natural da Vila de Viana em Portugal, manteve curso primário e intermediário. Na década de 1830 Francisco Félix da Silva mantinha estabelecimento da mesma natureza com crescente frequência feminina, sendo que na metade desta década em seu estabelecimento estudavam 30 alunos e 19 alunas. (NEGRÃO, 1953:31)

A falta de escolas públicas também atingiu os imigrantes das colônias estabelecidas antes da emancipação política da Quinta Comarca. Tanto os alemães da colônia Rio Negro, primeiro assentamento imigrante do Paraná, criado em 1829, quanto os suíços estabelecidos na Colônia Superaguí (próxima a Paranaguá) necessitaram recorrer ao recurso de, às suas expensas, dotar a localidade com professor de primeiras letras. (NEGRÃO: 1953,29)

Foi apenas com a lei de 15 de novembro de 1827, considerada a primeira lei orgânica da instrução nacional, que o Império oficialmente regulamentou a educação da nova nação. Com pequenas alterações em virtude do Ato Adicional de 1834, que transferiu às províncias o poder de legislar sobre o ensino primário reservando-se ao poder central o direito de dispor sobre o ensino secundário e superior, ela regulamentou o ensino nacional por quase 100 anos (NEGRÃO, 1953:30). Por essa lei em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos deveriam haver as escolas de

primeiras letras que fossem necessárias, fato que será reiterado pela lei provincial de 1846. (KUBO, 1986: 57). Além disso, tal lei estabelecia a diferença de gênero nos programas escolares. Aos meninos eram destinadas matérias como geometria e às meninas, apenas a parte da aritmética que habilitava efetuar as quatro operações. Em compensação, elas aprendiam prendas domésticas. No entanto, a diferença não se manifestava junto aos professores, pois ambos recebiam os mesmos vencimentos sem distinção de gênero. (ICEPP, 1953:30). Em 1834, com a tentativa de federalização introduzida pelo Ato Adicional do governo regencial do Brasil, a instrução primária e secundária ficaram atribuídas ao governo provincial, deixando-se à Corte a responsabilidade pelo ensino superior. Tal determinação fez com que o ensino secundário caísse nas mãos de particulares e o primário, responsabilidade das Províncias, ficasse praticamente no abandono.

Em ambas as modalidades, havia a recomendação de que o número de alunos de cada sala não ultrapassasse sessenta meninos ou quarenta meninas. Indicava-se, ainda, que a frequência promiscua só seria permitida nas localidades onde não houvesse escolas para ambos os sexos. (KUBO, 1987: 58). Vale observar que

a instrução da moral e da doutrina da religião católica apostólica romana mereceu atenção especial da parte do Governo, sendo objeto de uma recomendação num decreto de 1826 e da Fala do Trono de 1830, onde o imperador insistia em que elas fossem cuidadosamente ensinadas, e praticadas nas escolas elementares em todo o Império. (KUBO, 1987: 66)

Com a pretensão de ampliar o precário atendimento escolar, as autoridades provinciais, desde o início do oitocentos, debatiam-se à procura de um método que permitisse ampliar o atendimento escolar. Entenderam encontrar resposta no método Lancaster que propunha o ensino mútuo, entendido como eficiente *não só pelo grande número de alunos que podiam ser instruídos com apenas um mestre, mas também por ser de baixo custo, por apresentar resultados rápidos.* (KUBO, 1986:70)

Mesmo com a expansão da cultura letrada, a maior parte da população continuava pobre e arraigada à oralidade da cultura informal, bem como às crenças populares. Muitas destas, quando associadas à exclusão socioeconômica, davam espaço a manifestações de fanatismo como as dos seguidores do 'monge' da Lapa. Italiano de nascimento, João

Maria Agostinis ali permaneceu nas décadas de 1840 e 1850 estudando plantas nativas com as quais fazia remédios, orando e pregando. Sua permanência na localidade gerou muitas lendas e confusões com outros monges que, em momentos diversos, estiveram pela região.

Muito menos os fanáticos do que o conjunto dos costumes da população foram objeto de crítica por parte dos latifundiários e da burguesia ervateira que controlavam as câmaras municipais. Nesse século, impregnado dos ideais de civilização e de progresso europeus, tais elites ocuparam-se com a *morigeração* dos hábitos populares:

Este termo, hoje praticamente em desuso, era freqüentemente utilizado pelas camadas dominantes da sociedade paranaense no século XIX para designar um conjunto de atributos que consideravam positivos. Por extensão, os portadores destes atributos definiam-se como morigerados, enquanto os demais eram não-morigerados. Morigerados eram aqueles que compartilhavam do ideário da positividade do trabalho e da acumulação. Também eram morigerados aqueles que sabiam comportar-se dentro de determinadas regras de etiqueta consideradas civilizadas. Não-morigerados eram aqueles que contrariavam esse ideário e essas regras, portanto a grande maioria da população paranaense que ao longo do século, será levada a morigerar-se. (PEREIRA, 1996:12)

Para tanto, ocuparam-se em reprimir os batuques, fandangos e os jogos de capoeira, e as festas não licenciadas. Nas localidades associadas ao tropeirismo coíbiam-se as “exibições dos jovens”, proibindo-se corridas de cavalos e a doma de animais nas ruas da cidade.

2.4 PARANÁ EMANCIPADO

A primeira metade do século XIX foi também um tempo agitado politicamente, pois a região passou a aspirar por sua emancipação política da Província de São Paulo. Neste sentido, a primeira conjura separatista foi encabeçada pela Câmara de Paranaguá que, em 1811, encaminhou a Dom João VI pedido de emancipação. Alegava-se que o desinteresse do governo paulista pela região seria o responsável por sua miséria. O insucesso desta demanda não arrefeceu os ânimos locais que, no bojo da Revolução Liberal de 1842 em Minas e São Paulo acabaram por alcançar

seu intento. Pela Lei 704, de 29 de agosto de 1853, foi criada a Província do Paraná e, em 19 de dezembro desse ano, Zacharias Goês de Vasconcellos chegou a Curitiba na qualidade de primeiro Presidente. É possível que suas impressões sobre a cidade tenham sido semelhantes às do médico alemão Robert Avé-Lallemant, que em 1858 a visitou, vislumbrando na cidade real – pequena, colonial e pobre – um ‘brilhante futuro’. Para ele, não haveria *outro distrito do Sul do Brasil que com razão exija tanta indulgência e prometa tão brilhante futuro*:

Com plena intenção de usar dessa indulgência sempre como norma, chegara eu à cidade capital de Curitiba. Por isso talvez é que me surpreendeu muito agradavelmente a cidade de uns 5.000 habitantes. Naturalmente nela nada se encontra de grande ou grandioso. Em tudo, nas ruas e casas e mesmo nos homens, se reconhece uma dupla natureza. Uma da velha Curitiba, quando ainda não era a capital de uma Província, mas um modesto lugar central, a Quinta comarca de São Paulo. Aí se vêem ruas não calçadas, casas de madeira e toda a espécie de desmazelos, cantos sujos e pragas desordenadas, ao lado das quais há muita coisa em ruína e não se pode deixar de reconhecer evidente decadência e atraso. Na segunda natureza, ao contrário, expressa-se decisiva regeneração (...) (AVÉ-LALLEMANT, 1995:62)

Por essas observações, repletas dos pressupostos do darwinismo social oitocentista, entrevê-se a crença de que seria possível ao Paraná alcançar seu posto de ‘paraíso terrestre’ pelo abandono da sua ‘natureza’ colonial. Também para outros viajantes as cidades paranaenses – e suas persistentes feições arcaicas – nada mais eram do que um agregado desordenado de casas, e os caminhos que a elas conduziam, atoleiros sem saída. O inglês Bigg-Wither descrevia Curitiba como *campo de um exército na expectativa de receber ordens de partir para outra localidade* e afirmava que Paranaguá só não era tão insalubre quanto o Rio de Janeiro por ser uma cidade bem menor. (BIGG-WITHER:1974, 51) Já para o francês Avé-Lallemant, Antonina o fazia sentir-se *mais desagradavelmente do que em qualquer outra parte*. (AVÉ-LALLEMANT, 1995:85)

Em 1872, segundo a narrativa de Bigg-Wither, uma viagem entre Paranaguá e Curitiba representava uma temerária aventura: *através desse caminho atroz – diz ele – os cavalos patinbaram e as carroças rangeram durante três horas. Qual o motivo por que elas não se desconjuntaram com tão tremendo esforço e solavancos, sempre será um mistério para mim*. (BIGG-WITHER:1974, 41).

Tal situação repetia-se em vários pontos do território e mesmo ao final do século XIX, as cidades paranaenses de algum destaque, com melhores condições de conforto e população superior a 10.000 habitantes, mal ultrapassavam uma dezena: além da capital, Paranaguá, Lapa, São José dos Pinhais, Rio Negro, Guarapuava, Campo Largo, Tibagi, Castro, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba.

Ao norte, ainda muito pouco ocupado, haviam sido instaladas, até 1860, a colônia militar do Jataí e os aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo. Foi também por volta dessa data que cafeicultores paulistas e fazendeiros mineiros penetraram em terras paranaenses, fazendo surgir pequenos núcleos como Santo Antônio da Platina, Tomazina, Wenceslau Braz, Colônia Mineira e São José da Boa Vista, até chegarem ao rio das Cinzas. Só ao final daquele século foi vencido o limite do rio Paranapanema. No entanto, tratava-se de uma ocupação reduzida, visto que, pelo censo de 1900, o número de moradores do norte não ultrapassava 16.000 habitantes.

Nesse panorama precário, foi um fator determinante de transformação a política migratória, que, sob o incentivo do governo central, encontrou eco nas iniciativas da administração local. Colônias foram instaladas, muitas delas próximas aos sítios urbanos. Alemães, poloneses, italianos, ucranianos, entre outros, chegaram em grandes levas, destinados preferencialmente ao trabalho na lavoura.

2.5 IMIGRANTES NO PARANÁ

Dentre as motivações imigrantistas da Província recém-criada destacou-se, a princípio, a baixíssima densidade demográfica. A esse respeito é ilustrativo o fato de que, ainda no final do século XIX, Cândido Ferreira de Abreu alertasse: *"É preciso cuidar-se seriamente em aumentar a densidade de nossa população. De que servem vastos territórios onde imperam despoticamente animais ferozes e servem de passeio temporário ao erradio aborigene?"*. Definitivamente, a elite provincial excluía de seus planos povoadores o concurso da população indígena; nutrindo – assim como a das demais Províncias – a certeza de que a imigração européia era o único caminho para a regeneração do povo brasileiro, considerando-a *"fator étnico de*

primeira ordem destinada a tonificar o organismo nacional abastardado por vícios de origem e pelo contato que teve com a escravidão”.

Par e passo com a preocupação populacional, a política migratória paranaense orientou-se pelas necessidades de promover a agricultura de subsistência e as obras públicas. A despeito do entusiasmo em torno da imigração, no Paraná o processo sofreu inúmeros revezes. Algumas colônias, instaladas em terras impróprias para o cultivo e impossibilitadas de escoar a produção, revelaram-se experiências contraproducentes. São ilustrativas as queixas a respeito da colônia Alexandra, próxima a Paranaguá. Segundo um observador italiano, em 1874, *“em vez de darem progresso, elas próprias produziam malária, febre amarela, bicho de pé, bicho geográfico, cobras. Num clima tropical, o pessoal vivia desesperado em cabanas, sem água potável, onde as doenças se difundiam rapidamente.”*

João José Pedrosa, em 1881, expunha a fragilidade da política migratória empreendida nos primeiros tempos da Província:

“acreditávamos que não tínhamos mais do que introduzir o colono, dar-lhe terra, arado, alimento por alguns dias e repetir-lhes as palavras de animação com que (...) o Criador lançou o primeiro casal humano sobre a Terra: cresce e multiplicamini. Que ilusão!” (R.P.P.R.,1881).

O governo, desde a década de 1870, passou a se preocupar em fixar os imigrantes em terras de melhor qualidade, em prestar-lhes assistência nos primeiros tempos e em garantir o escoamento, para centros urbanos, do excedente de alimentos produzidos nos núcleos coloniais. Mas a Província quase não dispunha de recursos para sustentar seus propósitos e enfrentava a oposição da elite econômica, contrária à ocupação das ricas terras de pastagens dos Campos Gerais pelos imigrantes. Na prática, a pequena propriedade imigrante foi estabelecida em zonas recobertas por florestas, em torno de cidades do litoral e do primeiro planalto. A partir da década de 1890, há um avanço destas colônias no sentido do interior com um programa de estabelecimento de imigrantes estendendo-se para o sudoeste, acompanhando os vales dos rios Negro e Iguazu. Assim, entre 1829 – estabelecimento da colônia alemã de Rio Negro - e 1911 - criação da colônia holandesa de Carambeí - mais de 100 núcleos foram fundados no Paraná, e cerca de 100 mil imigrantes aqui se radicaram.

A partir da década de 1870, as colônias iriam propiciar uma parte do pessoal empregado nas atividades ervateiras desde a coleta dos ervais, o

preparo da erva cancheada e transporte inclusive para os portos de embarque. Já em 1854 o Presidente Zacharias de Goes de Vasconcelo, afirmava:

ricos e pobres, homens e mulheres, velhos e crianças, todos estavam ansiosamente entregues à exploração do mate, nos ervais e nos engenhos. Assim também, homens livres e escravos, brancos e pretos, todos participavam das atividades ervateiras. (WESTPHALEN, 1974:151)

É inegável, no entanto, que os escravos foram os que participaram com apreciável força de trabalho e é ilustrativo o relato de João de Mio "...os operários semi-nus, cobertos de pó verde do mate, sendo eles, na maioria gente de cor, pareciam demônios movimentando-se naquele turbilhão de pó e barulho ensurdecedor de pilões e do rodar das peneiras (Apud WESTPHALEN, 1974: 151).

A legislação previa a cada família o direito à escolha de um lote, mas, na prática, poucos terrenos eram previamente demarcados. Além do mais, os colonos que se dirigiram à região sudeste descobriram que "*índios bravios infestavam aqueles paragens*". A soma desses fatores gerava tensões em maior ou menor grau. Em 1896, por exemplo, um destacamento policial saiu da Lapa para acalmar os ânimos dos imigrantes ucranianos em Antônio Olinto, que esperavam há sete meses nos barracões do governo a medição dos lotes. O traçado das linhas coloniais, ao gerar povoamento disperso, colaborou para determinar uma sociabilidade específica entre os colonos. O contato entre eles se dava, principalmente, nos finais de semana e na igreja. Além disso, a despeito do projeto multiétnico, existia o predomínio de uma determinada etnia em cada colônia. É significativo o comentário de Nestor Victor, quando tentou assistir a uma missa com os italianos de Santa Felicidade, em 1912: "*sentíamos também certa hostilidade na atmosfera. Aquela gente ainda estava muito estrangeira para que não nos considerasse como elemento heterogêneo entre si.*" (VICTOR, 1996:167)

Assim, visitar as colônias de imigrantes, dispersas pelo Paraná, aos olhos dos brasileiros, equivalia a um passeio pelas aldeias do interior da Europa. O viajante polonês Klobukowski, em 1895, descreveu assim uma colônia no sul do Paraná:

A colônia conta com mais ou menos 300 famílias polonesas, umas 10 espanholas e outro tanto de tchecas.(...) Ali existe[m] uma igreja, uma escola, casas comerciais e

o correio. (...) Como nas demais colônias também aqui as casas distam uns 250 mts. uma da outra, tendo os terrenos 250 mts de frente e 1.000 de fundo. As casas e os lotes são cercados, quer com lascas de madeira, quer com valos para que o gado não invada as propriedades vizinhas. (...) As casinhas de madeira num clima como o da Polônia tinham um aspecto miserável e provisório demais. Aqui parece-me que são suficientes, bem ventiladas e saudáveis. (...) Nas cercanias encontram-se o forno para assar broa, a estrebaria, os chiqueiros, tudo separado por cercas de madeira. (...) Cada proprietário cria um pouco de gado, bem como outros animais. (...) Cultivam centeio, feijão preto, milho, verduras européias, quando obtêm sementes. (ANAIS, COMUNIDADE POLONESA, v. VII)

À proporção que as colônias prosperavam - explicava Tobias Monteiro, em 1903 - as construções passavam a ser edificadas com tijolos e cobertas de telhas; algumas já eram bastante confortáveis, indicando abundância.

Os pollacos e os alemães vivem no próprio lote; a cozinha limpa, as janellas ornadas de cortinazinha clara, o jardim bem cuidado, recamado de flores, as plantações estendendo-se para trás e dos lados. Os italianos, porém, preferem abeirar-se da estrada e formar núcleos de habitações e fazer a lavoura distante da casa. (ANAIS COMUNIDADE POLONESA, v. VI)

Como observou o Inspetor de Educação Martinez, já na década de 1920, cada colônia se constituía sem perder a menor característica da nacionalidade dos imigrantes. Isso era perceptível não apenas nas construções das casas e nos hábitos de trabalho; evidenciava-se, sobretudo, nas festas. Descreveu que entre os eslavos, nessas ocasiões,

"o campônio veste (...) o fato domingueiro com flores na lapela, chapéu de grande aba, camisa de cor viva com peito enfeitado, botas largas de cano longo"; enquanto a mulher "usa saia de grande roda, franzida na cinta, muito engomada, (...) e a blusa justa de mangas compridas, no geral sempre escura, em contraste com a saia escarlate. À cabeça um lenço muito ajustado atado na nuca." (MARTINEZ, 1922)

A manutenção de formas ancestrais entre os imigrantes não é tributária apenas ao isolamento étnico que favorecia a permanência do idioma e das tradições. Some-se ainda o atendimento escolar, que à falta de efetiva instrução pública, normalmente era efetuado por congregações

religiosas provenientes dos países de origem. Isso em muito colaborou para que até a Primeira Guerra Mundial, pela falta de escolas públicas nos locais em que foram instalados, que os imigrantes não se alfabetizassem em português. Na década de 1920, os visitantes de colônias rurais constataavam: "*De facto não entendem uma só palavra do que se lhes diz, por mais usual que seja.*" Em outros termos, propiciar formação escolar e religiosa, casar, manter as tradições, era responsabilidade de cada núcleo étnico.

No entanto, se o Estado buscara atrair principalmente "cultivadores úteis" para povoar o Paraná, os navios que atravessaram o Atlântico também trouxeram europeus ligados ao mundo urbano. Ao longo do século XIX, muitos deles, insatisfeitos ou inadaptados com a vida rural, transferiam-se - sozinhos ou com suas famílias - para as cidades do Paraná tradicional.

Italianos, alemães, poloneses, franceses e pessoas de outras etnias vieram dar uma nova feição para essas cidades. Até então constituídas como centros administrativos e políticos e com quase a totalidade da sua população vivendo na área rural, nelas começa a florescer uma economia tipicamente urbana e, principalmente, a aumentar a população residente. Na capital paranaense essa presença foi tão significativa que, em 1872, Bigg-Wither já anotava que a cidade possuía 9.500 habitantes, sendo 1.500 imigrantes.

De fato, tributa-se aos imigrantes importante papel na diversificação da atividade artesanal, no desenvolvimento do comércio e das pequenas e médias indústrias de caráter familiar ocorridos no Paraná ao longo do XIX e início do XX. Por isso mesmo um observador, no começo do século XX, afirmava que em Curitiba

4 – IGREJA DE IMIGRANTES ALEMÃES LUTERANOS
EM CURITIBA, PR, SEC. XIX



FONTE:
ANDREAZZA, M.L.; NADALIN, S.O. Imigrantes no Brasil: colonos e povoadores
Curitiba: Nova Didática, 2000, p.42.

"já é fácil dispor de operários inteligentes, e várias industrias começam a ensaiar-se fiadas nesse contingente, que ha de aumentar. Além de um fábrica de fósforos (...), ha também fábricas de velas, sabão, cerveja, meias, e agora começa a funcionar, sobre os melhores auspícios, outra destinada a produzir louça. (...) Em volta da cidade cresce a raça nova, que já a invadiu, ostentando na frente das casas de comércio, os seus nomes de origem." (VICTOR, 1996)

Essa presença alterava os hábitos citadinos, pois, desde os primeiros tempos, cada etnia procurou organizar, da mesma maneira que nas colônias, uma série de instituições – clubes, igrejas, escolas e associações políticas e artístico-culturais – onde pudessem recriar a vida social que deixaram na Europa e preservar suas tradições.

A convivência, notadamente nos centros urbanos, dava chance a sucessivas tentativas de se romper as barreiras étnicas. Um jornalista do periódico curitibano Olho da Rua, no início do século, expressa bem essa situação:

"quando ella passa, uma guapa italianinha que ha muito é a minha tentação, (...) no seu carrinho verde de legumes, a gente por mais impassível que seja derrea-se de paixão por tanta carne moça e sadia. (...) Quando a vi, eu que andava desesperado por vel-a chamei-a: Psio! Ella nada.(...) Alli na Praça Tiradentes ella recolheu para o carro o diabo d'um gringo padreiro e com elle, naturalmente mandaram-me para o diabo."

A interação da população estrangeira não se daria, porém, tão facilmente quanto aspirava o jornalista. Ainda na década de 1910 Nestor Victor escreveu: *"parece que mesmo no cheiro flagrante que os toldos das carroças tinham, e no próprio fartum que exhalavam aquelles corpos, em tudo sentiamos a nossa falta de commnidade com elles."*

Essa dificuldade em ultrapassar as diferenças culturais expressava-se também entre os estrangeiros. Em carta, uma imigrante polonesa, na década de 1890, encontra-se a seguinte queixa:

Alemães, pretos, poloneses deveriam viver separadamente. Como pois ha igualdade, se quando nós festejamos um dia santificado, (...) eles aqui trabalham e zombam de nós, riem às nossas custas e chegam a ofender Deus Nosso Senhor? Às vezes nos falta paciência. Assim não é possível aguentar. Para defender-se é preciso injuriar esses cães, o que já nos levou pessoalmente quase à briga, se não fôra a interferência de terceiros." (ANAIS DA COMUNIDADE POLONESA. v. VII)

O fato é que o processo de integração se consolidou de forma lenta e, ao que tudo indica, teve início nas camadas populares. Já em 1880, por exemplo, um decreto provincial regulamentava a realização dos animados *sumpfs* - nome dado aos bailes organizados em casas de imigrantes alemães. Desse lazer participavam outros imigrantes, negros escravos e libertos, luso-brasileiros pobres e até mesmo jovens das famílias ilustres da sociedade local.

Até que a integração se consolidasse foram inevitáveis as comparações entre as diversas culturas. E acabaram por chegar ao âmbito da vida privada. Alguns maridos podem ter compartilhado da opinião do jornalista do Diário da Tarde, em 1913:

A estrangeira, muito especialmente a alemã, é sóbria e econômica;(...) sabe converter as faltas em bem-estar, sempre sorridente, sempre alegre, sempre satisfeita. (...) Se o marido é comerciante, conhece tão bem ou melhor o estado de prosperidade dos negócios do que ele próprio (...). O inverso nota-se nas nossas patricias. Casam-se, logo exigem uma criada para isto, outra para aquilo, saia dinheiro donde sair.

A presença imigrante foi muito significativa também para as modificações arquitetônicas e urbanísticas. Em Castro, Rio Negro, Ponta Grossa, Paranaguá, Morretes, Antonina e Curitiba em pouco tempo disseminaram-se construções inspiradas nas técnicas e estilos da arquitetura européia. O italiano Nicolau Ferigotti, por exemplo, na virada do século, destacou-se em Castro pelo projeto do Mercado e do Cemitério municipais, do Teatro do Largo do Rosário e pela reforma da igreja Matriz. (LEANDRO:1998) A construção da atual Catedral de Curitiba, no último quartel do século XIX, é uma síntese dessa pluri-etnicidade social. Contou com o trabalho de arquiteto francês, engenheiros italianos e alemães, mestres-de-obras, artífices e operários de diversas nacionalidades.

Os trabalhos dos imigrantes marcavam não apenas os projetos e as fachadas: detalhes nos interiores das casas particulares e comerciais sofisticavam os ambientes. Por exemplo, a primeira escada em caracol de Curitiba foi construída para a casa do boticário alemão Augusto Stellfeld, e executada pelo carpinteiro Christian Strobel. Este trabalho lhe deu notoriedade a ponto de ser contratado para fazer uma semelhante para o Palácio do Governo da Província. (MACHADO,1998:31)

A presença dos imigrantes não alterou apenas a forma das habitações da cidade; alterou a arquitetura religiosa. As construções religiosas de estilo colonial foram transformadas, refletindo o ecletismo dominante na arquitetura. A Igreja da Ordem, em Curitiba passou a ter elementos neogóticos, como aberturas com vãos. Estas transformações refletem não apenas a orientação neomedievalista, influente na religião católica do final do século XIX, mas também a mudança cultural de uma sociedade com presença marcante de imigrantes.

Por obra desses imigrantes, surgiram também pequenas fábricas nas áreas urbanas, atendendo à demanda por tecidos, roupas, alimentos, bebidas, remédios, brinquedos. Dentre essas indústrias, muitas se deviam à iniciativa dos alemães e seus descendentes. Curitiba tinha, à época, o cognome de “a urbe alemã”, tão grande era a influência dos colonos dessa nacionalidade nos negócios e também na arquitetura e no cotidiano da cidade.

Foi nesse período também que a Província do Paraná começou a estabelecer relações capitalistas de trabalho no âmbito da indústria ervateira, madeireira e, em menor grau, do setor agropecuário. A exploração da erva-mate, a partir de meados do século XIX, possuiu um caráter fabril, pelo seu aperfeiçoamento tecnológico e por uma nova organização social do trabalho; a indústria madeireira desenvolveu-se acompanhando os trilhos da ferrovia São Paulo-Rio Grande, contabilizando mais de meia centena de serrarias em produção por volta de 1900. A região dos Campos Gerais estava ainda fortemente ligada às atividades econômicas das grandes fazendas, mas já assistia à emergência de pequenas fábricas e de um movimentado comércio.

5 – RÓTULOS DE BARRICAS DE MATE ANOS 20 – PR



FONTE:

Enciclopédia Nosso Século – Brasil: 1910-1930 (II). São Paulo: Abril S.A.Cultural, 1985. v.4, p.18.

No setor de serviços destacavam-se os imigrantes que tinham saber técnico adequado ao exercício de determinadas profissões. Já o comércio, que crescia continuamente, acompanhava o ritmo imposto pela nova sociedade, sendo disputado por brasileiros e estrangeiros.

De qualquer forma, nas diversas regiões em que se instalaram, os estrangeiros foram agentes de transformação. Nas cidades, porém, contribuíam de forma peculiar para a construção de uma nova forma de viver urbano que iria caracterizar o cotidiano dos paranaenses na virada do século.

2.6 A EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA

No Paraná, quando da instalação da Província, a situação da instrução pública era precária. Apenas 615 alunos freqüentavam os cursos de primeiras letras, numa população de 62.000 habitantes. O ensino secundário era praticamente inexistente e o pouco que havia em Curitiba buscava atender à demanda local e do interior da Província.

Em 1870, o incentivo trazido pela regulamentação introduzida pelo governo imperial nos cursos de preparatórios às academias superiores (Direito, Medicina, Farmácia, Exército e Marinha) provocou o desenvolvimento do ensino secundário, principalmente no campo da iniciativa privada, o que lhe dava um cunho elitizante.

Desde 1846, houvera a tentativa de introduzir na Comarca o ensino secundário, com a criação de um Liceu, dirigido a uma clientela exclusivamente masculina e que funcionou intermitentemente até o final do século. Sua organização tinha várias imperfeições, principalmente no que tocava ao *rol das matérias*. Em 1876, o antigo Liceu reabriria seus cursos sob a denominação de Instituto Paranaense, funcionando em conjunto com a Escola Normal. Essa instituição, inicialmente destinada, como o Liceu, a uma clientela masculina, também não vingou antes do período republicano. O número de alunos matriculados nos dois estabelecimentos não ultrapassava, à época, duas dezenas por ano.

Alguns estabelecimentos secundários particulares funcionavam freqüentemente como internatos, acolhendo clientela do interior. Um pequeno número dentre eles tinha freqüência mista, muito embora se separassem os meninos das meninas. Era também comum que recebessem subvenção do governo. Dentre os mais conhecidos, estão os colégios Germano Laisten, Jacob Müller, Nossa Senhora da Luz, Curytibano, Parthenon Paranaense, Externato São José, entre outros. E, embora entre as paredes desses estabelecimentos muita coisa tenha acontecido, como castigos corporais, infrações aos regulamentos, abuso de poder e revolta contra esse mesmo abuso, poucos deles ultrapassaram um lustro de vida, morrendo e ressurgindo, sob outro nome ou outra direção.

Para o sexo feminino, foram criados os colégios de Mme. Mariette, Mme. Taulois ou Mrs Brand que, disputando a clientela com o Nossa Senhora da Glória ou o Externato Santa Tereza, já prenunciavam o gosto cosmopolita que iria predominar na educação das senhoritas paranaenses na virada do século. Nesse momento, mais precisamente em 1896, chegava a Curitiba o primeiro bispo da Diocese, D. José de Camargo Barros que logo incentivou a vinda de padres e freiras católicos de diversas nacionalidades a fim de atenderem a população local e também as colônias de imigrantes. Para a educação das *jeune filles* curitubanas chegaram, ao final do século, as congregações de religiosas francesas dos Santos Anjos e de São José de Chambéry.

Em Paranaguá, Castro, Ponta Grossa e Morretes também houve tentativas de criar colégios secundários públicos e particulares, paralelamente às *aulas avulsas* financiadas pelo governo. Essas aulas eram ministradas por um professor, geralmente provido por concurso, que oferecia uma ou mais *matérias* que correspondiam aos interesses da administração pública e às solicitações da comunidade. Eram mais comuns as aulas de latim, francês, inglês, aritmética, geometria, geografia e, mais tarde, de ciências naturais, química e física. Nas escolas particulares, ensinava-se também português, alemão, história e, na década de 1880, eram ofertados os *cursos de preparatórios, para o ingresso nas academias superiores*. As matérias escolhidas para o exame de admissão às academias mostram claramente a preferência pelas humanidades - sobretudo, pelos idiomas - que marcava a sociedade da época.

Para seus estudos superiores, os jovens da elite econômica paranaense recorriam às faculdades européias ou de São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, iniciativa somente acessível a quem tinha recursos para tal. (BALHANA et alii, 1969:249) Os exames preparatórios aos cursos superiores registravam uma procura um pouco maior que para os colégios regulares de Curitiba.

A partir desse quadro educacional bastante modesto, as primeiras tentativas no campo das letras foram tímidas, vindo uma boa parte delas das cidades do litoral: os poetas parnanguaras Fernando Amaro e Júlia da Costa e o lapiano Salvador Correia Coelho, também cronista, foram pioneiros românticos na Província do Paraná. Dias da Rocha Filho representou os parnasianos e Itiberê da Cunha importou da Bélgica o simbolismo que projetou a recém-criada Província no cenário intelectual

brasileiro com a revista *O Cenáculo* e os escritos de Dario Vellozo, Silveira Neto, Júlio Pernetta e Antônio Braga. Também marcaram essa época o literato e historiador Rocha Pombo e o parnanguara Nestor Victor, radicado no Rio de Janeiro, mas sempre ligado às letras e aos escritores do Paraná. (BALHANA et al., 1969:249-258)

Como importante centro de cultura na região, Paranaguá inaugurava, em 1840, o Theatro Paranaense. Outros do período foram o Iapó em Castro, o São João na Lapa e, mais tarde, o São Theodoro em Curitiba. Añtonina e Morretes tinham intensa vida cultural, à época, mas não se conhece menção a alguma casa de espetáculos nessas localidades.

Nessa época, várias cidades paranaenses começaram também a ser percorridas por artistas de teatro itinerantes, caso do italiano Mr. Southby, assistido em 1829 por imenso público em Morretes.

Tendo como carro-chefe as letras, o final do século XIX foi modesto na música, ainda muito restrita ao que se executava nos saraus, festas de igrejas e retretas, notadamente no litoral. Apenas um grande nome de destaque para a época: o compositor Brasília Itiberê, também parnanguara, que projetou internacionalmente a música brasileira.

Já Curitiba passou praticamente a primeira metade do XIX sem músicos, sendo poucos os moradores que possuíam instrumentos musicais. Foi o caso do, “o alemão Engen Westphalen que teria tocado piano pela primeira vez nessa Vila, em 1833, na casa de Lourenço Pinto de Sá Ribas que o possuía, mas ninguém sabia tocar.” (NEGRÃO, 1926. p. 519. Apud WESTPHALEN, 1983:20)

Em contrapartida, a pintura já despontava como campo de arte de ensino: em 1840, fora fundada em Paranaguá a Escola de Desenho das americanas Jessica e Willie James de que foi aluna Iria Correia, primeira pintora paranaense, e, em Curitiba, foi criada a Escola de Artes e Indústrias (depois, Belas Artes) criada em 1886 pelo pintor português Mariano de Lima, que viera à Província para decorar o Teatro São Teodoro. No começo considerada algo inusitado numa região em que era precária a procura por tais estudos, a Escola de Belas Artes e Indústrias, instalada em 1890, passou a oferecer cursos de desenho artístico, pintura, escultura, gravura e arquitetura. Além desses, havia o setor das artes industriais (ofícios destinados à *classe operária*) e prendas domésticas. Nesse ano já contou com 96 alunos matriculados, mais do que a soma dos inscritos no Liceu, Escola Normal e preparatórios. Mas as pinturas mais

conhecidas sobre essa época são obra de estrangeiros de passagem pelo Paraná, como Virmond, Debret e Elliot. (BALHANA et alii 1969:253)

Todavia, pouco a pouco, a nova Província foi formando seu quadro de intelectuais que iria ser marcante no início do século XX. Alguns deles tomaram iniciativas concretas como a fundação, em 1876, do Museu Paranaense por Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Muricy, destinado inicialmente a funcionar como jardim de aclimação e museu agrícola. Outros agruparam-se em torno de algumas idéias e representações que buscavam, durante todo o século XIX, construir uma certa identidade para o Paraná.

3 A CHEGADA DO PROGRESSO

3.1 O PROGRESSO VEIO DE TREM

Ao chegar a Curitiba no início do século XX, o viajante Tobias Monteiro desembarcou na estação de trens, encontrando um panorama agradavelmente surpreendente. Segundo sua descrição, na cidade,

... o movimento era considerável; muita gente, muitas carruagens. Em frente uma rua muito larga para subir. Era a parte nova da cidade, há uns doze anos coberta de pântanos ... mas a estrada veio ter ali e as construções conquistaram o terreno, entre elas o palácio do Governo e o edifício do Congresso. (MONTEIRO,1903:23)

Monteiro descrevia a rua da Liberdade, já inteiramente compacta...

A cidade triplicou nos últimos anos – continuava ele – quem lá não esteve ao inaugurar-se a estrada de ferro em 1885, nem pode hoje imaginar o que eram a rua principal e a praça onde depois se erigiu a catedral. O último recenseamento dá 53.000 habitantes para o município; muitas ruas são calçadas, algumas de paralelepípedos; a praça da catedral é ajardinada; toda a cidade e arredores, iluminados a luz elétrica e servidos de bondes; as construções já têm melhor aspecto, e grandes prédios de boa arquitetura são dignos de figurar em maiores cidades. (MONTEIRO,1903:23)

Realmente, em que pese o entusiasmo próprio aos textos da época, a capital do Paraná mostrava aos visitantes sinais de *modernização* configurando as transformações pretendidas pelas elites ao longo do século XIX. As ruas se abriam e se pavimentavam; surgiam novas edificações, todo o traçado da cidade se tornava mais compacto. A rua Quinze de Novembro, artéria central, estava nivelada e apresentava passeios em mosaico. A cidade deixava seu ar provinciano e adornava-se com sobrados mais leves e elegantes.

Por toda a *urbe*, e até fora de seu quadro, valorizavam-se os terrenos e surgiam novas construções. Expandiam-se algumas fábricas e instalavam-se outras, como o engenho de mate de David Carneiro, a cervejaria

Leitner, as massas alimentícias Todeschini, a fábrica de fósforos Mimosa e a fundição Müller. (VICTOR, 1996. p. 100-120)

O governo aprimorava seus serviços: higienizava o centro urbano com irrigação, limpeza pública, água e esgotos; implementava a arborização e instalava iluminação pública; criava, inclusive, uma guarda civil. E não era só Curitiba que se transmutava; se o visitante prosseguisse pelos trilhos do trem, logo conheceria Ponta Grossa onde, no início do século, mais de oitocentas edificações compunham o quadro urbano. (VICTOR, 1996. p.215)

Por fim, qualquer pessoa que chegasse às cidades paranaenses no período da Primeira República encontraria, em maior ou menor grau, alguns signos da então moderna tecnologia: telégrafo, telefone ou luz elétrica; depois, automóveis e bondes. No caso do telefone, presente na capital desde a virada do século XIX, logo atingiu as demais cidades do interior. Em Castro, por exemplo, a instalação da telefonia antecedeu a da iluminação pública. Em fevereiro de 1911, esta cidade já podia contatar por via telefônica Ponta Grossa, Entre Rios, Conchas e Ipiranga e apenas em outubro pode admirar o efeito proporcionado pelos 'focos de 150 velas' iluminando os Largos do Rosário, da Matriz e do Iapó (BORBA, 1986:115). Em Rio Negro, já em setembro de 1895, a Câmara Municipal recebia solicitação de estabelecimento de linha de bondes. O processo não foi adiante, mas a Ponte Metálica assinalou a modernização local estando presente, na festejada inauguração, o próprio governador do Estado. (ALMEIDA, 1976:63)

Todas essas transformações eram conduzidas sob a influência progressiva de uma elite econômica ligada à exploração do mate e da madeira. Ou ainda empenhada na criação de pequenas indústrias e no fornecimento de serviços. Esses grupos, formados por elementos nacionais ou estrangeiros, iriam deter a força política no Paraná republicano, substituindo os fazendeiros tradicionais cujas origens datavam do tropeirismo, agora declinante.

Nesse contexto, o trem foi um arauto do progresso. Após a construção da linha férrea Curitiba-Paranaguá, em 1885, os trilhos se estenderam a Ponta Grossa; para o sul, até União da Vitória e para o norte, na direção de Wenceslau Braz, integrando todas essas regiões.

Nas terras do norte, completava-se, à época, a ocupação dos vales dos rios das Cinzas, Itararé e Paranapanema, surgindo então as cidades de

Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio e Andirá, conformando o que seria posteriormente chamado Norte Velho. Essa configuração decorria da chegada a Ourinhos, em 1908, da Estrada de Ferro Sorocabana, destinada a atingir o oeste do Estado de São Paulo, via norte do Paraná. Em 1925, essa linha atingia Cambará. Até meados da década de 1920, aproximadamente 2.000 fazendas estavam instaladas na região, com cerca de 20 milhões de pés de café. Perto de 150.000 pessoas estabeleceram-se no local, até a década de 1930, representando 21% da população total do Estado. (MAGALHÃES, 1972. p. 44). Todavia, as melhorias de transporte e comunicação não se esgotaram com as ferrovias; desenvolveram-se ainda as estradas de rodagem que, em 1917, iriam atingir 6.000 quilômetros em tráfego.

A dilatação da rede ferroviária esteve articulada aos propósitos de companhias particulares, nacionais e estrangeiras, ocupadas em explorar a madeira das regiões dos rios Iguçu e Paraná, como foi o caso da *Southern Brazil Lumber and Colonization* e da *Brazil Railway* (estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande). Os interesses destas empresas conflitavam com os da população pobre radicada naquela região:

A presença das duas empresas implicou na expulsão de posseiros e no empobrecimento de pequenos madeireiros, somando-se a eles os empregados dispensados pela Estrada de Ferro, estimados em cerca de oito mil trabalhadores. Tinha-se, pois, um exército de desocupados prontos para santas e guerreiras cruzadas. (SOARES, 1995:13)

Esta situação ativou o messianismo presente na religiosidade popular levando os caboclos, despojados de condições de sobrevivência segundo seus costumes, a deflagrar a Guerra do Contestado, com vistas a instaurar uma nova sociedade fundamentada em princípios místicos-religiosos. Presente durante o processo, o monge José Maria não teria sido o 'líder carismático' do movimento levado a cabo muito mais pela '*valentia, lealdade, coragem, altivez e violência do sertanejo planaltino*'. Destaque-se, no entanto, que o movimento ganhou a adesão de vários fazendeiros, proprietários de pequenas e vastas posses que, com o mesmo fervor místico tentaram refundar a ordem social de base religiosa. (SOARES, 1995:13)

Levando o progresso para o interior, o trem revelava outras carências das regiões interioranas. Insalubres, mórbidas e despidas de infra-estrutura

até a última década do século XIX, apresentavam-se como palco de epidemias, endemias e desconforto. Cólera, tifo, febre amarela, varíola, difteria caminhavam a par com doenças crônicas como a tuberculose e o impaludismo (DE BONI, 1998: 27-29). E enquanto as novas cidades ao norte eram praticamente acampamentos de pioneiros, as do chamado Paraná Tradicional apresentavam outra ordem de problemas. Em Castro, por exemplo, o jornal *O Teatro* reclamava, em 1905, da falta de pavimentação da rua Martins, onde ao atravessá-la *um professor enterrou-se até o fio do lombo*. (LEANDRO, 1999:30).

Diante dessa situação, restava às autoridades governamentais agir com rapidez para fazer da cidade um local *perfeitamente habitável*, conforme declarava sobre Curitiba, no mesmo ano, o Presidente Vicente Machado:

Dotar nossa principal cidade, sede do governo do Estado, de um serviço mais ou menos perfeito de uma rede de esgotos e de abastecimento de água potável, afigurava-se, aos meus olhos como coisa inadiável e cuja protelação poderia acarretar desastrosíssimas conseqüências para o futuro. (VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA. RPPPr. Curitiba, 1905).

3.2 A CAPITAL COMO MODELO

A preocupação com salubridade e higiene foi, pois, marca registrada da ação do poder público na Primeira República, dirigindo-se para alguns pontos fundamentais: infra-estrutura e saúde pública. Na infra-estrutura incluíam-se o calçamento, alargamento de ruas e novas posturas de urbanização. As iniciativas higienistas aprimoraram instituições, como o lazareto, o hospital de alienados, o quartel, o matadouro, entre outros. Em contrapartida, a estética espacial somente estaria presente no discurso do governo a partir de 1912, com Carlos Cavalcanti de Albuquerque que escolheu e nomeou o prefeito Cândido de Abreu responsável, em Curitiba, pela pavimentação de várias ruas e por grandes mudanças no quadro urbano. A reordenação arquitetônica espontânea e o embelezamento das cidades conduzido pelos poderes públicos passou, então, a ter prioridade em todo o Estado; pela ação administrativa, em muitos núcleos urbanos, as ruas receberam árvores ornamentais e foram criados novas praças e logradouros públicos. Como difusoras da nova cultura urbana situavam-se, além da capital, Paranaguá e Ponta Grossa

(SANT'ANNA et al ,1987:128). Em 1912, Paranaguá já possuía *niveladas e lindamente arborizadas, uma avenida de 800 metros de extensão, duas ruas e uma linda praça*. (VICTOR, 1996. pp. 25). Na mesma época, em Ponta Grossa, a Praça Floriano Peixoto foi remodelada com canteiros floridos e bancos de madeira; a arborização de algumas ruas também buscou tornar o ambiente urbano mais belo e aprazível. (CORREIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa: abril de 1912). As demais cidades, até os idos da década de 1920 e 1930, mantiveram suas formas arcaicas e no caso dos norte novo e novíssimo, embrionárias.

Concomitantemente, as moradias passaram a refletir as preferências sociais e a condição econômica de seus habitantes. Os mais abastados tenderam a construir palacetes, reflexos da prosperidade advinda da comercialização da madeira e do mate. Na decoração interna misturavam-se madeira, dourados, veludo e cristais. Sem o requinte dos palacetes, os sobrados que se erguiam abrigavam, por sua vez, os representantes das novas camadas médias que se disseminavam: pequenos industriais, comerciantes ou profissionais liberais que, bem-sucedidos em seus empreendimentos, mantinham-se recorrendo ao serviço de arquitetos e construtores alemães ou italianos. A febre das construções ampliava o espaço das *urbes*: em 1912, já existiam 950 prédios em Paranaguá, dos quais 70 eram sobrados; e em Ponta Grossa, contavam-se 1.500 casas no quadro urbano. (VICTOR, 1996: 26 e 215)

Mas, na maioria das cidades, e mesmo em Curitiba, predominavam as moradias mais modestas que se apertavam irregularmente nos passeios, com portas e janelas abrindo-se para as ruas. Construções térreas, que combinavam o tijolo e a madeira, enquanto no interior o conforto era quase inexistente. A ausência de banheiros incentivou, ao menos na capital, o hábito dos banhos públicos, recurso também usual dos fregueses das pensões. (SABÓIA, 1978. p. 42)

Com maior concentração na periferia das cidades ou nas colônias, que desde 1890 tenderam a acompanhar os rios Negro e Iguaçu, as construções imigrantes trouxeram ao Paraná variações arquitetônicas. As eslavas, construídas em troncos encaixados ou tábua corrida; as italianas solidamente plantadas em pedra e tijolo. Nos telhados de duas águas conservavam-se os lambrequins, decoração disseminada no universo camponês europeu, e na lateral, adotava-se, muitas vezes, o alpendre – uma tradição luso-brasileira. Por dentro, poucas peças e uma decoração

utilitária e étnica. Ao redor da casa, a horta e a lavoura, trabalho comunitário da família. Ao avançar-se colônias adentro, multiplicavam-se na paisagem as chácaras de imigrantes, cuja aparência fazia lembrar sua distribuição mais ampla e livre do século anterior como a descrição feita para Curitiba pelo visitante:

Quem saísse à tarde, ainda que num breve passeio, pelos arredores da cidade, naquela época de que falo, já encontrava quase que a dois passos do centro, garidos "chalets" de madeira, de um vivo e alegre azul, ou de um verde gaio que se harmonizava idealmente com a suave claridade do horizonte. Pelas paredes subiam-lhe ímplexas trepadeiras viçosas, quando não fossem ramos de parras, transbordantes dos tendais ali próximos (...) Rescendiam em touças rasteiras grandes violetas brancas ou roxas. Magníficos roseirais viçavam em latadas por entre cardos e heras (...). (VICTOR, 1996, p.75)

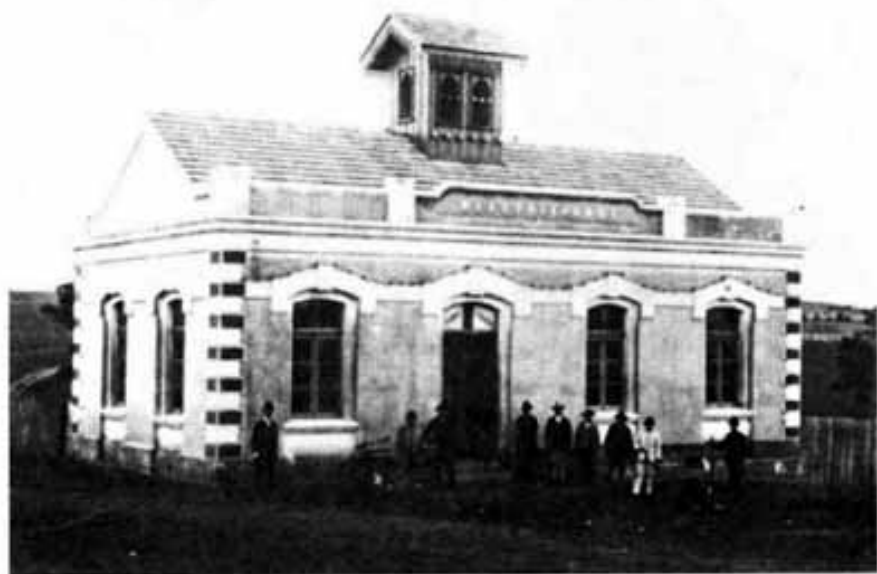
À ausência dos leves chalés, acrescentava-se igual desaparecimento das velhas casas de madeira, de telhas de tábuas, cujo aspecto, às vezes era miserável – uma eliminação progressiva que o embelezamento da capital, como das demais cidades, passava a exigir.

3.3 OS CONFORTOS DA MODERNIZAÇÃO

Em contrapartida, nas *urbes* que se reformulavam, os sinais do progresso estavam cada vez mais visíveis nos avanços da tecnologia. O telégrafo era uma conquista do século XIX, mas a telefonia não havia atingido o Paraná até o final de 1880, quando se instalou em Curitiba uma linha ligando a estação ferroviária ao Palácio do Governo, a poucos metros de distância. Logo o telefone tornou-se uso comum, a começar pelas repartições públicas e pelo quartel, atingindo as residências particulares. Nas outras cidades do Estado, passou a ser uma realidade a partir das duas primeiras décadas do século XX.

Já o uso da energia elétrica entrou em discussão no Paraná desde o final dos oitocentos. Mas essa energia só foi efetivamente implantada entre 1900 e 1910. A reboque da eletricidade vieram muitos avanços na área industrial e de serviços. Dentre eles, os bondes elétricos ganharam maior visibilidade. Em Curitiba, a inauguração desse serviço aconteceu em 1912 causando alvoroço em seus futuros usuários.

6 – HIDRELÉTRICA EM PONTA GROSSA – INÍCIO DO SÉCULO XX



FONTE:

LEANDRO, José A.; LAMB, Roberto E.

Imagens do cotidiano: Ponta Grossa 1910-1940. Ponta Grossa: Editora UEPG.

Além das ferrovias, foi no setor dos serviços públicos – eletricidade, carris urbanos e telefonia – e no financiamento das exportações primárias, que se deram os investimentos estrangeiros por intermédio do London & River Plate Bank e do London & Brazilian Bank, posteriormente, Bank of London & South America. Enquanto isso, o setor industrial nascente ficava a cargo dos investidores locais. (MAGALHÃES, 1972. p.50)

Paralelamente ao avanço da modernização, houve um rápido crescimento populacional no Estado. De 126.722 em 1872, o número de habitantes aumentou para 327.136 em 1900. No município da capital, estimava-se já uma população de 53.928, em 1905. No censo de 1920, o

Paraná ocupava o 13º lugar no país e sua população atingia 685.711 habitantes, 2,2% da população brasileira. Com o agrupamento de todas essas pessoas nas cidades, os governantes trataram de providenciar a organização de forças policiais encarregadas da vigilância e repressão de desordeiros e desajustados. Criavam-se, assim, padrões de comportamento adequados a um novo convívio urbano.

Entretanto, mais do que os benefícios e melhorias introduzidos pela administração pública, foi a população que deu sentido aos espaços urbanos pelo estabelecimento de uma nova sociabilidade, estruturada nos padrões vigentes.

Nesse momento os habitantes das cidades saíram às ruas, já que, na virada do século, a modernização que atingiu o Paraná revestiu-se da característica de chamar as pessoas ao convívio no espaço público. A cidade não era mais um aglomerado de casas e ruas mal traçadas onde as mulheres pouco assomavam às janelas. Na nova distribuição espacial, a rua mantinha papel fundamental. Como no passado, nela, conversavam as comadres e brincavam as crianças; e, ao entardecer, as cadeiras ganhavam a calçada e faziam do espaço público a sala de visitas. Acolhiam, no entanto, uma gama heterogênea de transeuntes resultado do processo migratório e das novas relações de trabalho. Também as praças ganharam nova função com a propagação dos coretos onde as bandas animavam as festividades cívicas locais, tão valorizadas com o advento da República. Definitivamente, o espaço público tornara-se o local de encontro, de trabalho ou de recreio – masculino, feminino e familiar.²⁴

As cidades paranaenses passaram a contar também com cafés e salas de espetáculo, parques e praças. Nas ruas principais, surgiram agências bancárias e casas comerciais; as senhoras procuravam as lojas de tecidos e armarinhos. Nelas, a divisão entre público e privado, separando homens e mulheres, tornou-se menos nítida. Eles se encontravam nas ruas, compondo o movimento dos transeuntes. Os homens sentavam-se nos cafés, freqüentavam os bares e disputavam nos salões de bilhar; na capital, as mulheres *faziam avenida* nas artérias por onde transitavam os bondes e os automóveis, apreciavam *vitrines*, seduzidas pelas ofertas de sedas, chapéus e calçados vindos de Paris e outros centros da moda.

²⁴ Sobre a modernização urbana no Paraná e em Curitiba na virada do século XX, ler TRINDADE, E.M.C. *Clotildes ou Marias*. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1996, pp. 197-209.

Em 1912, Nestor Victor assim descrevia os novos hábitos introduzidos da sociedade paranaense:

... Vejam que diferença entre o porte destas senhoras agora e o ar acanhado, profundamente provinciano que elas tinham, em geral, há vinte ou trinta anos atrás ...o que eu vira nas damas via analogamente nos homens: estes estavam ganhando outro andar, outra atitude, muito mais cidadã que a de outrora. Sensível melhora no vestir masculino, todos de barba feita como no domingo de antigamente ...E eu notava que os cumprimentos agora já eram mais comedidos e sobretudo menos familiares, sem a incomoda facecia igualitária de aldeia a que todos tinham de submeter-se ainda há vinte anos atrás. (VICTOR, 1913. p.169)

Mais modernas, as cidades passaram a abrigar, em seus parques e praças, famílias que faziam *pic-nic*, os mais velhos que conversavam, jovens que *flirtavam* e crianças que corriam pelo gramado. Em Curitiba, recuperou-se o Passeio Público e os freqüentadores puderam usufruir o seu carrossel, as gôndolas para passeios no rio e o quiosque para *botequim*. No Batel, o Parque da Cervejaria Cruzeiro propiciava à população espaço para o saudável hábito da ginástica. E no Colyseu Coritibano, um parque de diversões se abria aos prováveis usuários, congregando cinema, patinação, tiro ao alvo, bandas e um esplêndido serviço de botequins:

Além dessa, muitas outras diversões se realizaram no Colyseu, para gaudío do público que o considera um ponto fixo do seu programa de "suetto" universal. Às 6 horas foram soltos dois balões monstros e durante toda a tarde e parte da noite duas bandas musicais jorraram, no artístico parque, ininterrupta torrente de harmonias. (CARVALHO, 1985. p. 18)

Em Castro, a praça do Largo do Rosário transformou-se em palco para a introdução de uma nova mania, conforme descrevia um cronista, ao raiar de 1906:

Duas semanas depois, escapei milagrosamente, no Largo de Rosário, de um sítio de bicicletas que ali desembestavam em diversas direções. Cansei de ouvir: a minha é Monarch - só monto Cleveland - prefiro as de Clement - vamos apostar - preciso borracha nova - quebrei o raio da roda de trás - entortou o garfo ... (O MUNICÍPIO. Castro, 19 de abril de 1906. p. 2)

Dessa forma, para atender às novas necessidades da população, a modernização das cidades não se dava apenas na nova disposição dos espaços privados, mas no aprimoramento dos ambientes públicos, que se tornaram áreas de lazer. Mas fosse em parques de diversão, praças, cafés ou salões, ou assistindo às "retretas" das bandas militares, as novas populações urbanas divertiam-se publicamente.

À noite, funcionavam os salões de danças e os cafés-concerto: em Curitiba eram conhecidos o Parisiense e o Tigre Royal onde, com pouco dinheiro, tomava-se café e apreciava-se a passagem de lindas senhoritas. (MILARCH, A. O cinema em Curitiba. VOZ DO PARANÁ. Curitiba, maio de 1974. p.1). Entretenimentos de uma sociedade que se industrializava e onde se opunham lazer e trabalho, pausa e rotina, dever e liberdade.

Opunham-se também as formas 'tradicionais' de lazer, como o fandango, que tenderam a isolar-se nas cidades menores. Delinçia-se, definitivamente, a clivagem rural-urbano, criando-se a alteridade que permitiu a emergência do 'caipira'. Visão negativa dos cidadãos sobre a gente do interior que se disseminou em todo o território nacional, sintetizada por Monteiro Lobato no personagem Jeca Tatu.

Essa nova sensibilidade cosmopolita ia de encontro a hábitos tradicionais, como apontados pelo cronista numa descrição do hábito de chimarrão nos Campos Gerais:

Ninguém tinha escrúpulo de por a boca, na mesma cânula que servia aos demais (...) Agora, porém, esses hábitos vão desaparecendo, pelo menos dos centros mais populosos, onde já se toma principalmente o café. (VICTOR, 1996:203)

No influxo da mentalidade mais aberta e individualista, os teatros foram pioneiros na opção de lazer, freqüentados por uma clientela de nível econômico elevado. Na capital, nas cidades do segundo planalto, Ponta Grossa, Lapa e Castro, ou nas do litoral, Paranaguá, Antonina e Morretes, dramas, revistas, comédias, farsas e operetas faziam grande sucesso junto *às damas e aos cavalheiros*. Os teatros de maior prestígio apresentavam companhias dramáticas, operetas, óperas e até concertos *ditos sinfônicos*; outros especializavam-se em gêneros leves e os pequenos teatros dos clubes prestavam-se às performances restritas aos sócios. Cultivam todos a música, a representação, a poesia, a arte, numa fuga à monotonia do trabalho e às necessidades do dia-a-dia.

O masculino e o feminino misturavam-se também nos camarotes dos teatros. Na Curitiba de 1894, Verdi, Mascagni, Donizetti, Gounod e Carlos Gomes causaram *verdadeiro entusiasmo na numerosa audiência* de uma temporada de ópera. Tempos depois, outra apresentação lírica atraiu um público refinado:

Logo à entrada, assistindo o desfilar do cortejo pomposo de damas e cavalheiros, tive a idéia da Ópera de Paris ouvindo o farfalhar das sedas amassadas, o decote tentador, o evolir do mais caro perfume de Houbigaut, as cintilações de muita jóia rara, sem falar no irrepreensível corretismo dos cavalheiros. (O OLHO DA RUA. No Guayra. Curitiba: 4 de abril de 1908)

Na cidade de Castro, a partir de março de 1904, o novo Teatro do Largo do Rosário - edifício comentado na imprensa pela *solidez na construção* e por ser o *primeiro teatro* do Paraná, *excetuando os de Curitiba* - acomodava cerca de 1.000 pessoas e começou a abrigar os espetáculos do Grêmio 29 de Novembro criado pela elite castrense. (LEANDRO.1999:79)

Foi também nos teatros que se exibiu, primeiramente, o moderno *cynematographo*, logo objeto de muita procura e intensa exploração financeira. A febre das *fitas* acabou por reduzir a frequência aos espetáculos do palco, inebriando espectadores que acorriam às suas exhibições. O cinema invadiu a cidade, as colunas periódicas, as ruas e praças. Iniciou, modestamente, em horários livres dos teatros, mas ocupou, gradativamente, espaços próprios, afirmando-se cada vez mais no decorrer do período. Em Curitiba, a crônica louvava a substituição dos teatros pelo cinema:

(...) O 'cynematographo', que em boa hora apareceu nesta capital, pois há muito os teatros estavam fechados, há de fazer carreira, tendo conseguido duas casas à cunha. Nas duas funções a venda de bilhetes foi suspensa pela polícia, por haver excesso na lotação do teatro, o que deu lugar a que os cambistas vendessem cadeiras por mais do dobro. Neste fato está demonstrada a grande aceitação que teve o 'cynematographo'. (CARVALHO, 1985:18/19)

No início do século XX, muitas cidades já contavam com um certo número de cinemas: em Ponta Grossa havia três cinemas para um teatro

(VICTOR, 1996. p. 221) e, em Castro, na década de 1910, o cines-teatros Recreio, Odeon e Popular já disputavam a clientela com o agonizante Grêmio 29. (LEANDRO, 1999)

E, inovação das inovações, em 1924 foi inaugurada em Curitiba a primeira estação de rádio do Estado, terceira do país. Era a Rádio Clube Paranaense, cuja precariedade das instalações e das transmissões não permitiam prever, à época, o espaço que esse meio de comunicação iria ocupar no lazer das famílias paranaenses.

Enquanto isso, o teatro e o cinema tornavam-se também um ambiente ideal para a expressão dos últimos ditames da moda. Sugerida nos *magazins* estrangeiros, a moda transformou o vestuário de ambos os sexos. Para os homens, cabelos engomados, terno ajustado, botinas e palheta; para as mulheres, saias até o tornozelo, *redingotes*, chapéu *cloche* e cinturas altas.

Na cidade de Castro, o cronista recomendava *belíssimos modelos em gêneros tailleur, incontestavelmente muito elegantes, confortáveis e possuidores de um irrepreensível talbe de mais pura estética...*(LEANDRO, 1999. p.79). Ao final dos anos vinte, a moda ordenava que as saias subissem, as cinturas e os decotes descessem, acompanhando a evolução de uma nova mulher.

Outro local privilegiado para as exibições e diversões foram os clubes que proliferaram nas grandes e pequenas cidades. Fundadas para beneficência, cultura e lazer dos associados, essas agremiações davam preferência aos bailes e reuniões festivas, sem descurem, porém, das conferências e palestras dirigidas *às senhoras e aos cavalheiros do nobre quadro associativo*. Dentre os mais notáveis clubes paranaenses do período, destacavam-se o Club Curitybano, o Verien Thalia, o Deutsche Saengerbund, e o Giuseppe Garibaldi, em Curitiba; o Club Literário em Paranaguá; o Germânia em Ponta Grossa; o Guaira, em Guarapuava e a Sociedade União Alemã, em Castro. No Literário de Paranaguá, entre 1895 e 1905, atuou a *Sociedade Dançante Brisa da Marinha*, fundada por senhoritas da elite local.

7 – A NOVA MODA NO INÍCIO DO SÉCULO XX



FONTE:

Enciclopédia Nosso Século – Brasil: 1910-1930 (II). São Paulo: Abril S.A.Cultural, 1985. v.4. p.143.

Bastante expressivos eram também os clubes fundados pelos representantes das diversas etnias nos centros urbanos, na periferia das cidades e disseminados pelo interior em função das antigas colônias que tendiam a se emancipar. Ao tomarem conhecimentos das inúmeras entidades representativas dos estrangeiros, as elites locais apressaram-se a organizar-se também em associações. Em Curitiba, dentre todos, o mais assíduo nas colunas jornalísticas era o prestigioso Club Curitybano:

Com toda a pompa o Club Curitybano abriu seus vastos salões para comemorar o seu 25^o aniversário. Deslumbrante esteve essa festa. Desde a entrada, arcos voltaicos esplendoravam a sua luz multicolor com imponência real de uma festa do Palatino. O salão, belamente ornamentado e iluminado, ostentava o florido vergel da "elite", que lhe dava um aspecto risonho e festivo. (DIÁRIO DA TARDE. Theatros e diversões. Club Curitybano. Curitiba: 7 de janeiro de 1905)

Enquanto nos ambientes populares, mais descontraídos, e por vezes violentos, tocavam-se toadas, modinhas e serenatas, nos salões elegantes ouviam-se árias de óperas, valsas e polcas. Para a difusão da música em todo país concorrera o aparecimento da *maior novidade do século*, o *gramophone*, já comercializado no Paraná da virada do século:

Casa de Novidades de Nacar Correia. Rua 15 de Novembro n. 49 A. Acaba de receber directamente grande e variado sortimento de *gramophones*. Desde Gury de 20 mil réis, até Oberon IV (com cometa flor) por 200 mil réis. Variado sortimento de peças nacionais e estrangeiras. Catálogo a pedido. (OLHO DA RUA. Ano I, Curitiba 25 de Maio de 1907 n.4)

Junto aos clubes, funcionavam ainda as associações, os grêmios, os centros, as sociedades, ou uniões, em modalidades variadas e numerosas:

... Se formos, enfim, contar todos os clubes, grêmios e associações hoje existentes aqui, excede de cem o seu número... Sociedades recreativas, desportivas, musicais, instrutivas, beneficentes, de beneficência e recreio, comemorativas, de defesa de classe, de propaganda, de educação cívica, religiosa, etc. (VICTOR, 1996. p.126)

Os clubes abriam também opções para uma nova prática que se tornou a verdadeira coqueluche do período: a cultura do físico mediante exercício desportivo. Introduzidos no Paraná por influência dos imigrantes alemães, os esportes encontraram espaço em inúmeras associações fundadas para esse fim. Enquanto o futebol e o remo eram consideradas atividades tipicamente masculinas, as mulheres dedicavam-se ao basquetebol, ao tênis, ao ciclismo, à ginástica ou até ao montanhismo. Em uma vitrine elegante da capital, foi exposta uma medalha de ouro, acompanhada do seguinte texto:

Expomos em nossa vitrine uma medalha de ouro, que à srta. Hercília Lima vão oferecer as senhoras de Morretes. A medalha tem no verso a seguinte inscrição: à intrepidez de d. Hercília Lima, a primeira excursionista ao Marumby ... (DIARIO DA TARDE. Notícias e factos. Curitiba, 1 de outubro de 1901)

Os clubes de elite encontravam uma contrapartida em recintos que já eram tradição nas cidades paranaenses: as casas de jogo. Tais locais incorriam na desaprovação da população em geral que os execrava como *antros do vício* que roubavam os pais de família aos seus sagrados deveres. Lá jogava-se a roleta e dançava-se o maxixe, além de outras práticas que incorriam na queixa das esposas descuradas, que vinham narrar à imprensa sua desdita, clamando *por uma providência que lhes fizesse voltar ao lar a felicidade que uma vida fácil, em época dinheirosa, lhes roubara*. (DIARIO DA TARDE. Em defesa da sociedade. Curitiba: 11 de janeiro de 1917).

A *felicidade roubada* nada mais era do que a ausência do marido no recinto doméstico. A moradia familiar abrigava, na nova cidade da virada do século, a figura paterna supria e decidia, da mãe que criava e controlava, cabendo aos filhos escutar e obedecer.

Outros lugares opostos ao *recinto sagrado do lar* eram também, nesse período, – na capital ou no interior – as chamadas *casas do vício*. Nelas, segundo a ótica da sociedade local, perpassavam um clima libertino e divertido, justificando a idéia corrente da alegre *vida fácil*.

No Portão se levantara um luxuoso “restaurant”, onde se amanhecia ao redor das mesas, e de cujos reservados saíam pela manhã os convivas esfalfados. Em Santa Felicidade em pitoresco lugar sob a fronde de arvoredos verdejantes e à beira de rumorosa cascatinha outro “restaurant” do mesmo estilo se fundara ... (DIARIO DA TARDE. Em defesa da sociedade. Curitiba: 11 de janeiro de 1917)

Contra os bordéis, o moralismo vigente deseicadeou uma série de medidas restritivas: fichamento das prostitutas, prisão por vadiagem, interdição de algumas casas de tolerância, campanhas públicas. Ao afã da moralização, juntam-se as campanhas sancionadoras e os discursos imbuídos da missão de inibir a imoralidade e o vício. Nelas, divergiam as descrições dos bordéis, ora ambientes de luxo, onde brilhavam os cristais, as flores perfumavam e os quartos se iluminavam à luz de *abat-jours* róseos; ora antros lúgubres das chamadas *casas do vício* (BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Série Monografias. Curitiba, Imprensa Universitária, 1989). Imagem romântica ou realidade atroz, o conhecimento desses interiores era oculto às crianças, desaconselhado aos homens e absolutamente proibido às *mulheres de bem*. Organizava-se um outro Paraná onde as velhas e novas cidades buscavam acompanhar o ritmo das grandes metrópoles nacionais e internacionais.

3.4 AS NOVAS ESCOLAS

Nas cidades paranaenses, alguns avanços não ligados diretamente ao campo tecnológico, tomavam igualmente parte no clima de modernização. Entre eles, a instrução que procurava atingir, nesse momento, o maior contingente possível da população, apoiando-se, inclusive, numa legislação que introduzia a obrigatoriedade do ensino primário. No ano de 1917, o Paraná registrava uma população escolar de 15.101 alunos de ambos os sexos. Em 1922, esse total havia alcançado 34.676 alunos.

A disseminação das escolas primárias refletia, à época, o chamado *entusiasmo pela educação* do período republicano que corporificava a crença de que a multiplicação das instituições escolares conduziria a uma popularização do ensino, determinante do desenvolvimento das nações, posição muitas vezes expressas nas palavras das autoridades educacionais:

Todos repetem que o Estado, instruindo, se propõe formar cidadãos úteis ao lado de espíritos esclarecidos; educar intelectual e moralmente, preparar no indivíduo as condições necessárias a realizar, na Pátria, o lema de nossa bandeira: Ordem e Progresso. Ordem garantida pela edificação moral e progresso, provável, pela aquisição dos conhecimentos das leis naturais, a fim de atuar no mundo exterior. (CERQUEIRA, A.P. Relatório do Director da Instrução Publica do Paraná. Curitiba: s.ed., 1908. p. 56)

A multiplicação das escolas públicas primárias tornou-se, portanto, uma reivindicação constante das autoridades do ensino. Os relatórios dos inspetores gerais solicitavam, com frequência, a construção de prédios destinados especificamente às práticas escolares; rejeitavam as pequenas salas de aula sem ar ou luz, apontavam os inconvenientes das casas de aluguel, de onde se ausentavam as mínimas condições das tão preconizadas *práticas de higiene*. E defendiam a organização do ensino primário em grupos escolares, *uma medida (...) mais metódica, racional e consentânea com os modernos planos pedagógicos (...), do que as pequenas escolas isoladas, derivadas das antigas "cadeiras de instrução primária"*. (AZAMBUJA, L. Relatório do Delegado Fiscal da primeira circunscrição escolar. Curitiba: s.ed., 1908. p.62)

Como resultado dessas ponderações, no distrito da capital, as três únicas edificações exclusivamente destinadas ao ensino em 1893 multiplicaram-se, em 1916, em dez grupos escolares e, aproximadamente, vinte e cinco escolas isoladas. Sofisticaram esse contingente, uma escola maternal, três atualizados jardins da infância e uma escola de prática pedagógica. (SANTOS, A.C. Relatório do Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1917. Curitiba: Typ. d'A República, 1917). Dentre as outras cidades, só em Ponta Grossa nas duas primeiras décadas do século XX, havia 28 estabelecimentos de ensino com uma população escolar superior a 1.000 alunos. (VICTOR, 1996. p.221)

À propagação das escolas primárias paranaenses, seguiu-se a valorização do ensino público secundário de cunho propedêutico e dos cursos profissionalizantes. A importância desses estabelecimentos caracterizava-se, inclusive, pela imponência de sua edificação. A superação da mentalidade eminentemente acadêmica dos estabelecimentos ginasiais por uma visão mais prática do ensino profissional presidiu, em 1922, em Curitiba, ao desmembramento funcional do edifício do Gymnasio Paranaense. Dele se deslocou a Escola Normal, para ocupar, à rua Aquidaban, o moderno Palácio da Instrução. Curitiba contava ainda com o Instituto de Agronomia, o Instituto Comercial, a Escola de Aprendizes e Artífices e a Escola Profissional Feminina – tradução prática das novas propostas educacionais sobre o preparo do cidadão para o exercício do trabalho. Em Ponta Grossa, o Estado mantinha igualmente um Curso Comercial.

A malha escolar estadual espalhava-se, ainda, pelos arredores das cidades agregando as *escolas isoladas* que eram também moradia do professor, onde, na falta de mobiliário, as crianças sentavam-se em caixotes, tijolos e outros móveis arranjados. Em diversos locais, a presença do imigrante era também propulsora da criação de escolas públicas: protestos e reclamações sobre o descaso das autoridades com o ensino nas colônias resultaram, no decorrer do período, na criação de escolas no perímetro dos núcleos coloniais. Instituições sujeitas à regulamentação maior do ensino público do Estado, elas também apresentavam uma orientação nacionalista e laica, nos moldes republicanos:

Tolerado apenas que fosse nas escolas públicas, ou subvencionadas, o ensino religioso, o Estado, além de ofender a Lei, provocaria terríveis dias futuros, atritos formidáveis (...) A missão da escola pública é mais grandiosa. O Estado é leigo, leiga a escola. (A ESCOLA. Curitiba, Junho de 1909. p.5)

Aumentaram também em número as escolas particulares em todo o Estado, dos pequenos estabelecimentos às instituições de maior prestígio social. Funcionando, muitas vezes, em instalações vastas que acomodavam alunos e alunas, internos ou externos. Esses estabelecimentos empenhavam-se em bem preparar seus educandos para o ingresso no Gymnasio Paranaense ou na Escola Normal da capital, onde cada vez mais se ofertava um ensino particular de nível profissionalizante. Daí a fundação nas localidades mais populosas de escolas profissionais, sobretudo as de comércio.

Dentre as instituições particulares laicas, com o decorrer do tempo, multiplicaram-se as escolas de imigrantes. Sustentadas por diversas entidades representativas das comunidades étnicas, as escolas alemãs, polonesas, ucranianas ou italianas espalharam-se pelos núcleos coloniais. Eram, não raro, construções precárias de tábua-lascada, enquanto, nas cidades apresentavam melhores condições - caso da Escola da Communa Allemã de Curitiba, classificada, em 1908, pelo delegado da primeira circunscrição escolar, como um *estabelecimento de primeira ordem*. (CERQUEIRA, A.P. Relatório do Director Geral da Instrução Publica do Paraná. Curitiba, 1908)

Às escolas particulares laicas opunham-se as confessionais, introduzidas gradativamente no Estado, de 1880 a 1930. Dentre as protestantes destacaram-se, pela forma atuante, certas instituições de

confissão evangélica, luterana ou presbiteriana, ligadas diretamente à sua comunidade religiosa.

O grande contingente das escolas confessionais era, contudo, representado pelas escolas católicas, sempre crescentes em número, sobretudo após a chegada das congregações religiosas educacionais, a partir de 1895. Praticamente inexistentes na época da proclamação da República, elas insinuaram-se ordenadamente nas proximidades dos núcleos imigrantes ou alojavam-se em lugares de prestígio, como o colégio das Irmãs dos Santos Anjos em Curitiba, instalado na antiga morada do Barão do Serro Azul, uma construção aprazível e propícia ao recolhimento:

Essa agradável vivenda reúne todas as condições de sossego, salubridade e de higiene, condições indispensáveis em estabelecimento desta natureza. Além do jardim, disposto para jogos infantis há magníficos passeios entre alamedas de frondosas árvores, podendo, também, quando for oportuno, descerem as alunas até o saudável Jardim Público, sob a rigorosa inspeção das Religiosas. (A REPÚBLICA. Instituição de Nossa Senhora dos Santos Anjos. Curitiba, 27 de dezembro de 1895)

Outras congregações católicas femininas também se fizeram presentes no período, como as Irmãs de São José (1896), as Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus (1900), as Irmãs da Divina Providência (1903), as Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo (1904), as Irmãs de Nossa Senhora de Sion (1906), entre outras. As congregações católicas masculinas foram representadas pelos Padres Franciscanos do Bom Jesus (1902) e os Irmãos Maristas (1925).

Nas colônias de imigrantes, ou no perímetro central das cidades, religiosas de origem francesa, italiana, polonesa e alemã ocupavam os prédios escolares de grande ou pequeno porte, ofereciam ensino pago ou gratuito e congregavam um número cada vez maior de educandos, preferencialmente (quando não exclusivamente) do sexo feminino: *Numa das minhas excursões da manhã visitei a escola de uma colônia. A casa do professor, onde ella funcionava, abria-se sobre pequeno campo, onde tambem se erguiam a igreja e a casa do padre. O padre é o maior poder da colônia polaca. (MONTEIRO, TOBIAS. In.: Cinquentenário... 1885 - 1935)*

O amplo projeto educacional público e privado acabou por incluir, em 1912, a tentativa de criação de uma Universidade do Paraná. O prédio

construído para tal fim à praça Santos Andrade, em Curitiba, acabou por abrigar as faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, visto ter a legislação federal impedido a criação da Universidade. Assim a proposta só se efetivou quando da oficialização da Universidade em 1946. A edificação do prédio da Universidade foi o ponto máximo na formação e instalação da rede escolar de ensino no Paraná republicano:

(...) Dentro em pouco, o edifício projetado pelo professor da Faculdade de Engenharia, Dr. Baeta de Faria, avoluma-se nas suas linhas grandiosas e já em março de 1914 a Universidade, então acrescida dos cursos de medicina e cirurgia, além dos preparatórios, entrará a funcionar no prédio ainda em construção. (1º CENTENÁRIO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ. 1859-1953. Curitiba: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953. p.44)

3.5 A ELITE INTELECTUAL

Os idealizadores da Universidade, Rocha Pombo, de início, e depois Vítor Ferreira do Amaral, Nilo Cairo, Pamphilo d'Assumpção, Euclides Beviláqua, Hugo Simas, entre muitos outros, representavam a efervescência intelectual do Paraná da época. Em várias cidades paranaenses, intelectuais de um ativo círculo literário estavam ligados, não apenas aos salões de clubes elegantes, mas a inúmeros grêmios, associações e congregações. Eram eles republicanos idealistas, católicos conservadores, maçons e espíritas, feministas e antifeministas, que disputavam o predomínio do pensamento em todo o Estado, envolvendo-se em um constante confronto de idéias. A maçonaria e o neopitagorismo contribuíam com seus princípios éticos e morais, irmanados ao livre-pensamento, ao ocultismo e ao simbolismo. Ao mesmo tempo, o anticlericalismo terçava armas com a reação católica.

Desde o final do século XIX, as lojas maçônicas se fizeram presentes no Paraná e congregaram grande parte dos intelectuais e políticos para quem os princípios maçônicos deveriam ser rigorosamente respeitados em sua ordem filosófica ou disciplinar. Em muitas dessas lojas eram admitidas crianças e mulheres em algumas de suas festas e cerimoniais, existindo em Curitiba, no início do século, uma ramificação da Acácia Paranaense dedicada às *Senhoras* e intitulada *Filhas da Acácia*. Ai elas podiam exercer os atos de beneficência, mesmo se impedidas de frequentar sessões magnas, oficinas de rito diferente, ou receber visitantes de outras oficinas. (Manifesto da Maçonaria Paranaense ao Mundo Maçônico Universal. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1902)

Bem mais independentes mostravam-se as participantes da *Associação Feminil 'Livre-Pensadora'*, fundada em 1909, que tinha como norma a absoluta democracia e liberdade na manifestação do pensamento, e por objeto, a labuta pelo progresso e engrandecimento da nação. (Estatutos de Associação Feminil Livre Pensadora. Curitiba: Typ. da Livraria Economica, 1910)

Dentre os inúmeros nomes importantes que participavam do movimento maçônico em Curitiba estava o de Dario Vellozo, um líder dedicado à perene campanha *pela fé, pela liberdade de consciência, pela justiça, pela família, pela fraternização humana*. (BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Série Monografias. Curitiba, Imprensa Universitária, 1989). Em 1909, Dario fundou uma frateria onde se pregava a solidariedade universal em repúdio ao materialismo e à desagregação do mundo moderno: o Instituto Neopitagórico. Suas reuniões de finalidade iniciática, administrativa, musical e literária marcaram época na cidade.

Igualmente presente no Paraná, o movimento kardecista contava com uma quantidade bastante alta de grupos organizados. Alcançando grande prestígio mundial e encontrando campo propício, o espiritismo impunha-se nos meios intelectuais, trazendo consigo as indagações dos processos preternaturais, da reencarnação e dos fenômenos espectrais.

A maior parte desse universo pensante expressava-se, nesse momento, pelo Simbolismo já presente no Estado ao final do século XIX. Sua proposta plena do ilógico, do misterioso, do vago, do indireto, seduzia os participantes do ativo círculo de pensadores paranaenses. Em seu estilo hermético e sugestivo, os simbolistas da época expunham sua visão de mundo em um sem-número de poesias, artigos, livros, opúsculos, contos e crônicas.

3.6 FEMINISTAS E OPERÁRIOS

Paralelamente à ebulição desse amplo grupo literário, eram parte importante do pensamento paranaense duas outras manifestações igualmente significativas: o feminismo e o movimento operário.

O movimento feminista, desembarcado no Brasil na bagagem de estudante da líder Bertha Lutz, chegou ao Paraná na virada do século, despertando uma acirrada polêmica entre grupos que militavam a favor ou contra o movimento. Os protestos contra a invasão feminina dos campos preferencialmente reservados aos homens reproduziam um pensamento mundial:

Se antes da guerra os homens de ciência especialmente os políticos e os sociólogos, muito se ocupavam com o papel da mulher em face da organização do trabalho particular ou do Estado da administração pública e das fábricas e usinas, hoje em dia, depois dos exemplos que o feminismo trouxe e tem trazido nas épocas de crise de braços, (...) a atenção da ciência sobe de ponto a olhos vistos e todos examinam com especial atenção os frutos do trabalho feminino.(...) Mas, a dificuldade está no fato de não se tratar economicamente de trabalho igual e sim de rendimento igual de trabalho...Respondem melhor a esta pergunta os patrões e capitalistas que depois de colocarem mulheres no serviço com salário igual aos dos homens que anteriormente exerciam as mesmas funções, preferiam despedi-las e chamar de novo os representantes do sexo forte. Trabalhavam mais, ou antes, o seu trabalho era mais rendoso. (DIÁRIO DA TARDE. Pelo Feminismo. Curitiba, 20 de Setembro de 1921)

Já entre os operários misturavam-se várias correntes: anarquismo, anarco-sindicalismo, socialismo e comunismo – posições divergentes, ativamente veiculadas por um expressivo número de jornais e grande quantidade de Sociedades Benéficas. Na maioria das vezes de caráter leigo e anti-religioso, tais publicações e associações deviam frequentemente sua existência à operosidade dos imigrantes.

A presença dos operários nos núcleos urbanos paranaenses dava-se em função do desenvolvimento, naquele momento, de várias atividades industriais na capital e no interior. Grosso modo, por volta de 1910, o Paraná possuía cerca de 300 estabelecimentos comerciais onde trabalhavam cerca de 5.000 operários, ocupando o Estado o 5º lugar no setor industrial do Brasil. Os principais ramos dessas atividades eram a

indústria ervateira, a madeireira, a carpintaria, a fabricação de fósforos, a fiação e a tecelagem (MAGALHÃES, 1972, p.44). Havia também fábricas de sabão, velas, vidros, barricas e estabelecimentos manufatureiros de calçados, chapéus e a fabricação de queijos.

Divididas entre os elementos locais e as várias etnias presentes nas cidades paranaenses, as indústrias espelhavam a nova hierarquia socioeconômica: brasileiros e imigrantes disputavam a área nobre da madeira, do mate e dos cereais; os alemães predominavam nas bebidas, nas fundições, nos móveis, couros, vestuário; e estavam, de resto, presentes na maioria das atividades fabris; italianos e poloneses concorriam na área de alimentos.

O comércio desenvolvia também seus negócios numa mistura de tradições locais e costumes imigrados, concorrendo, por vezes, em uma única rua, o padeiro alemão, o funileiro italiano, o sapateiro polonês e o madeireiro paranaense; no mesmo balcão servia-se o mate ou a cerveja; a poucas casas de distância encontravam-se a confeitaria alemã e o botequim brasileiro. De mala na mão ou em casas de comércio, os sírios davam sua contribuição aos negócios das cidades ou das zonas rurais.

Nesse universo de trabalho ocorriam, com certa frequência, movimentos reivindicatórios que opunham patrões e empregados, como noticiava a imprensa curitibana:

É sabido que nossa gente operária, quando foi do último movimento grevista, percorreu, em massa, as casas comerciais e industriais, ali procurando adesões de colegas. Os membros mais em evidência da turba em parede parlamentaram com os operários e operárias, convencendo-os da necessidade que havia em todos acompanharem o movimento grevista, com ele se identificando. (DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 27 de julho de 1917)

A greve geral de 1917 constituiu-se, em todo o Brasil, num marco da organização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses, ao saírem às ruas na luta contra o empresariado e o governo. A presença pública dessas pessoas, antes relegadas ao silêncio dos cortiços, desencadeou confrontos com a polícia que fizeram aflorar tensões há muito represadas.

Dessa forma, o progresso das cidades paranaenses do início do século trouxe consigo não apenas a reformulação dos hábitos das camadas privilegiadas. Ele impôs um novo ritmo às relações familiares, redimensionou os papéis de homens e mulheres e conduziu à cena grupos que estavam à sombra do sistema capitalista, mostrando a face escura da modernização.

3.7 IGREJA VERSUS INTELECTUALIDADE LAICA

Essa heterogeneidade e a presença dos grupos que compunham o conjunto do pensamento paranaense não excluía, entretanto, pontos de convergência, entre os quais se destacava a proposta de uma sociedade livre e laica. A maioria daqueles intelectuais era adepta do livre pensamento e reunia-se em torno de uma visão mais aberta de mundo, enfrentando a oposição das diversas confissões religiosas.

Descartando-se, em princípio, os espíritas e teosóficos que – confessionais em essência – esposavam posições afins ao laicismo, sobretudo no confronto com os católicos, avultam-se dois grandes grupos religiosos. De um lado, o protestantismo, cuja penetração ligava-se à chegada dos imigrantes, em especial os alemães. E, de outro lado, a Igreja Católica, a grande opositora dos livres-pensadores. Para os parâmetros do momento, as modalidades do catolicismo colonial eram insuficientes. Sem missionarismo e sem ação social, tradicionalista e burocraticamente desorganizada no Paraná do início do século XX (BALHANA, 1981), essa Igreja iria atrelar-se às preocupações gerais da Igreja Romana desde meados do XIX.

Sua posição no Paraná desse momento representava, não só um avanço local sobre os que se opunham às posições católicas, mas a adequação a um programa mundial que visava acelerar a centralização romana e reforçar a soberania do Papa: o movimento ultramontano. A Igreja tomava campo contrário à razão, à liberdade, à ciência e ao futuro, optando por uma orientação conservadora e estabelecendo uma oposição cada vez mais acentuada entre civilização moderna e fé. Acresce-se a isso o fato de o advento da República haver dissociado Igreja e estado, dando oportunidade a reformulações no aparato eclesiástico.

Nessas novas bases a expansão da Igreja Católica no Paraná foi uma realidade no transcorrer do período, quer no sentido espiritual, quer no material, pela extensão das paróquias e pela disseminação dos colégios e pelo incremento das solenidades religiosas. Estas, gradativamente, perderam seu lado profano, canalizando-se a expressões mais espiritualizadas. Igualmente marcam a sociabilidade dos grandes e pequenos centros que, de tempos em tempos, viam-se povoadas por 'anjos', tapetes de serragem colorida e tampas de garrafa recobertas de papel laminado. A conquista do espaço institucional e espiritual efetuada pela Igreja Católica foi favorecida pela presença de imigrantes que, majoritariamente, participavam dessa expressão de fé. O avanço nas paróquias do território paranaense esteve muito ligado ao imigrante católico, sobretudo italianos e poloneses. Nesses núcleos, a presença da igreja, do padre e da escola foi elemento de manutenção da própria comunidade e fator determinante de atritos com os grupos locais:

As impressões que vou manifestando, ao correr da pena, são frutos da observação que venho fazendo há mais de oito anos (desde quando comecei a fiscalizar escolas) hoje mais demorada em virtude do cargo que exerço e da delicadeza do momento. Temos no Estado, em quantidade, escolas freqüentadas por mais de quinhentas crianças que adoram o kaiser, cuja fotografia se apresenta nas paredes de todas as salas. (...) Parece uma inconstitucionalidade o que almejo, mas o meu melhor argumento é pela salvação dos nossos patriciozinhos, que o Brasil abandona e entrega à germanização pelas escolas subvencionadas pela Alemanha, crime impune e até tolerável, só porque eles tiveram avós alemães. (DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 8 de Setembro de 1908)

Foi, porém, a liberdade de expressão, e não a influência católica, que deu continuidade, durante a República Velha, a um outro discurso em terras paranaenses.

3.8 O PARANISMO

Esse outro discurso refere-se ao movimento regionalista que embasara a Emancipação Política do Estado no século anterior, a partir da valorização de alguns elementos considerados formadores da identidade paranaense: clima, terra e homem. Elementos esses que seriam finalmente expressos e consolidados na cristalização desse discurso no chamado Movimento Paranista, de grande importância nas décadas de 1920 e 1930.

Conduzido, dentre a intelectualidade paranaense, por um grupo que cultuava e divulgava a história e as tradições da terra, o Paranismo incentivou a construção de uma idéia de identidade regional, impregnada pela crença no progresso e no desenvolvimento social que foram característicos da Primeira República.²⁵

No clima do pós-Primeira Guerra – período em que se havia acirrado o nacionalismo local contra a presença, a cultura e as tradições imigrantes no Paraná – tais manifestações congregaram interesses comuns que não conseguiram impedir a confraternização de naturais da terra, imigrantes e seus descendentes em torno do movimento. Essa foi, aliás uma das características do Paranismo: acolher também emissores que, nacionais ou estrangeiros, não estavam ligados à terra pelo nascimento: como o mineiro Cruz Machado e o paulista Carneiro de Campos, defensores do processo de Emancipação, ou os primeiros presidentes da Província, assim como boa parte dos participantes do Paranismo.

O grande estruturador desse movimento e sua figura de proa foi o literato e historiador Romário Martins que divulgou suas idéias por meio de seus escritos e estruturou os já tão conhecidos princípios da formação do bom paranista:

Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore. (MARTINS, R. Mensagem do Centro Paranista ao Presidente do Estado Dr Affonso Camargo, 1927)

²⁵ TRINDADE, E.M.C. Parandade ou Paranismo? A construção de uma identidade regional. In: REVISTA DA SBPH. n.13. Curitiba, 1997.

Além da cooperação dos literatos – como o próprio Romário Martins, Euclides Bandeira, Dario Vellozo, Rodrigo Júnior –, artistas plásticos como Theodoro de Bona, João Turim, João Zaco Paraná, João Ghelfi e Lange de Morretes deram ao Paranismo uma concretização inusitada, expressa em obras de arte, na pavimentação das ruas, em composições musicais. Na arquitetura, em colunas e capitéis e nos detalhes da decoração dos interiores. A partir da estética e da simbologia, os artistas paranaenses criaram um estilo próprio que se tornou sua marca; representações de grupos étnicos, o pinheiro, a pinha, o mate, a paisagem, eram temáticas recorrentes na produção desses estetas. (PEREIRA, 1997). Na escultura, Zaco Paraná, com a Estátua do Semeador, conseguiu resumir e concretizar as aspirações paranistas; e, na vanguarda do movimento, João Groff, aderindo às mais modernas técnicas de expressão, produziu filmes e fotos que retratavam os cenários e o cotidiano paranaenses. Pintores como Viaro, Turim e De Bonna não se furtaram, inclusive, de participar da decoração de salões de baile nos carnavais curitibanos, onde deixavam impressos os símbolos paranistas. (CLUBE CURITIBANO, 114 Anos de História. Curitiba, 1995)

Foi criado, com a mesma intenção, o Centro Paranista que congregava os interessados no movimento dispensando todos aqueles que fossem *incapazes e egoístas... entaves do progresso e da civilização*. Rejeitava igualmente quem não tivesse pelo Paraná *uma sincera afeição e não fosse capaz de um esforço pelo seu progresso*. (MARTINS, R. Propaganda do Centro Paranista. Curitiba, 1927)

No centro de Curitiba, pontos de encontro – cafês, confeitarias e livrarias – reuniam os adeptos do Paranismo. Nos *ateliers* dos pintores e escultores e nas redações dos jornais e revistas discutiam-se os rumos de seu pensamento. Também no Clube Curitibano, local de reunião da elite local, foi criado, ao final da década de 1920, um Salão Paranense com uma decoração que atestava a disseminação do sentimento que então empolgava grande parte da população letrada do Estado. Pujante ao final dos anos 20, o Paranismo avançou até os 40, já com menos impulso, numa época em que o regionalismo não era bem visto pelo governo autoritário e centralizador de Getúlio Vargas.

A efervescência cultural que agitou o Paraná nas primeiras décadas do século XX não se restringiu, todavia, aos meios letrados. Pelo contrário, outro fator indicativo de sua propagação foi o interesse crescente que as pessoas, muitas delas agora alfabetizadas e instruídas, desenvolveram pelo conhecimento científico e artístico. Essa nova ânsia de saber tornou-se evidente na fundação dos numerosos centros e sociedades culturais, e também na proliferação de publicações, via imprensa periódica. O “Catálogo dos Jornais” registrava, entre 1854 e 1907, um número de 425 jornais em todo o Paraná, sendo 282 em Curitiba, 62 em Paranaguá e 81 em outras localidades. Muitas eram também as revistas literárias, informativas, humorísticas e representativas de inúmeros órgãos e congregações. Algumas dessas publicações alcançavam todo o Estado e mesmo o âmbito nacional:

A tiragem regular e séria do Olho da Rua que há obedecido em suas críticas e em seus desenhos caricaturais a análise imparcial dos acontecimentos, lhe tem dado, entretanto, aceitação compensadora por parte do público, de cujos favores vive: o povo procura-o na convicção de encontrar nele humorismo sadio que lhe atenua o amargor do fel que lhe vai na alma, por estes tempos de relaxamento moral indefinível. Daí explicável a grande circulação do novo periódico ilustrado na capital, bem como no interior e mesmo em outras circunscrições do país ... (O OLHO DA RUA. Curitiba, 15 de abril de 1908)

Nesse momento, a oralidade que marcara a cultura paranaense nos períodos anteriores, tendeu a dar lugar a formas mais eruditas de comunicação e informação. Nas páginas das revistas e jornais, dos almanaques, anuários e suplementos, os leitores tomavam contato com uma variedade infinita de assuntos: a república, a pátria, os forasteiros, a religião, os preconceitos, a igualdade dos sexos, a liberdade. Assim, pouco a pouco, pela miscigenação de pensamento, instrução, cidade e população foi se configurando um novo Paraná que se encaminhou para a busca de ampliação de seus horizontes e à procura de alguma forma de identidade. Restaria, então, à sociedade futura desenvolver novas estratégias que comporiam o mosaico que a nova sociabilidade e os questionamentos desse período haviam delineado.

4 PARANÁ MODERNO

4.1 AS PARTES E O TODO

Os anos 1930 e a presença de Vargas na presidência da República inauguraram, para todo o Brasil, um período de centralização e nacionalização que tentava controlar a influência das forças regionais. O campo econômico foi marcado pelo esforço do desenvolvimento pela via da industrialização, em oposição às tendências com base na atividade agroexportadora que, embora amparada pela política do governo, teve de abandonar seu papel predominante no conjunto da economia brasileira. Durante todo o período, em que pese a fase de "redemocratização" após o final do Estado Novo (1937-1945), a organização do aparelho do Estado tentou adequar-se às variações dos rumos tomados pela produção nacional e pelas relações comerciais com o exterior nas diversas conjunturas por que passou o país. (LINHARES. 1990, pp.243-263)

Paralelamente, a população brasileira apresentava maior diversificação. Nas zonas urbanas, cresciam a burguesia industrial, a classe média e o proletariado, inchado com os contingentes vindos da zona rural. Nas grandes cidades, essas camadas agrupavam-se cada vez mais nos morros e na periferia, desenvolvendo sua própria cultura e criando impasses para o conjunto da sociedade. Tentando sanar os problemas criados por essa situação, o governo tentou desenvolver legislação e programas que dessem conta da nova realidade.

No âmbito paranaense, o início do período encontrou, em contraste com o restante do país, uma economia que ainda se mantinha em torno de dois setores: o ervateiro, com uma trajetória de expansão a que se seguiu um período de baixa, e o madeireiro, em crescimento constante no comércio interno e externo.

Da mesma forma, em outras regiões ainda desocupadas, um fator de grande magnitude veio cumprir o mesmo papel desbravador que as ferrovias haviam desempenhado ao final do século XIX e início do XX: tratava-se da agricultura do café e sua conseqüente marcha para o Oeste no Estado.

Efetivamente, ao Norte do Paraná, o contato cada vez maior com a cafeicultura paulista e a expansão das ferrovias entre os dois estados havia

criado o que pode ser chamada a “corrida do café”, concluída às margens do rio Paraná em meados da década de 1930, configurando o povoamento de um território que passaria a chamar-se Norte Novo. Em função dessa atividade, entre 1940 e 1960, a participação do Paraná na produção cafeeira aumentou de 7% para 52%, fenômeno que trouxe ao Estado um grande aporte de capitais, não só para a agricultura como para a indústria. Essa prosperidade, com raízes na economia paulista, organizou-se a partir dos excedentes de um sistema de produção adaptável aos férteis terrenos paranaenses, da construção de uma rede de estradas de ferro que ampliou as fronteiras de ocupação e da organização das companhias particulares que exploraram a colonização da região. (NICHOLLS, 1971, pp. 25-43). Entre 1930 e 1950, surgiram na região norte do Paraná cidades como Londrina, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Maringá, Cianorte, Umuarama.

A diferenciação entre a ocupação do Norte Velho, nos períodos anteriores, e a do Norte Novo, foi o caráter induzido dessa última. Efetivamente, a recém-formada burguesia cafeeira não podia assumir sozinha a formação dos novos cafezais, tarefa que teve que ser conduzida pela união dos fazendeiros com as grandes empresas imobiliárias.²⁶ O esforço resultou numa expansão crescente da área dedicada à cafeicultura no Estado. Na década de 1950, foram sucessivamente ocupadas as regiões Noroeste e Oeste, até os rios Ivaí, Piquiri, aproximando-se de Campo Mourão. E sem que se minimize a participação da iniciativa privada, foi também fundamental o papel do governo na gestão desse processo, por meio do loteamento e da venda de extensos territórios.

Se, no século XIX, a diversificação do Paraná deu-se, sobretudo, devido à contribuição da cultura notadamente camponesa, trazida pelos imigrantes, nesse momento o mosaico cultural ampliava-se, em função do deslocamento de mineiros e paulistas em direção ao Norte do Estado.

Nessas regiões, a integração dos diversos núcleos de povoamento era feita pelas *jardineiras*, meio de transporte que substituiu regionalmente a função desempenhada pelo trem em períodos anteriores.

²⁶Sobre a ocupação da região Norte do Paraná e os processos que acompanharam esse fenômeno, utilizou-se basicamente o texto de BENATTI, A.P. **O centro e as margens: Prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. pp. 13-14.

Em contraste com a região Norte, salvo por alguns terrenos em que se desprezou o perigo das geadas e se tentou a cultura do café, o Oeste não recebeu o influxo dos capitais e da ação dos cafeicultores paulistas, sendo porém alvo de um planejamento de ocupação por parte do governo paranaense. Essa política atraiu migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mesmo que a região apresentasse uma insuficiência de transportes que retardaria sua integração ao conjunto do Estado. A preferência pelo regime de pequena propriedade e pela colonização de origem sulina que induziram as ações administrativas naquele momento seriam apontadas posteriormente como fatores de desorganização e atraso.

Em termos culturais, o modo de viver local viu-se acrescido com os hábitos e valores dos gaúchos e catarinenses. Os *gaúchos*, sobretudo, trouxeram danças, música e trajes, expressões de linguagem, as comemorações introduzidas pelos Centros de Tradições Gaúchas e até o hábito de torcer pelos times de futebol dos *Pampas*.

Entretanto, nessa região, como no Sudoeste, a alienação de glebas para empresas particulares realizadas pelos governos federal e estadual invadiu terras ocupadas por milhares de posseiros, desencadeando tensões e confrontos. No Sudoeste, particularmente, decorreram anos de luta que acabaram, em 1957, num confronto armado acompanhado por mortes e destruição:

Esperávamos a invasão da cidade de Santo Antônio e Rio Claro (atual Pranchita) de uma hora para outra. Também não foi tarefa das mais fáceis afastar os 40 funcionários das companhias que, bem armados, aguardavam a entrada dos posseiros. Foram horas de intensas expectativas. Um deles, um baiano, amigo desde criança de um dos que fora assassinado, me dizia chorando: - Coronel, o senhor não acha que isso está errado? Eu perco o meu amigo, morto na caminhonete, e não tenho o direito de procurar os assassinos? (WACHOWICZ, 1985:225)

A pacificação dessas regiões só seria efetivada na década de 1960.

4.2 ECONOMIA, POPULAÇÃO, URBANIZAÇÃO

Apesar do sucesso da agricultura cafeeira, a industrialização paranaense ocupava, à época, uma posição diminuta no contexto nacional – 3,06% do total, em 1950 –, mesmo tendo apresentado um crescimento interno de 850% em relação à década de 1940. A torrefação e a moagem do café ocupavam ainda 53% da transformação dos produtos alimentares que era a grande atividade industrial no Paraná. (BALHANA et alii. 1969. 239-40)

Todavia, curiosamente, a exploração do mate e da madeira havia dado origem a uma burguesia industrial paranaense, em oposição ao que ocorrera no restante do Brasil onde a classe economicamente dominante era tradicionalmente formada por proprietários de terra ou comerciantes. Essa burguesia agia ativamente nas atividades exportadoras, investia no exterior e estendia seus interesses a outros setores industriais, bancários, de seguros e empresas aéreas. (MAGALHÃES. 1972.48-49)

Os governantes do Estado nas décadas de 1930 a 1950, o interventor Manuel Ribas e os governadores Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto, tiveram que enfrentar o desafio desses fenômenos e contradições em seu projeto administrativo.²⁷ Dentre os fatores básicos a serem considerados pela administração, estavam as inúmeras frentes pioneiras que começavam a ocupar vastos territórios, sobretudo ao Norte, compostas por contingentes nacionais e estrangeiros das mais diversas origens.

Tal explosão demográfica foi comparada a uma verdadeira corrida do ouro – no caso, ouro verde – que seduzia os migrantes com a miragem da propaganda. Nesse contingente, foram atraídos pequenos proprietários, grandes e médios empresários e inúmeros despossuídos que forneceram a mão-de-obra necessária para o trabalho de desbravamento, plantio e construção de cidades, conforme noticiava a imprensa: casais animosos, famílias inteiras, e, também, de diversas nacionalidades, vêm fixar-se naqueles rincões de promessa... (BENATTI.1999:61-63)

Em consequência, houve um crescimento populacional acelerado na região quando o número de habitantes saltou de 340.000 para 2.681.000. Esse povoamento aconteceu no sentido leste-oeste, caracterizando um

²⁷Sobre as políticas públicas desse período, o texto básico utilizado foi: IPARDES - Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo.** Curitiba, 1989.

Paraná, ao mesmo tempo velho e novo. (NICHOLLS, 1971:27). A população do Estado que, em 1920, era de 685.000, atingiu a marca de 1.236.000, em 1940, e a de 2.115.000, em 1950.

No enfileirar-se das *cidades cogumelos* que no Norte e no Noroeste, brotavam da noite para o dia, os espaços urbanos ganharam, gradativamente, feições monumentais. *O visual dos antigos núcleos pioneiros foram relegados ao esquecimento e, pelo menos no discurso dos escritores e jornalistas locais, imperava o mito da cidade moderna: ... esta majestosa cidade, (Londrina), berço de trabalho fecundo de lida constante e de progresso ininterrupto ...*(BENATTI, 1999:29)

Entretanto, nem mesmo a crescente centralização administrativa em mãos dos poderes executivos municipal e estadual conseguia garantir uma continuidade de ações em todo o Estado. Nem a legislação do período e nem as medidas práticas tomadas para o melhoramento urbano chegaram a atingir, sobretudo na capital, o nível de um plano estruturado. Nas cidades paranaenses, as ruas e praças continuavam a ser varridas e “capinadas” manualmente e em relação à limpeza pública, o lixo doméstico de Curitiba, por exemplo, era recolhido, com a utilização de um “moderno caminhão apropriado”, mas *à falta de outra solução mais econômica, todo o lixo coletado continua a ser transportado para terrenos particulares distantes das zonas habitadas.*²⁸

Paradoxalmente, em 1936, os céus das cidades paranaenses foram animados por uma visão inovadora, a passagem do dirigível *Hindenburg*, símbolo da mais alta tecnologia: *O resultado deste rápido vultumbre foi uma fascinação transmitida ao olhar e registrada nos periódicos locais, além de uma marca poderosa no vocabulário de imagens da cidade, garantindo-se uma durabilidade inegável, talvez por sua singularidade.*(COSTA, 1998:148-49). No bojo do Zepelin viajavam autoridades do governo brasileiro acompanhados do embaixador alemão, confirmando a preferência brasileira no cenário político internacional.

Nos espaços privados a modernização também tinha visibilidade contribuindo para a felicidade e conforto das donas-de-casa. Nessa época a eletricidade atingia os espaços privados e permitia uma larga utilização de eletrodomésticos: refrigeradores, fogões elétricos, batedeiras,

²⁸ Sobre o planejamento urbano de Curitiba, o presente texto inspirou-se em: TRINDADE, F.M.C.; OLIVEIRA, D.; SANTOS, A.C.A. **Cidade, homem e natureza:** uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997. p. 37-38.

torradeiras, aquecedores e toda a sorte de artefatos movidos a eletricidade tomaram conta do cotidiano das famílias.

Em acordo com as inovações o ambiente urbano passou a constituir-se um símbolo dos novos valores sociais propostos pela classe dirigente. Reconhecia-se, também, que a capital era um local de convergência e de distribuição de grande parte da produção econômica do estado. Era centro político, econômico, militar, estudantil e cultural, que vinha experimentando um acentuado desenvolvimento desde a década de 1910.

Na década de 1930, a imprensa divulgava uma imagem radiosa da capital:

Hoje Curitiba é cidade modernizada, transfigurada, ostentando bulício, exibindo sussurro, atrativos esportes, teatros concorridos, reclames luminosos, autos chiques a disparadas, fraturando pernas e costelas; artimanhas políticas, paixões partidárias. Em suma, é "Cidade Sorriso" "Princesa do Sul" "Noiva eterna da graça e da beleza".(ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, Março 1931. s.n.p.)

Talvez atraídos pela propaganda, muitos migravam do interior para Curitiba, em busca de estudo, trabalho ou simplesmente melhorar de vida, como depõe alguém que viveu esta situação:

Bom, quando a gente veio para cá, a gente veio pensando em mudar de vida. Totalmente, fazer uma mudança de 390 (sic) graus. Por isso o centro, e por isso a capital. Nós queríamos viver numa outra dimensão. A cidade pequena já tinha nos dado o que podia. Nós já éramos grandes para a cidade pequena. Já tinha me casado, já tinha descasado. Já lecionava em todas as escolas, estava bem de vida... (Apud SANTOS: 1997:70)

Uma parte do contingente vindo do interior era composta por estudantes que chegavam de todos os pontos do Estado, congregando-se em torno da sua Universidade, enfim federalizada, em 1950, e de vários centros artísticos e culturais. A Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI) e a Escola de Música e Belas Artes do Paraná foram alguns exemplos dessa nova situação. A maior influência estudantil acontecia porém no cotidiano da cidade:

Os personagens que desfilam nestas páginas, são os novos moços, que chegam em sua maioria de outros Estados, de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa

Catarina, Minas Gerais, bem como de Mato Grosso, Paraíba, enfim do Brasil inteiro e alguns procedentes do exterior, isto porque não há vagas nas Universidades mais próximas e mesmo porque a fama de Curitiba como cidade universitária já alcançou todas as fronteiras do país. (...) Em Curitiba notamos todos os elementos característicos de uma cidade de estudantes. Participam ativamente em todos os setores de sua vida - animam as diversões, o comércio depende deles em grande parte, as reuniões sociais que eles promovem, enfim, se os estudantes deixassem Curitiba, a cidade perderia seu colorido, sua vivacidade e sua fama de uma das capitais mais cultas do país, ou melhor, de ser a única cidade universitária do Brasil. (REVISTA GUAIRA, n.15, Curitiba, Junho de 1950, p. 45)

Os centros acadêmicos das diversas faculdades ofereciam também os chás dançantes nas tardes de domingo; os bares noturnos abriam suas portas para uma clientela quase exclusivamente masculina.

Nesse momento, não só em Curitiba, mas na maioria das cidades paranaenses, as ruas mostravam uma movimentação pública bastante intensa caracterizada pelos desfiles cívicos e esportivos, tão ao gosto do governo autoritário de Getúlio. A esses acrescentavam-se os corsos carnavalescos e, no outro extremo, as procissões religiosas. Todos conduzidos como espetáculo a que a população acorria pressurosa para assistir, aplaudir ou participar da folia ou dos cânticos e rezas. A posição da Igreja Católica, agora hegemônica, se fazia sentir, não somente no espetáculo público, mas na moral conservadora que permeava toda a sociedade paranaense e na multiplicação das paróquias e do âmbito de sua influência.

Buscando harmonia política com o Estado, a Igreja Católica obteve do governo a introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas. Associações religiosas como a Congregação Mariana passaram a dar precedência à ação católica, principalmente voltada à juventude e aos Círculos Operários Católicos.

Para divulgar seu pensamento por todo o Estado a Arquidiocese lançou mão da imprensa, publicando jornais *A voz do Paraná*, *Luz* e *O ideal*. O rádio foi outro meio utilizado com a *Voz de São Benedito*, na Lapa, e as rádios de Paranaguá, Palmeira e Marumbi, de Curitiba. (COSTA, 1986:22-29)

4.3 PLANEJAMENTO URBANO

A reforma urbana de Curitiba representava para os governantes o caminho que a sociedade paranaense deveria trilhar rumo ao futuro. Mas embora seja considerada a importância das reformas empreendidas pelas administrações municipais do início do século XX, é mais correto pensar que o Paraná só veio a conhecer efetivamente o planejamento urbanístico no início na década de 1940.

Foi em 1941, quando o prefeito de Curitiba, o engenheiro civil Rozaldo de Mello Leitão, contratou, junto à firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda., do Rio de Janeiro, um plano de urbanização para a cidade, apresentado no final de 1943. Esse plano traçou as diretrizes para o desenvolvimento de Curitiba, dentro de rigorosa técnica urbanística. Para tanto, contou com a assessoria técnica do “renomado urbanista francês Donat Alfred Agache, e com a cooperação dos Engenheiros da Prefeitura Municipal de Curitiba”:

O urbanismo cada dia vai sendo mais acreditado no Brasil, e quando grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, estão empenhadas nessas enormes obras, isto se reflete em todos os recantos do país, em que cada cidade procura melhorar seu ambiente de vida. Pode-se dizer, mesmo, que as obras dos nossos grandes centros significam verdadeiras escolas de urbanismo para o Brasil. (DIÁRIO DA TARDE. A urbanização de Curitiba. 8 de outubro de 1943).

A proposta de Agache para Curitiba, embora tivesse uma aplicação apenas parcial, seguida de uma conscientização do governo estadual sobre as novas maneiras de encarar as questões urbanas, levou ao estabelecimento de políticas inovadoras no que concernia a essas questões. Ao final da década de 1940, as administrações municipais sofreriam os efeitos de novas medidas institucionais.

Em 1948, o então governador Moysés Lupion sancionou uma Lei Orgânica para os municípios que definia como uma das atribuições da Câmara a legislação sobre as posturas municipais. Pavimentação, saneamento e medidas visando à melhoria do tráfego urbano passaram a ser executados de maneira coordenada e inter-relacionada, buscando uma racionalização no atendimento às obras que o crescimento de cada cidade solicitava.

Em Curitiba, a imprensa estabelecia comparações, equiparando o formato da capital a *enorme polvo* que, a todo momento, *estendia para os pontos cardeais os seus envolventes tentáculos*. Com a abertura de novas ruas, a área periférica ficava mais próxima, integrando a população à vida cidadina. *Assim vê-se o Bigorrrilho com extensas vias de comunicação, ligado à cidade da mesma forma que o Juverê, Bacacheri, Água Verde, Portão, Seminário, Mercês, Taboão, Cajuru e tantos outros bairros de menos categoria*. Tudo devido à ação da Prefeitura, que estava *efetivando os seus bem elaborados planos urbanísticos*. (DIÁRIO DA TARDE. Motivos da cidade. 14 de setembro de 1943)

No Passeio Público, o Departamento de Agricultura confeccionava *jardins que apresentassem os mais apreciados elementos da espécie floral*, considerando que ele deveria funcionar como uma espécie de jardim botânico. Segundo a Prefeitura, aquele local estava sofrendo *uma remodelação bastante evolutiva*, na qual se destacava a vigilância contra a entrada *de elementos perversos*, os quais prejudicavam o *ambiente familiar* e suas finalidades de recreação.

Enquanto isso, ao Norte do Estado, dava-se também ocupação e a criação de cidades a partir de um projeto prévio - e, de certa forma, autoritário - que visava ao estabelecimento de um modelo de agricultura comercial, muito ligado à experiência paulista. Enquanto, no Oeste, a colonização fora mais espontânea e ao Sul, apesar das novas iniciativas, prevaleciam ainda a tradição e a permanência de modelos historicamente mais conservadores. Derivou daí uma determinada oposição norte-sul, funcionando Londrina como capital regional, em contraponto a Curitiba, o centro administrativo a que o norte deveria teoricamente submeter-se.

Tal situação resultou, no plano simbólico, em estratégias que davam às regiões setentrionais do Estado uma identidade comum, conforme o que já acontecia ao Sul onde os habitantes podiam recuar suas memórias ao período colonial. O desejo corrente era de que as conquistas no campo econômico se estendessem aos setores político, social e cultural. (CESÁRIO. 1991 pp.46/9 - 56). Resultou daí uma verdadeira rivalidade disseminada por toda a sociedade da região, num discurso como o expresso por um pioneiro e posteriormente político de Londrina: ... (em 1936, 37) ... Curitiba era uma cidadinha bem modesta. No entanto, em 1955, ... virou uma verdadeira capital com 600.000 habitantes, com arranha-céus e coisa, quase todos os arranha-céus pertencentes ao povo do norte do Estado. (CESÁRIO. 1991. pp.46/9 - 56)

Para fazer face à complexidade cada vez maior desse contexto, o governo estadual passou a desenvolver estratégias que atendessem às necessidades de cada região. As práticas administrativas do período, em todo o Estado e na capital, mantiveram o cunho *modernizante* iniciado na gestão de Ribas, interventor e governador entre 1932 e 1945, e na de Moysés Lupion, a partir de 1947. Foi quando as políticas públicas do estado voltaram-se, cada vez mais, para a *noção de um governo científico e racional, quer na construção de uma praça, quer na manutenção de um espaço de poder.* (IPAËDES, 1989: 55)

Lupion e seu sucessor, Bento Munhoz da Rocha Neto, aplicaram-se na promoção da prosperidade material trazida pelo surto cafeeiro e expressa no saldos positivos da balança comercial, bem como no objetivo de induzir o crescimento populacional. A ampliação cada vez mais efetiva da população seria atingida pelo incentivo à migração que aumentaria os contingentes de mão-de-obra nos territórios recém-ocupados. Paralelamente, era também meta do governo a elevação real dos níveis de vida que, aliada à melhoria das condições materiais, deveria induzir o fortalecimento da democracia, o desenvolvimento da cultura, e as oportunidades de segurança e bem-estar gerais. Estaria, assim, garantindo o padrão moral de vida dos paranaenses.

No sentido do atendimento à população, era também indispensável a criação de um boa rede de transportes que ligasse litoral e planalto, Sul e Norte, o Paraná a Mato Grosso e São Paulo, conduzindo a um melhor escoamento da produção do Estado. A malha viária faria também a integração das diversas regiões em torno de uma *identidade territorial* que convergiria para o centro administrativo, a capital. Da mesma forma, construir-se-ia uma *identidade populacional*, quando indivíduos de diferentes procedências se aproximariam do centro administrativo em busca da solução de seus problemas.

4.4 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E MOVIMENTOS INTELLECTUAIS

Além da política de povoamento e transporte, outros dois grandes setores de investimento do período foram educação e cultura, com ênfase na instrução do homem do campo. Para tanto, celebrou-se, no governo Lupion, convênios com as prefeituras do interior para a construção de aproximadamente 500 escolas primárias com vistas a incentivar o que o governador chamava uma *verdadeira mística da escola*. Houve também a preocupação com a preparação de professores, no interior do Estado, com o objetivo de *formar o mestre de cada região, em sua própria região*, de prevenir a evasão escolar e de criar os Cursos Normais Regionais.

Em 1940, a Diretoria Geral da Educação organizou um Regimento Interno e Programa que tentava refletir legalmente a vida real nas escolas primárias. Um instrumento disciplinador e normativo, de caráter conservador. Enquanto isso, as Escolas Normais tentavam divulgar tudo o que havia de renovador na área da Educação, em todo o mundo.

Em 1948, com Erasmo Piloto à frente da já então Secretaria de Educação e Cultura, foi possível trazer às escolas orientações mais modernas e programas inovadores. Foi criado o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais e muitos professores normalistas fizeram cursos de especialização no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação. Houve expansão da rede de ensino com a construção de Escolas de Trabalhadores Rurais em Apucarana, Cambará, Clevelândia, Guarapuava, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Santa Mariana, Tibagi, Tomazina, Foz do Iguaçu. Funcionavam ainda 22 Escolas-granjas, na zona rural. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1954. pp.68-71/104).

Já com Munhoz da Rocha, apareceram as Escolas de Pesca e Trabalhadores Rurais e os serviços de Publicidade Agrícola, sempre na intenção de fornecer orientação técnica ao trabalhador rural e dar *novo impulso àqueles que até hoje se guiavam por métodos empíricos e rotineiros*. Dessa forma, a transmissão de práticas de higienização e disciplinarização das novas populações completava a obra de ocupação e povoamento.

Enquanto isso, o chamado Paraná Tradicional que incluía o litoral, Curitiba e o segundo planalto, continuava a dominar os rumos da cultura do Estado. Foi de Curitiba, na década de 1940, que partiu o primeiro

impulso para a renovação das idéias *modernistas* que dominavam o cenário nacional desde os anos 20. Um movimento sobretudo literário, conduzido por um grupo de jovens, dentre os quais o contista Dalton Trevisan. Esse movimento, que teve como meio de expressão revistas como *A Idéia*, *A Ilustração* e, finalmente, *Joaquim*, atingiu âmbitos maiores, questionando valores literários e artísticos da época. Dalton, pela sua originalidade, sua linguagem cada vez mais econômica e seu completo desligamento das regras de conduta peculiares à intelectualidade, impôs-se como grande escritor, simplesmente ao contestar valores locais ou universais utilizando como alvo de sua crítica contundente um universo particular: Curitiba.

Ao mesmo tempo, os condutores do movimento *joaquim* estavam muito conscientes do atraso evidenciado nas artes plásticas paranaenses, defasadas, segundo alguns, em quase meio século em relação ao que se passava no nível internacional. Efetivamente, antes do anos 50, desconhecia-se, no Paraná, movimentos como o impressionismo, o cubismo e as artes abstratas, já superados na Europa nesse período.

Isso não impediu, no entanto, que um dos parceiros de Dalton Trevisan no movimento renovador das letras e artes no Paraná, o artista plástico Poty Lazzarotto projetasse o Estado - e sua capital - no cenário nacional. Rompendo com a tradição estética européia, Poty realizou murais, ilustrações e gravuras extremamente inovadores na técnica e nos materiais utilizados.

Funcionaram como contraponto de Dalton e Poty, outros artistas como o pintor Guido Viaro e a poeta Helena Kolody que, menos questionadores, não deixaram de contribuir para esse novo momento da cultura paranaense. Viaro superou a influência do realismo objetivo de Andersen introduzindo a corrente subjetiva expressionista na qual orientou inúmeros discípulos. (BOSCHILIA, 1995. p. 56)

Essa foi uma fase mais madura, menos romântica e impetuosa que os arroubos do Paranismo, num momento em que Curitiba se tornou centro de convergência de uma população, sobretudo jovem.

4.5 O PARANÁ SE DIVERTE

Já os lazeres e diversões também se tornaram mais *modernos*, buscando modelos estrangeiros. As famílias burguesas freqüentavam os restaurantes e os cinemas que se multiplicavam. No traçar, ternos, chapéus e luvas femininas davam o toque de distinção. As classes populares também tinham seus bailes nos bairros mais afastados do centro, os jogos dos times de futebol ou buscavam os lazeres dos parques de diversão e do Passeio Público.

Em todo o Estado imperava o modelo hollywoodiano: na moda, na arquitetura, nos costumes, que o rádio e o cinema divulgavam:

"...E o vento levou"- o filme que está superando todos os recordes. Clark Gable, Leslie Haward, Olivia de Havilland e Vivien Leigh - continuam empolgando a cidade, com a sua assombrosa atuação em "...E o vento levou", que o Avenida vem apresentando com casas esgotadas todas as noites... (REVISTA GRAN-FINA, Curitiba, Dezembro de 1940)

Já se constituindo em coqueluche da população desde as primeiras décadas do século, esses dois importantíssimos meios de comunicação de massa *faziam a cabeça* dos assistentes e ouvintes, nas matinadas, matinês e sessões noturnas dos cinemas ou nos noticiários, concertos de música erudita, rádio-teatros e programas humorísticos da Rádio Clube Paranaense (depois sob o prefixo PRB-2). Boa parte da programação da PRB-2, sustentada pelos *reclames* de empresas e estabelecimentos comerciais, era inovadora - caso do primeiro rádio-teatro produzido no país, *A Ceia dos Cardeais*, levada ao ar sem as interrupções que caracterizariam as novelas, seguindo-se outros títulos sempre do agrado do público ouvinte:

Teatro pelos ares - O Radio Teatro da PRB-2 supervisionará hoje, às 23 horas, a estupenda concepção dramática de Ibanez Y Conde, "A conta do médico", numa tradução e adaptação de Correia Junior. Tomarão parte nas representações: Ema Luiza, Diva Neusa, Salvador Mário, Aluizio Finzetto e Wilson Martins. Sincronização e direção artística de Correia Junior, que dirige o estupendo e vitorioso programa da emissora local. (REVISTA GRAN-FINA, Curitiba, Outubro de 1940. s/n/p.)

Nas décadas de 1940 e 1950, engrossaram o quadro das emissoras as rádios Guairacá, Marumby, Curitiba, Universo e Cultura, em Curitiba, Colombo no município do mesmo nome, PRJ-2 em Ponta Grossa, Cultura de Cambará, Difusora de Jacarezinho, Legendária da Lapa, Difusora Platinense de Santo Antonio da Platina, entre outras. (NASCIMENTO, dez/1996)

Era também pelo rádio que se divulgava a música popular, valsas românticas, boleros, fox-trottes e sambas, sobretudo na voz de artistas da Rádio Nacional do Rio de Janeiro que despertavam o furor das fãs quando se apresentavam ao vivo - caso do cantor Orlando Silva que teve as roupas rasgadas ao sair da Rádio Clube, após um recital em 1940. Entre os valores que atendiam ao gosto mais popular estavam duplas sertanejas como Nhô Belarmino e Nhá Gabriela ou Farias e Toninelo. (BOSCHILIA. 1995. pp. 41-58)

Em compensação, o teatro paranaense, que já conhecera melhores dias, entrava numa fase de estagnação, muito em função desses novos rivais. Em 1942, a criação do Pavilhão Teatro Carlos Gomes, em Curitiba, abriu espaço para atrações mais acessíveis ao público em geral, como o grupo circense dos Irmãos Queirolo e o de Totó & Cia, com a opereta *Cabocla Bonita*. Foi também encenada no Pavilhão a ópera *O Guarani*, dirigida pelo maestro local, Bento Mossurunga, e deram-se apresentações de companhias de teatro vindas de várias partes do Brasil. (BOSCHILIA. 1995. pp. 41-58)

No entanto, no que se refere aos valores paranaenses, esforços individuais de alguns atores como Telmo Faria, que tentou criar uma companhia de teatro profissional e itinerante, e Armando Maranhão, um dos grandes incentivadores do Teatro do Estudante do Paraná, não foram suficientes para dar vida aos palcos locais antes de meados dos anos 50. Predominava o interesse pelas novelas radiofônicas, sobretudo as transmitidas pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

Em contraste, casas de jogo como o Automóvel Club e, o mais famoso, o Cassino Ahu inaugurado na capital em janeiro de 1940, eram espaços sofisticados, de frequência selecionada que, além do jogo, ofereciam espetáculos que contavam com a participação de artistas de renome nacional e internacional (BOSCHILIA. 1995. pp. 41-58):

Vamos ao Cassino? - é o que se ouve, a cada instante, nos meios sociais mais elegantes da metrópole - sorriso. E se justifica essa preferência, dado o

interesse e o esforço que a Empresa Domiciano Serrato e Cia. dispensa, dia a dia, no objetivo de transformar o Cassino Ahu em um dos centros de diversões mais aprasíveis e mais elegantes do sul do Brasil... E, agora, vem aí, Francisco Carraro, com sua típica revista musical... (REVISTA GRAN-FINA, Curitiba, Agosto de 1940. s/n/p/).

Em todo esse contexto, o auge foi, particularmente, a década de 1950, quando o Paraná foi reconhecido e saudado nos discursos de políticos e intelectuais da época que viam em sua prosperidade econômica os sinais da modernização:

Em cinco anos de governo realizou o Presidente Eurico Gaspar Dutra nada menos que quatro visitas ao Paraná (...). É um record no que se refere ao interesse do Governo Federal por um Estado brasileiro que, só agora adquire evidência nacional deve-a pura e simplesmente, ao silencioso labor de seu povo e à operosidade de seus atuais administradores. (REVISTA GUAIRA, nº 14. Curitiba, Abril de 1950. p.38-47)

4.6 CURITIBA, CAPITAL CULTURAL

Além da tão propalada prosperidade econômica, entre 1950 e 1960, a população do Estado dobrou novamente de 2.100.000 habitantes para 4.200.000, contribuindo a região cafeeira com 57% do total e tornando-se o Paraná o quarto estado mais populoso do Brasil. A antiga e acanhada província projetava-se no plano nacional.

Em 1953, comemorava-se o primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná e o Governo Estadual voltou-se para a realização de algumas obras contidas no Plano Agache. Muito mais do que uma preocupação da administração municipal, foi o então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto que definiu Curitiba como o palco privilegiado para a instalação dos símbolos do progresso, da modernidade e da identidade da sociedade paranaense. Curitiba deveria ser o pólo cultural do Estado.

Esse sentimento ficou particularmente expresso na reforma da praça Dezenove de Dezembro, situada no início da larga avenida que leva ao Palácio do Governo, onde se buscou afirmar o progresso e a história do Estado. Além disso, a abertura de novas e largas avenidas, a pavimentação e iluminação de diversas ruas e a construção de prédios particulares no

centro da cidade e de novos edifícios públicos marcavam as novas feições de Curitiba.

Em 1952, fora iniciada a construção do Centro Cívico já proposto em 1943. Consoante à idéia de uma crescente centralização administrativa, bem como da presença do governo estadual, aquele espaço iria concentrar os edifícios das principais instâncias administrativas e políticas: o Palácio do Governo, a Assembléia Legislativa, a Prefeitura Municipal e o Palácio da Justiça.

Em 1952, foi igualmente empreendida a edificação do novo Teatro Guaíra em Curitiba, só totalmente completado 20 anos depois. No entanto, em 1954, havia sido acabada a primeira parte do conjunto, o pequeno auditório que logo recebeu o apelido de *Guairinha*. Na esteira da construção desse espaço, despontaram alguns conjuntos teatrais particulares, uma Companhia de Operetas, grupos de teatro organizados nos colégios e nas faculdades, além da fundação da escola de teatro do SESI, da Sociedade Paranaense de Teatro e também do Teatro de Bolso da praça Rui Barbosa, pelo grupo de Ary Fontoura. O teatro paranaense tomava impulso na esteira do desenvolvimento do Estado.

Na música, a Sociedade Artística Brasília Itiberê ampliou seus horizontes promovendo concertos em outras cidades como Paranaguá e Ponta Grossa.

Foi também em 1954, que se inaugurou o novo prédio da Biblioteca Pública do Paraná, ponto de referência intelectual para todo o Estado:

A Biblioteca Pública Paranaense tem as funções próprias de uma biblioteca estadual, reunindo o acervo bibliográfico, tanto quanto possível completo, da produção intelectual paranaense, preservando-o para a posteridade. Cabe-lhe também a função de constituir-se em um centro bibliográfico a serviço dos trabalhos universitários. Além disto atuará como uma perfeita biblioteca pública, procurando incentivar o estudo em todas as classes sociais, à semelhança de uma universidade do povo, oferecendo a ele oportunidade para um emprego construtivo de suas horas de lazer... (REVISTA PANORAMA, Ano V. Curitiba, Dezembro 1955. n.º 43. p.19)

A construção do novo prédio do Colégio Estadual, em Curitiba, inseria-se nos projetos do governo pela grandiosidade da obra, mas também pelo afluxo de alunos à instituição, muitos provenientes do interior do Estado.

Dava-se início, por outro lado, à verticalização das cidades em todo o Paraná, saudada como sinal incontestado do progresso. A administração pública de Curitiba comemorava os esforços modernizantes empreendidos por particulares, representados por *majestosos edifícios que são construídos, entre os quais podemos destacar o do Clube Curitibano, Kwassinski, Marumbi, LAPC, e outros, além de diversos ainda em fase de construção e projeto.* (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Relatório dos trabalhos executados no exercício de 1949 na administração do Eng. Civil Linneu Ferreira do Amaral)

Entretanto, apesar do empenho do governo em modernizar os espaços urbanos paranaenses a exemplo de Curitiba, todas as cidades ainda viviam às voltas com comportamentos que mereciam a ação coercitiva da força policial. Em certo sentido, o propósito de construir um espírito de *urbanidade* na população ainda não fora completamente atingido embora fosse um empreendimento de longa data. As mazelas dos meios urbanos intensificavam-se e faziam-se mais aparentes. Se era possível controlar e planejar o espaço físico, o mesmo não ocorria com a população, o que comprometia a qualidade de vida das comunidades.

Cabendo ao governo assegurar a prosperidade moral, cultural e política, as principais medidas tomadas seguiam o modelo implementado para a capital expresso no Código de Posturas e Obras do Município de 1953. Nele, apresentava-se um conjunto de normas morais e éticas voltadas à modernização da cidade e à construção da *urbanidade*. O artigo 897 – “Da Moralidade e Sossego Públicos” – proibia a emissão de ruídos de motores, buzinas e fogos de artifício *com o objetivo de preservar os padrões morais, manter o bem estar e resguardar o sossego e segurança da coletividade.* Assim como ficava proibida a exposição para venda de *gravuras, livros ou escritos obscenos* e de anúncios que contivessem *expressões ou ditos injuriosos a autoridades, ou a moralidade pública.*

Da mesma forma, a proibição de se jogar lixo nas vias públicas, de se sacudir tapetes ou capachos dos prédios, de se deixar vasos ou floreiras nas janelas de onde pudessem cair sobre o público, de se dar tiros ou fazer algazarra, lavar ou estender roupa na rua etc. inseriam-se no projeto

modernizante, que almejava conduzir a população a padrões de comportamento pautados pela civilidade.

Em todos os municípios do Paraná buscou-se restringir o lançamento indiscriminado de esgotos em rios e sarjetas, o depósito de lixo em locais não apropriados, a derrubada de árvores e o despejo de resíduos industriais. Tais considerações remetiam a uma lógica informada pelas preocupações com a saúde e saneamento públicos e com a estética urbana.

Multiplicaram-se igualmente os hospitais, o corpo técnico aprimorou-se, ampliou-se o serviço de água e esgotos e organizaram-se as campanhas de vacinação e dedetização. Os grandes investimentos em saúde pública no período refletiam a preocupação com a elevação do padrão nessa área, bem como nas técnicas de saneamento. Em Curitiba, o Hospital das Clínicas abriu suas portas para atender à população paranaense a partir da formação dos novos médicos:

O Ministro da Educação e Cultura, professor Clóvis Salgado, esteve em Curitiba, para participar das solenidades inaugurativas do Hospital, que proporcionará à nossa Universidade um centro de pesquisas médico-científicas como poucas organizações de ensino possuem, no mundo inteiro. (REVISTA PANORAMA, Ano X. Curitiba, Abril de 1960. n.º 95. p.76-78)

Mas, além das medidas práticas, tornava-se indispensável também desenvolver um programa de educação sanitária que erradicasse a influência da medicina popular, substituindo-a pela *científica*. Tratava-se de romper, segundo as palavras do governador Moisés Lupion, em 1949, com ... *a ignorância, superstições e crendices das nossas populações rurais, em relação à prevenção das doenças ...* (IPARDES, 1989:36)

Nesse contingente, considerado irredutível às novas tendências da ciência, era necessário controlar os desajustados física ou moralmente e eliminar as infrações que perturbassem a ordem social. Para isso, era importante conter condutas desviantes como a prostituição, o jogo e a criminalidade. Nas novas cidades do Norte do Estado, o desvio acompanhava o desenvolvimento e, segundo os jornais, os bordéis se multiplicavam: *Pensões imorais proliferam sem restrições, invadem os bairros residenciais e estendem seus tentáculos pela cidade toda.* (BENATTI, 1999:77). Falia, assim, o ideal da cidade *moderna* e da sociedade *moralizada*. No caso específico desses desvios, o discurso normalizador investiu nas campanhas

que se utilizavam dos estereótipos e dos preconceitos em voga para classificar a conduta de certos segmentos sociais e tentar disciplinar o cotidiano urbano.

Todas essas transformações foram específicas do Paraná do Centenário, nos anos 50, quando a indústria cultural investia no modelo norte-americano em todo o país e o Estado atravessava sua fase de euforia econômica. Jornais e revistas divulgavam a vida dos artistas de cinema e incentivavam a emulação dos valores morais e dos hábitos cotidianos daquela sociedade:

O Jockey-Club do Paraná inaugurou festivamente o seu novo Hipódromo. Sábado, 10 de dezembro, neste dia todo o Paraná presenciou aquele acontecimento esperado há vários meses. (...) Todos falavam, todos comentavam aquilo que seria motivo de orgulho para a "Cidade Sorriso" a inauguração do Hipódromo do Tarumã. (REVISTA PANORAMA, Ano V. Curitiba, Janeiro de 1956. n.º44. p. 53)

A procura dos bens de consumo durável, a chegada do mais moderno veículo de comunicação de massa - a televisão - a sofisticação dos espaços físicos e de lazer urbanos e a própria evolução dos setores marginais das cidades iriam apontar para os novos tempos que se consolidariam na década de 1960.

4.7 OS ANOS 60 E A BUSCA DA INTEGRAÇÃO

No início da década de 1960, a economia paranaense mantinha ainda sua base econômica na agroindústria, apresentando porém uma política de governo que agia de forma oposta ao que se fizera nos períodos anteriores, quando os pontos-chave da administração eram o povoamento e a colonização. Os governadores do novo período, Ney Braga e Paulo Pimentel, iriam considerar as correntes povoadoras que ocuparam todo o território paranaense como fator indesejável, por serem introdutoras da pequena propriedade e da policultura, agora consideradas obstáculos ao desenvolvimento do Estado. Segundo Pimentel,

... elementos originários dos Estados sulinos que, sem documentação alguma, se estabelecem desordenadamente na terra, motivam tensões ...

provocando, muitas vezes, a formação de minifúndios prejudiciais ao progresso das áreas atingidas. (IPARDES, 1989:57).

As gestões anteriores foram consideradas equivocadas em suas iniciativas, e o novo governo propôs-se moralizar a máquina administrativa e desenvolver políticas de educação, saúde e segurança pública. O tema da industrialização substituiu o da *vocação agrícola* do Estado e apresentava-se a necessidade da ampliação da infra-estrutura básica, sobretudo rodovias e energia elétrica. A ampliação da malha viária integrou o porto de Paranaguá e a capital ao Norte e, à medida que Curitiba tornou-se centro industrial de certa importância ao sul do país, estreitaram-se seus laços econômicos com as diversas regiões do Estado e com São Paulo. Em 1960, ela era de longe a maior cidade do Paraná, seguida dos municípios de Londrina, Maringá, Guarapuava, Tibagi, Ponta Grossa, Araçongas, União da Vitória, Rio Branco e Paranavaí. Naquele momento, a população do Estado havia atingido os 4.200.000 habitantes, o que representava uma marca verdadeiramente inusitada de 102% em seu crescimento. (BALHANA et al., 1969:239-400)

Ao lado de uma diversificação da agricultura, o Censo Industrial de 1960 mostrou um Paraná que apresentava três regiões industriais: o Norte, o Madeireiro (a Oeste), e o Sul. No transcorrer da década, embora a capital continuasse a ser a região mais desenvolvida industrialmente, houve uma significativa incrementação dessa atividade na região Norte. (BALHANA, et al. 1969. 223-243). Esse fenômeno refletiu os problemas da superprodução e das *geadas negras* que haviam trazido novas formas de exploração agrícola e industrial à região. O período de ouro do café acabara. (BENATTI, 1999:25)

4.8 O PLANEJAMENTO HUMANISTA

No Paraná, como em todo o Brasil, a década de 1960 marcou também um momento em que a preocupação dos governos foi a de estabelecer uma imagem de verdadeiro comprometimento com a planificação, entendida como fator decisivo na eficácia das políticas públicas em todos os níveis. Essa perspectiva promoveu uma aproximação cada vez maior entre as esferas nacional e locais, mediante parcerias financeiras.

Com Ney Braga, primeiramente à frente da prefeitura de Curitiba, e posteriormente do governo do Estado (1961-1967), iniciou-se a filiação das políticas públicas a alguns princípios filosóficos que teriam duração prolongada: a partir do que se chamou a *promoção do homem integral*, concepção que, aplicada ao urbanismo, unia as correntes progressista e humanista. De origem francesa, essa linha de pensamento tinha como principal representante o padre Lebret, organizador de projetos de desenvolvimento para países da América Latina, África e Ásia, sob uma orientação que privilegiava a valorização do homem e de seu ambiente, em detrimento da tecnologia e da máquina. (VIANA, I, 1997). Para Lebret, as organizações urbanas eram vistas como obstáculo ao desenvolvimento econômico e social, tomando imperativo estudar a cidade a partir de sua separação em unidades e considerando as condições de vida das populações, para planejar os equipamentos necessários a cada unidade. (MENEZES, 1996:73-74)

Lebret realizava cursos sobre economia e humanismo, e seminários destinados a discussões sobre a intervenção e parceria de interesses empresariais e comunitários. Visitou o Brasil repetidas vezes, subsidiado pelo governo francês, dando consultorias a diversos estados, nos quais suas sugestões foram, em parte, adotadas. Sua doutrina vinculava-se estreitamente ao pensamento Democrata-Cristão e foi utilizada no Estado do Paraná, nos anos cinquenta e, sobretudo, nos sessenta quando realizou levantamentos e estudos sobre níveis de vida. Dessa forma, a ação política da época dizia-se basicamente diferente das anteriores no empenho de fazer chegar as melhorias a toda a população.

A perspectiva do planejamento dirigia-se também à área da educação. Na gestão de Ney Braga foram aprovados, em 1962, a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação e o plano Estadual de Educação para a reorganização do sistema de ensino. Várias campanhas dirigidas ao setor de educação foram conduzidas no período, como o combate ao analfabetismo, à evasão escolar e

repetências acompanhadas de acordos com órgãos nacionais e estrangeiros na busca de recursos para esses programas. No governo Pimentel criou-se um dos *slogans* mais difundidos da época: *Nenhuma criança sem escola e nenhuma escola sem professor*. (IPARDES, 1989:60)

O ensino médio recebeu atenção especial em função da política de desenvolvimento que privilegiava a mobilização de recursos humanos, contemplando as habilitações profissionais, tanto quanto a formação que visava ao ingresso no ensino superior. A crescente demanda proveniente dos núcleos urbanos também encaminhava a tomada de decisões na direção da preparação de mão-de-obra capacitada a atender o setor secundário da economia.

No ensino superior, o investimento do governo deu origem, em 1969, às Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, incorporando e congregando estabelecimentos isolados mantidos direta ou indiretamente pelo Estado.

4.9 A CAPITAL PLANEJADA

As medidas direcionadas à educação vieram ao encontro do que já se pregava nos campos urbanístico e social. A herança advinda dos princípios de Agache e do humanismo de Lebreton, em conjunto com as ações empreendidas nas administrações de Braga e Pimentel, acabaram por destacar a importância das intervenções políticas e urbanas que tiveram significativos reflexos nos períodos seguintes.

Em Curitiba, desde a década anterior, a Prefeitura recebera a cooperação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento para realizar a pavimentação de diversas ruas e a retificação dos leitos dos rios Belém, Barigüi, Bacacheri e Juvevê, além da canalização do rio Ivo. Com essas obras de saneamento, procurava-se coibir a multiplicação de loteamentos nas proximidades daqueles rios – mercê das migrações que cresceram naquele período – e incentivando a preservação de áreas verdes. O prefeito Iberê de Mattos, em seu primeiro relatório de prestação de contas, em dezembro de 1958, afirmava: *Uma das preocupações será o aumento do número de praças, e a criação de parques, antes que os loteamentos roubem à cidade a oportunidade de logradouros públicos com arborização adequada, que somente em dezenas de anos poderá ser formada*. (PMC, 1953)

A paisagem urbana da cidade já sofrera grandes transformações, bem como sua estrutura socioeconômica. Um grande impulso para seu crescimento foram as crescentes rendas advindas da cultura cafeeira no norte do Estado. E, afinal, a capital cumpria sua função de grande centro aglutinador: entre os anos 1940 e 1960, sua população passou de 140 mil para mais de 360 mil habitantes. Embora a quantificação da população não se constitua, por si só, um índice de urbanização, deve-se considerar que esse vertiginoso aumento no número de habitantes deveu-se à sua dinâmica econômica, demandando, ao mesmo tempo, crescentes investimentos públicos e uma constante oferta de novas moradias.

Atento a tais imperativos, o prefeito Ivo Arzua, defensor da ciência, da técnica e do progresso como agentes do bem-estar humano, estabeleceu como princípios gerais para as intervenções urbanísticas em Curitiba a pesquisa metódica da realidade e a previsão para o desenvolvimento futuro da cidade, ressaltando aspectos legais, planificação e políticas de ocupação do solo.

A gestão de Ivo Arzua ficou, enfim, reconhecida pela elaboração do *Plano Preliminar de Urbanismo*, por intermédio das empresas paulistas Serete Engenharia S/A e Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, em 1965. Esse plano, que contou com a participação de vários técnicos da Prefeitura, foi o embrião do Plano Diretor de Curitiba, instituído em 1966, pela lei n.º 2.826.

Assim, a Capital do Paraná conheceria um novo momento de sua trajetória urbanística. As bases e diretrizes para o seu desenvolvimento estavam prontas, predominando a convicção de que a cidade deveria ser produzida para o homem. Curitiba, afinal, deixava de ser um mero artefato humano para compor-se em meio ambiente urbano, o lugar onde a vida das sociedades contemporâneas se desenvolveria:

A criança curitibana foi, durante muitos anos, a grande esquecida. Agora, porém, a Municipalidade decidiu dedicar especial atenção aos logradouros destinados ao recreio da meninada. Criou-se, para isso, um Plano Piloto, que imediatamente foi posto em execução. Já em março, nas comemorações do aniversário da Cidade, o prefeito Iberê de Mattos inaugurou na Praça Oswaldo Cruz, a sede do Plano Piloto de Recreação Pública, equipada com espaçosas salas de aulas, vestiários, banheiros e "play-ground". Diversos outros parques infantis foram também instalados em praças de Curitiba. (REVISTA PANORAMA, Ano X. Curitiba, Maio de 1960, n.º 96, p. 70-71)

4.10 DA COMUNICAÇÃO ERUDITA À CULTURA DE MASSA

Sucedendo aos famosos *anos dourados*, a década de 1960 foi um momento de amadurecimento no Estado, em que as manifestações culturais refletiram os resultados da lenta caminhada empreendida pelas gerações anteriores. Nas artes plásticas, foi preciso que um grupo de artistas realmente empenhado em atualizar a produção paranaense lhe imprimisse novo vigor, afinando-a com o ritmo mundial. Entre esses inovadores estavam Fernando Velloso, Bakun, Calderari, Ênnio Marques Ferreira, Ivens Fontoura, Loio Pérsio, Previdi, Adalice Araújo e Paul Garfunkel.

No mesmo ritmo, inscreviam-se os cursos internacionais de música do Paraná e os Festivais de Música de Curitiba reconhecidos como um dos grandes eventos culturais do país que colaborou, por duas décadas, para o melhoramento do ensino da música erudita e para a formação de profissionais da música em vários gêneros, instrumentos e estilos.

A literatura, sempre contando com autores como Dalton Trevisan, viu surgir nessa época um novo expoente com Paulo Leminski, poeta, prosador, letrista, jornalista, entre outras atividades. Nessa década, iniciou sua carreira na edição paranaense do jornal "Última Hora" e na revista do movimento concretista "Invenção", quando travou contato com Augusto e Haroldo de Campos e com Décio Pignatari. A partir de então, seguiu uma carreira brilhante e agitada que iria colocá-lo entre os maiores escritores de sua geração.

Todavia, no Paraná, como em todo o mundo, a cultura de massas fazia cada vez mais concorrência com a literatura. E mesmo se o teatro paranaense continuava num movimento de renovação, estimulado com a criação de cursos teatrais que contavam com incentivo do governo, e com a montagem de vários espetáculos, as grandes vedetes, a partir desse momento, seriam o cinema moderno e a recém-chegada televisão. Em Curitiba, iniciaram suas atividades a TV Paranaense, em 1959, e a TV Paraná, em 1960. Em 1962, surgia a TV Coroados de Londrina, uma das primeiras estações geradoras instaladas no interior do país, mercê do dinamismo econômico da região (OLIVEIRA, 1991):

Canal 12: A maior antena da América do Sul Foi objeto da curiosidade dos curitibanos esse monstro metálico agora montado no alto do Edifício Tijuca no centro da Cidade. Com seus 21 andares, o referido edifício é um dos mais altos de Curitiba.(...) A referida antena serve ao canal 12, da Organização Nagib Chede, precursora da rádio-televisão no Paraná. A antena tem um raio de transmissão ou de captação de 200 quilômetros. (REVISTA PANORAMA, Ano X, Curitiba, Outubro de 1960, n.º 101, p.70)

10 – ARTIGO DE PAULO LEMINSKI
COM ILUSTRAÇÃO DE LEILA PUGNALONI

Existe vida depois da noite?



O futuro (também conhecido como porvir) é um artifício do presente.

Assim, nada mais fácil que traçar um perfil do que será a noite curitibana do futuro.

Mas há futuro e futuros.

De que noite futura falamos? Da noite de 23 de setembro de 1989? Da madrugada de 7 de março de 1991? Ou de uma noite abstrata, sem número nem data, apenas a entidade platônica "A Noite Futura"?

Vamos fazer como os economistas que montam um quadro imaginário, uma projeção, de uma situação futura, a partir de conjecturas e probabilidades, tendências atuais. É um exercício prognóstico, pelo motivo elementar de que a chamada realidade não costuma obedecer a previsões. A Meteorologista diz: não vai chover. A chuva quer chover. Chove. É pronto. Nessa noite que projetamos, chove.

Artigo de Paulo Leminski com ilustração de Leila Pugnali in:
Revista do Clube Curitibano, novembro 1989.

FONTE: Revista do Clube Curitibano, Edição Especial: 114 anos de história, p.43

Até então o Paraná estivera sob a influência dos Diários e Emissoras Associados presidido por Assis Chateaubriand. Em meados da década de 1960, porém, despontou o que se denominaria o Grupo Pimentel inaugurando emissoras com alta tecnologia e instalações próprias: a Iguazu em Curitiba e a Tibagi em Apucarana, filiadas posteriormente à Rede Globo e constituindo um conglomerado que incluía jornais e rádio. Seguiram-se a TV Esplanada em Ponta Grossa, em 1968, e a Cultura de Maringá, em 1972.

Mas não foi em seu começo que a televisão, cuja produção e funcionamento eram bastante precários, arrebatou o público dos cinemas. Além das projeções de filmes nas salas de espetáculos cada vez mais numerosas, algumas longa-metragens em 16mm foram produzidos no Paraná: a primeira, em Siqueira Campos, por iniciativa de um grupo liderado pelo clero e outra, de distribuição nacional, denominada *Mari Alta*, produzida em 1967 pela Cinematográfica Guayra. Finalmente, Silvio Back, sucedendo pioneiros como Requião, Groff e Kosak, produziu *Lance Maior* em 1968, tornando-se um dos poucos cineastas brasileiros a atuar fora do eixo Rio-São Paulo.

A força da influência cultural emanada da capital e suas regiões circunvizinhas permanecia, assim, como um dos fatores que trouxeram a continuidade das diferenças culturais que, no início dos anos 70, ainda marcavam o cenário paranaense. Mesmo que as diversas ondas de povoamento hajam introduzido a integração de todo o território e propiciado diversos êxitos no campo econômico e político; e mesmo que se tenha formado um determinado tipo de sociedade e induzido a fundação de muitas cidades, a integração das diversas regiões ainda não se havia completado. Persistiam as diferenças que marcavam o velho e o novo Paraná.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer de sua história, o Paraná foi, aos poucos, percorrendo um caminho em cujo percurso foram construídas identidades e culturas específicas. Todavia, considerando-se a presença de diversidades inerentes à forma de ocupação do território do Paraná, pode-se realmente afirmar a existência de uma “cultura paranaense”?

Essa foi a questão que se tornou o fio condutor do presente livro. Para solucioná-la, a direção adotada afinou-se com a interpretação desenvolvida pelo historiador Brasil Pinheiro Machado, para quem sucessivas “ondas povoadoras, em conjunturas diversas e com motivações distintas” realizaram a ocupação do território paranaense (CARDOSO, WESTHPHALEN, 1981). A primeira onda, ocorrida entre os séculos XVII e XIX, deu origem ao chamado Paraná Tradicional. A segunda, no século XX, dividida em duas correntes povoadoras: a do Norte e a do Sudoeste e Oeste, formando o denominado Paraná Moderno. A constatação da pertinência dessa proposta teórico-metodológica evidenciou-se, enquanto foram-se desenvolvendo os capítulos do livro, na medida em que se procurou dar corpo aos aspectos culturais e educacionais da sociedade paranaense.

Assim, o primeiro capítulo procurou as bases sobre as quais se delinearam as primeiras configurações sociais do território que, futuramente, seria o Paraná. Nelas destacam-se a precariedade das condições materiais e a lenta adequação do europeu à vida nos trópicos, o que implicou um hibridismo com o universo cultural das populações locais. Os diferentes graus dessa interação fizeram com que o Paraná, desde o século XVIII, conhecesse uma complexa variação cultural favorecida constantemente pelas transformações econômicas e políticas por que passou a América portuguesa. Os hábitos e costumes daí decorrentes refletiram essa realidade, podendo-se detectar, no conjunto da sociedade da época, elementos de origem indígena mesclados às práticas do que se convencionou chamar de “sociedade tropeira”. A presença cada vez mais efetiva do Estado português e de suas instituições foi significativa no controle do cotidiano das populações, e mais ainda a da Igreja oficial cuja intenção era regular a sacralização do universo popular.

No decorrer do século XIX, a identidade territorial acentuou-se, marcando um momento de progressiva afirmação da sociedade

paranaense na busca pelo seu reconhecimento político como unidade autônoma no conjunto nacional. Paralelamente, mercê das atividades econômicas, na segunda metade do século, começou a sofisticar-se a organização social agora influenciada pela industrialização e comercialização da *erva-mate*. Evidenciou-se uma prosperidade que começou a refletir-se numa certa expansão das vilas e em formas mais explícitas de sociabilidade, mesmo que seu tom ainda fosse estritamente provinciano. Não estiveram alheios a esse fenômeno os contingentes de imigrantes chegados ao Estado, especialmente no final do século. É nessa conjuntura que se encerra, para Brasil Pinheiro Machado, a formação do Paraná Tradicional.

Os dois últimos itens tratados no livro vão, então, tratar de um novo momento da história do Estado, agora em pleno período republicano. Aí continuam importantes para o estudo da cultura paranaense questões relativas à população e à ocupação territorial. Enquanto no Paraná Tradicional desenvolve-se uma sociedade voltada às inovações e confortos trazidos pela “vida moderna”, surge paulatinamente um Paraná Moderno, proveniente da expansão da cultura cafeeira, já iniciada em períodos anteriores e de correntes migratórias para regiões ainda desocupadas do Estado: Norte, Sudoeste e Oeste. Esses movimentos trazem ao Paraná o “novo”, o “outro”, hábitos diferenciados e novas visões de mundo.

O papel do governo mostrou-se cada vez mais evidente, no sentido de homogeneizar as diferenças e as rivalidades regionais que, no entanto, resistem. O planejamento tornava-se a tônica. A capital continuou a representar o pólo cultural, tornando satélites as cidades circunvizinhas, enquanto as demais regiões tentaram impor sua originalidade. Nesse universo complexo, as diversas expressões culturais sofreram influências externas ao Estado e ao país veiculadas pelos modernos meios de propaganda e de comunicação de massas.

Durante toda essa trajetória, a política e as práticas educacionais, entendidas como parte indissociável da cultura de um povo, acompanharam “*pari passu*” as mudanças da sociedade e de seus costumes e práticas. Assim, a legislação do ensino, a criação de escolas, as inovações teóricas e técnicas, a formação de professores foram gradativamente alteradas de acordo com o momento histórico. O presente texto tentou resgatá-las em cada conjuntura tratada.

O Paraná de hoje carrega consigo as marcas desse passado, em suas diferentes culturas regionais. Elas refletem a interação de diferentes momentos e de contingentes populacionais de origens diversas. O litoral, os três planaltos, os nortes, Velho, Novo e Novíssimo, o oeste e o sudoeste, as faixas de fronteira, o mate, o café, os novos produtos agrícolas e as novas indústrias, tudo isso forneceu uma base para as mais diversas formas de expressão. Elas estão presentes, muito mais complexas do que as possibilidades desse volume, apontando para possibilidades de estudo cada vez mais detalhadas.

BIBLIOGRAFIA E FONTES COMENTADAS

RECOMENDAÇÕES PARA LEITURA:

Dentre a bibliografia citada neste volume podem ser recomendadas algumas obras cuja leitura mais detalhada colaboraria para o esclarecimento de conceitos e informações. Seguem-se algumas sugestões:

- Para maiores esclarecimentos sobre a moderna concepção de cultura, ver os textos de Roger Chartier em *A história cultural*, e a coletânea organizada por Lyn Hunt, sob o título de *Nova história cultural*.
- Para conhecimentos gerais sobre história do Brasil e do Paraná é importante a leitura de obras clássicas como a coletânea *História Geral da Civilização Brasileira*, sob a direção de S.B. Holanda, e o livro de Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen, *História do Paraná* e a publicação do Ipardes, *O Paraná reinventado*.
- Sobre o século XVIII, uma leitura que traz informações sobre o cotidiano da época é o livro *Lazeres e festas de outrora* de autoria de C.M. Westphalen e A.P. Balhana. Para o século XIX, M.M. Pereira colabora, não só com o quadro do cotidiano das populações, mas com uma análise do desenvolvimento da economia da erva-mate no Paraná, *Semeando iras rumo ao progresso*.
- No estudo da imigração no Estado, além da historiografia mais tradicional, o artigo de Andreazza e Nadalin *O cenário da colonização e a cultura imigrante* e o livro de M.L. Andreazza, *Paraíso das delícias*, são exemplos de abordagem etnográfica do tema.
- Uma visão das políticas públicas urbanas pode ser encontrada em *Cidade, Homem, cidade e natureza* de Trindade, Oliveira e Santos.
- Finalmente, para o tema da educação no Paraná, ver o livro de E. Kubo, *A legislação e a instrução pública de primeiras na Quinta Comarca da Província de São Paulo para o século XIX*, e o de E.M.C. Trindade, *Clotildes ou Marias, mulheres de Curitiba na Primeira República*, para o início do século XX.

FONTES DISPONÍVEIS:

Estudos sobre cultura e educação no Paraná encontrarão uma grande riqueza de fontes em arquivos e bibliotecas locais. Para citar algumas:

- Fontes oficiais, como as atas e boletins das câmaras municipais, relatórios de presidentes de Província e, posteriormente, governadores de Estado; leis, decretos e regulamentos da União e do Paraná; correspondência oficial, estatísticas oficiais, censos demográficos e escolares, são extremamente esclarecedores para entendimento das políticas públicas e suas intervenções na sociedade da época.
- Também podem ser exploradas fontes não-oficiais, como documentos manuscritos e coevos, relatos de viajantes, memórias e documentos avulsos. E, ainda, como a imprensa periódica (revistas e jornais); documentação escolar (regimentos e regulamentos das escolas particulares); crônicas das congregações religiosas, entre muitas outras que darão vida e suportes aos textos produzidos.
- Esses acervos podem ser encontrados em fundos documentais como os listados a seguir:
 - BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ;
 - BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ;
 - BIBLIOTECAS DE COLÉGIOS PÚBLICOS E PARTICULARES;
 - CEDOPE – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA, PARANÁ, SÉCULO XVIII;
 - CASA DA MEMÓRIA;
 - CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES;
 - DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E MICROFILMAGEM DO PARANÁ (ARQUIVO PÚBLICO);
 - ESCOLA DE BELAS ARTES DO PARANÁ;
 - INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE;
 - MUSEU DA IMAGEM E DO SOM;
 - MUSEU PARANAENSE;
 - SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO PARANÁ;
 - Sociedades Benéficas e Recreativas dos grupos étnicos do Paraná;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

Fontes de imprensa:

- Almanach do Paraná e Almanach Paranaense (1896-1929)
- Almanach dos Municípios (1918)
- Imprensa Periódica:
 - Jornais: Diário da Tarde (1899-1930); Gazeta do Povo (1919-);
- A República (1889-1930).
 - Revista: O Olho da Rua.

Fontes manuscritas e documentos coevos

- VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. **Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município. 1850.** 2 v. Curitiba : Museu Paranaense, 1951.
- VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. **Memória histórica chronológica topográfica, e descriptiva da villa de Morretes e do Porto Real, vulgarmente Porto de Cima.** 2v. Curitiba : Museu Paranaense, 1951b.
- ACVCastro = Atas da Câmara da Vila de Castro.
- ACMCuritiba = Atas da Câmara Municipal de Curitiba.
- ACMParanagua = Atas da Câmara Municipal de Paranaguá.
- **DI - Documentos avulsos de interesse para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo : Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo/Secretaria da Educação/Gráfica João Bentivegna. 1952.
- BAPMC = Boletim do Archivo Publico Municipal de Curitiba. Curitiba : Livraria Mundial, 1924,
- ACP = Álbum do Centenário do Paraná. 1853-1953. Edição especial da revista A Divulgação.
- DI/PPNSP - Documentos inéditos. **Pastorais da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa : 1752-1791.** Arquivo do Museu Paranaense.

- RCEB = Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. Tomo III. N. 1, maio de 1956.
- ACP = **Álbum do Paraná**. 1853-1953. Curitiba : Velox Propagadora, 1953.
- ICEPP = **1º. Centenário da Emancipação Política do Paraná** Porto Alegre : Livraria do Globo S.A. , 1953.
- PPNSPG = Pastorais da Paróquia de Nossa Senhora do Pillar da Graciosa. 1752-1791. Datilografados por Julio Moreira.
- AD-C/DMC-1718 = Auto de devassa – Crimes/Documentação Microfilmada pelo CEDOPE.
- Carta de Bartolomeu Lopes de Carvalho. Ms. AHU. Cópia no IHGE Paranaense. Documento 201. **APUD: BALHANA, A.P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C., op. cit., p 26.**

Outras fontes:

- AVE-LALLEMANT, Robert. **1958. Viagem pelo Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. p.85.
- BIGG-WITHER, Thomas. **Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná**. Rio de Janeiro/Curitiba: José Olympio/UFPR, 1974.
- MONTEIRO, Tobias. **De Rio de Janeiro au Parana - Voyage au sud du Brésil**. Rio de Janeiro: Imp. luiz Bedeschi, 1903.
- RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA. (1854-1889).
- RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE ESTADO. (1890-1930).
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. São Paulo: Rumo, 1939.
- VICTOR, Nestor. **A terra do futuro**. Impressões do Paraná. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

Bibliografia

- ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias : um estudo da imigração ucraniana. 1895-1995**. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1999.
- ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO**. São Paulo, v. 11, n.1, jan/jun. 1994.

- ALMEIDA, Rita Helena. **O diretório dos índios** : Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília : UNB, 1997.
- ARCHANJO, Lea Resende. **Relação de gênero e educação escolar** : Colégio estadual do Paraná. 1950 - 1960. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998
- ARIËS, Philippe. Introdução. IN: **HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA, 3** : da Renascença ao século das luzes. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (orgs.). **Raízes da América Latina**. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura; São Paulo : EDUSP, 1996.
- AZZI, Riolando. **A cristandade colonial** : um projeto autoritário. São Paulo : Paulinas, 1984.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.
- BALHANA, Altiva Pilatti. Africanos na formação da população paranaense. IN; **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ**. Curitiba: Editora Livraria do Chain/BANESTADO, 1991.
- BALHANA, Carlos Alberto. **Idéias em confronto**. Curitiba: GRAFIPAR/Secretaria de Estado da Cultura e Esporte do Paraná, 1981.
- BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens**: Prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- BERBERI, Elizabeth. **Impressões** : a modernidade através das crônicas de revistas no início do século em Curitiba. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998.
- BETHELL, Leslie (org.) **História da América Latina** : América Latina Colonial I. São Paulo : EDUSP ; Brasília : Fundação Alexandre Gusmão, 1998.
- **BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**. Série Monografias. Curitiba, Imprensa Universitária, 1989.

- BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial. BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Curitiba, vol. 22, n.107. out/1995. pp. 41-58.
- BOSCHILIA, Roseli. Condição de vida e trabalho : a mulher no espaço fabril curitibano. (1941-1961). UFPR, mestrado, 1996.
- BRANDÃO, Ângela. **A Fábrica de Ilusões**. 1905-1913. Curitiba: Prefeitura Municipal/ Fundação Cultural de Curitiba, 1994.
- BROWN, Larissa. **Plantações, pastos e portos** : a economia colonial. IN : AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (orgs.). **Raízes da América Latina**. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura; São Paulo : EDUSP, 1996.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, N, PASQUINO, G. **Dicionário de política**. v. 2. Brasília : Edunb, 1992.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Sintra : Publicações Europa América, s/d.
- BOXER, Charles R. **O império colonial português; 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- CARDOSO, Ciro.F.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Domínios da história** : Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro : Campus, 1997.
- BURMESTER, Ana M. de O. A nupcialidade em Curitiba no século XVIII. HISTÓRIA : QUESTÕES & DEBATES. Curitiba, a. 2 n. 2 p. 63-68 jun. 1981.
- BURMESTER, Ana M. de O.; De Boni, Maria Ignês M.; SCHAAF, Mariza B. A população de Curitiba no século XVIII. HISTÓRIA : QUESTÕES & DEBATES. Curitiba, v. 8, (14/15) : 117-127. Jul-dez. 1987.
- CARVALHO, Gisele M.L et al. **O cinema em Curitiba**. (1897-1912). Monografia de término de curso. Inédita. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná, 1985.
- CINCOENTENARIO DA ESTRADA DE FERRO DO PARANÁ. 1885-1935. Publicação comemorativa da Rede de Viação Paraná - Santa Catarina.
- CESÁRIO, Ana Cleide. Norte Novo - a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. IN: PAZ, Francisco M. (org.) **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.

- CHARTIER, Roger. A história cultural : entre práticas e representações. Lisboa : Difel, 1990.
- CARDOSO, Jayme A.; NADALIN, Sérgio O. Os meses e os dias de casamento no Paraná : séculos XVIII, XIX e XX. HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, Curitiba, v. 3, n. 5, 105-129, 1982.
- COSTA, Maria José F.L. (org.). A dimensão de um homem : Lysimaco Ferreira da Costa - educador. Curitiba : Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1987.
- CHMYZ, Igor. Arqueologia de Curitiba. IN: CHMYZ, Igor; RODRIGUES, Aryon; WESTPHALEN, Cecília. **Curitiba : origens, fundação e nome.** Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, v. 21, n. 105, jun. 1995.
- CHMYZ, Igor; RODRIGUES, Aryon; WESTPHALEN, Cecília. **Curitiba : origens, fundação e nome.** Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, v. 21, n. 105, jun. 1995.
- COSTA, Odah R. 60 anos da caminhada da arquidiocese de Curitiba. 1926-1986. Curitiba : Fundação Cultural/Secretaria Municipal de Cultura, 1986.
- COSTA, Vidal A.A. **Visões ascendentes** . Fragmentos do olhar curitiba ao mais leve que o ar. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998.
- D'ALMEIDA, Raul. **História de Rio Negro** : Estado do Paraná. 1976.
- DALLEDONE, Márcia S. et al **Um século de eletricidade no Paraná.** Curitiba: Copel, 1994.
- DE BONI, Maria Inês M. **O espetáculo visto do alto; vigilância e punição em Curitiba.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba : Editora do Chain, 1991.
- GONÇALVES, Antonio J. et all. Paranismo, neoparanismo, pós-paranismo, pós-modernismo. IN: HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES. CURITIBA, ano 8 (n. 15/15): 128-136. jul-dez. 1987.
- HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA, 3 : da Renascença ao século das luzes. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
- HOBBSAWM, ERIC J. **A Era dos Impérios.** 1875-1914. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo : Martins Fontes, 1995.
- IPARDES - Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado:** política e governo. Curitiba, 1989.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba : Editora do Chain, 1991.
- LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora :** imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná – 1867-1882. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998.
- LEANDRO, José Augusto. **Palco e Tela em Castro;** teatro cinema e modernidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 30.
- LINHARES, Maria Yeda (org.) **História Geral do Brasil** (da colonização portuguesa à modernização autoritária). Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- KARVAT, Erivan Cassiano. **A sociedade do trabalho :** discursos e práticas de controle sobre a mendicidade e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998.
- MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. **Conquista pacífica de Guarapuava.** Coleção Farol do Saber. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma :** Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro : Graal, 1978.
- MACHADO, Cacilda. **Da S. De uma família imigrante :** sociabilidades e laços de parentesco. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. In: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, 28. Curitiba: BADEP, jan/fev. 1972.
- MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná.** Coleção Farol do Saber. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- **História do Paraná.** Coleção Farol do Saber. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- MENEZES, Claudino L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente:** a experiência de Curitiba. Campinas: Papyrus, 1996.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. A Educação no Paraná. (Síntese sobre o ensino público elementar e médio, CILEME, Publicação nº3, 1954.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra** : índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.
- MUCHEMBLED, Robert. **Culture populaire et culture des élites dans la France Moderne**. Paris : Flammarion, 1978.
- NASCIMENTO, Mai. Nas ondas do rádio. BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Curitiba, vol. 23, n. 115, dez/1996.
- NEGRAO, Francisco. Memórias sobre o ensino e a educação no Paraná, 1935.
- NICHOLLS, Willian H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. In: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, 26: 19-53. Curitiba: BADEP, set/out. 1971.
- NOVA HISTÓRIA DA IGREJA. ROGIER, L.J., AUBERT, R., KNOWLES, M.D. org. v.I a V. Petrópolis : Vozes, 1975.
- OLIVEIRA, Dennison. O Estado & Mercado. Telecomunicações no Brasil. Curitiba: Prephacio, 1991.
- PEREIRA, Luis Fernando L. **Paranismo**: o Paraná reinventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.
- PEREIRA, Magnus R. de M.; SANTOS, Antonio César A . **300 Anos : Câmara Municipal de Curitiba** : 1693-1993. Curitiba : Câmara Municipal, 1993
- PEREIRA, Magnus R. de M. Da civilidade urbana : a morigeração dos costumes no Paraná do século XIX. IN: HUMANAS, Curitiba, Editora da UFPR.
- PEREIRA, Magnus R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba : Editora da UFPR, 1997.
- REIS, João Jose'. **A morte é uma festa** : ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
- REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa : Difel, 1990.

- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras** : para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo : Edições Loyola, 1985.
- RODRIGUES, Marília M. **A prevenção da decadência**. Discurso médico e medicalização da sociedade. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998.
- RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paris : Gallimard, 1977.
- ROSAS, José Pedro Novaes. **A fundação da cidade de Castro**. Castro : Prefeitura Municipal, 1993.
- RODERJAN, Roselys Vellozo. **Folclore brasileiro Paraná/Rio de Janeiro** : MEC/SEC/FUNARTE. 1981.
- SABÓIA, Ana C. **Curitiba de minha saúde**. 1904-1914. Curitiba: Ed. Lítero-Técnica, 1978.
- SANTOS, Antonio César de Almeida. **Memórias e cidade**. Depoimentos e transformação urbana de Curitiba. (1930-1990). Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1997.
- SOARES, Luiz Roberto. Introdução. IN: PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**. Coleção Farol do saber. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- SOUZA, Laura de. **O diabo e a terra de santa cruz** : feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo : Companhia das Letras, 1986.
- STORCH, R.D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. In: **Cultura e Cidades**. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, 1985.
- SVARÇA, Décio R. **O Forjador** : Ruínas de um mito. Romário Martins. (1893-1944) Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- TORRES-LONDOÑO, Fernando. **Paróquia e comunidade no Brasil** : perspectiva histórica. São Paulo : Paulus, 1997.
- TRINDADE, Etelvina M.C.; OLIVEIRA, Dennison.; SANTOS, Antonio Cesar de A. **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados** : moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro : Campus, 1989.
- VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil** 2 v. Belo Horizonte/Rio de Janeiro : Editora Itatiaia/EDUFF., 1987.
- **Viver em uma sociedade urbana**. Curitiba, 1890-1920. Boletim do Departamento de História, série monografias. n.1. Curitiba : Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 1989.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1994.
- WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX**. São Paulo : Ática, 1987.
- WACHOWICZ, Rui Christovan. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.
- WACHOWICZ, Ruy C. As escolas da colonização polonesa no Brasil. In: ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. Curitiba : Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, 1970.
- Os ádvenas e os paranistas na obra de Romário Martins. In: Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins. n.21. Curitiba : Universidade Federal do Paraná, 1974.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Expansão da sociedade tradicional paranaense. IN: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Editora Livraria do Chain/BANESTADO, 1991.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Os comerciantes parananeses na conjuntura ervateira. IN: BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, n.21,1974.
- WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1980.